

Relatório e Contas

do Exercício findo em
31 de Dezembro de 2025

A nossa visão

A nossa visão é clara e emocionante, é desafiadora e alcançável. A nossa visão é simples.

Ser o Banco Africano mais respeitado do mundo

A nossa missão

Estabelecer padrões para práticas empresariais sustentáveis que impulsionem o talento dos nossos colaboradores e criem valor superior para os nossos stakeholders

Os nossos valores

Excelência
Inovação
Liderança
Paixão pelos Clientes
Profissionalismo
Colaboradores Autónomos

O nosso propósito

Criar um impacto positivo em África



Rede de balcões



/ Balcão JN

Avenida Julius Nyerere, N° 878
Maputo
Tel: +258 214 82100
Fax: +258 214 87474
E-mail: JnretailMoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Zimpeto

Av. de Moçambique n° 7168,
Zimpeto Palm Square, Lojas A6 e A11
Maputo
Tel: +258 21 482 100
E-mail: Zimpetomoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Maputo JAT VI

Rua dos Desportistas, N° 733
JAT VI
Baixa, Maputo
Tel: +258 21 342 700
E-mail: Jatbranchmoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Maputo MBT

Av. Zedequias Manganhela
Edifício MBT, R/C
Baixa, Maputo
Tel: +258 21 342 700
E-mail: MBTBranchMoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Matola

Avenida Samora Machel 12125
Bairro Hanhane
Casa 297
Tel: +258 21 7 20005/8
E-mail: Matolamoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Beira Praça

Praça do Município, 220
Tel: +258 23 320656/7
Fax: +258 23 320658
E-mail: Beiramunicipiomoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Beira Maquinino

Rua Machado dos Santos, N° 10 R/C
Tel: +258 23 320656/7
Fax: +258 23 320658
E-mail: Beiramoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Chimoio

Avenida 25 de Setembro 876
Tel: +258 251 23007/8
Fax: +258 251 23009
E-mail: Chimoiomoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Tete

Av. Josina Machel
Edifício Space Quality
Tel: +258 25 222984/ Fax: +258 25 222985
E-mail: Tetemoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Nampula

Entroncamento da Av. da Independência
e Francisco Manyanga, N° 9
Tel: +258 26 213 119/39 Fax: +258 26 213 168
E-mail: Nampulamoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Nacala

Rua da Direcção do Trabalho, Bairro Malala
Talhão A/13
/Tel: +258 26 526 475
E-mail: Nacalamoz@ACCESSBANKPLC.com

/ Pemba

Av. Marginal
Centro Comercial Pemba, loja 11 e 13
E-mail: PembaBranchMoz@ACCESSBANKPLC.com

índice

01	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	10	Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas
02	Principais indicadores de Desempenho do Banco	11	Banca Corporativa
03	Histórico do Banco	12	Operações e Tecnologias de Informação
04	Filosofia Corporativa do Access Bank	13	Cibersegurança em 2025: Compromisso com a Confiança e Resiliência
05	Estrutura Accionista	14	Canais Digitais
06	Orgãos Sociais, de Gestão e Comités	15	Gestão de Risco
07	Enquadramento Macroeconómico	16	Gestão de Capital Humano
08	Análise de Resultados e Rentabilidade	17	Sustentabilidade e Enquadramento ESG
09	Análise do Balanço	18	Nossas Distingções e Prémios Internacionais

101

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

À semelhança de 2024, o ano de 2025 foi também desafiante no entanto foi também de contínuo crescimento e de afirmação para o Access Bank Moçambique (Access Bank ou Banco) na consolidação da sua estratégia. O Banco continuou a demonstrar um compromisso sólido com o desenvolvimento económico do país, destacando-se como um dos principais impulsionadores da inclusão financeira.

2025 foi caracterizado por factores adversos e exógenos, nomeadamente a constante volatilidade económicas globais e doméstica, a continuidade das tensões políticas que assolaram o país no último trimestre de 2024 e o primeiro de 2025, tendo afectado negativamente a economia nacional, o sistema financeiro no geral e o Access Bank em particular. No panorama macroeconómico, 2025 continuou a ser um ano com inúmeros desafios, devido aos conflitos entre a Rússia e Ucrânia e a guerra no Médio Oriente. Não obstante, foram assinaladas algumas conquistas notáveis, implementando estratégias inovadoras que fortaleceram a posição do Banco no mercado e aumentaram a confiança dos nossos clientes. O Banco continua a apostar na transformação digital e em tecnologia para melhorar a eficiência operacional, mas também para enriquecer a experiência dos clientes.

O Access Bank manteve como prioridades estratégicas a gestão prudente do balanço, a diversificação das fontes de receita, com particular destaque para o crescimento do rendimento não-financiado, o controlo rigoroso dos custos operacionais e uma abordagem estruturada no cumprimento dos requisitos regulatórios e de capital, incluindo a continuidade das acções de recapitalização.

Em 2025, o Banco retornou a lucratividade, reportou um resultado líquido de 8 milhões de meticais, uma melhoria significativa em 101%, do prejuízo líquido 743 milhões de meticais apurados no ano 2024. Os activos totais do Banco cresceram em 18%, acima da média do mercado, ascendendo a 29,521 milhões de meticais, quando comparado com 25,088 milhões de meticais registados em 2024, tendo sido influenciado maioritariamente pelo crescimento robusto da carteira de depósitos, em 21%.

Os custos operacionais registaram uma redução de 8% comparado com o ano de 2024, que contribuiu para a melhoria da eficiência. Durante o exercício de 2025, o Banco registou um reforço significativo da sua base de capital, impulsionado principalmente pelo incremento do capital social no montante de 380 milhões de Meticais, resultante da entrada de um novo accionista, o Access Holdings. Como resultado, o rácio de solvabilidade do Banco melhorou de forma notável, situando-se em 15% em 2025, comparativamente a 13% em 2024, reforçando a solidez financeira da instituição e criando base robusta para o crescimento sustentável e o cumprimento contínuo dos requisitos prudenciais.

Do ponto de vista do posicionamento de mercado, em 2025, o Access Bank registou uma melhoria consistente da sua quota de mercado nos principais indicadores do balanço, estes indicadores confirmam uma trajectória positiva de crescimento e consolidação do Access Bank, traduzindo a eficácia da estratégia implementada, bem como uma abordagem prudente e sustentável na gestão do balanço.

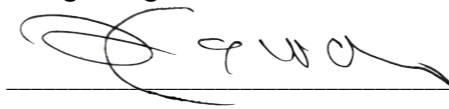
Relativamente à qualidade do Activo, ao longo do período, o Banco registou uma redução significativa do rácio de crédito em incumprimento (NPL), de 21.6% para 6.96% em 2025, refletindo esforços contínuos de gestão do risco de crédito.

Como Presidente do Conselho de Administração, considero que o Access Bank Moçambique se encontra bem posicionado para enfrentar os desafios e captar as oportunidades nos anos seguintes, reflectindo a sua ambição de afirmar-se como um parceiro financeiro relevante no desenvolvimento da economia nacional. A aposta contínua na inovação digital, no reforço da experiência do cliente e na promoção de uma rentabilidade sustentável continuará a orientar a actuação do Banco.

Em nome da Conselho de Administração, gostaria de expressar o nosso sincero agradecimento aos nossos clientes, pela confiança e parceria demonstradas ao longo de 2025, bem como aos nossos colaboradores, pela dedicação, resiliência e execução disciplinada num ambiente exigente. Manifestamos igualmente o nosso reconhecimento ao regulador, pelo diálogo construtivo e supervisão contínua, e aos acionistas, parceiros de negócio, fornecedores e demais partes interessadas, cujo contributo foi essencial para a continuidade e fortalecimento da instituição.

Bem hajam

- Engº. Rogério Samo Gudo



Presidente do Conselho de Administração

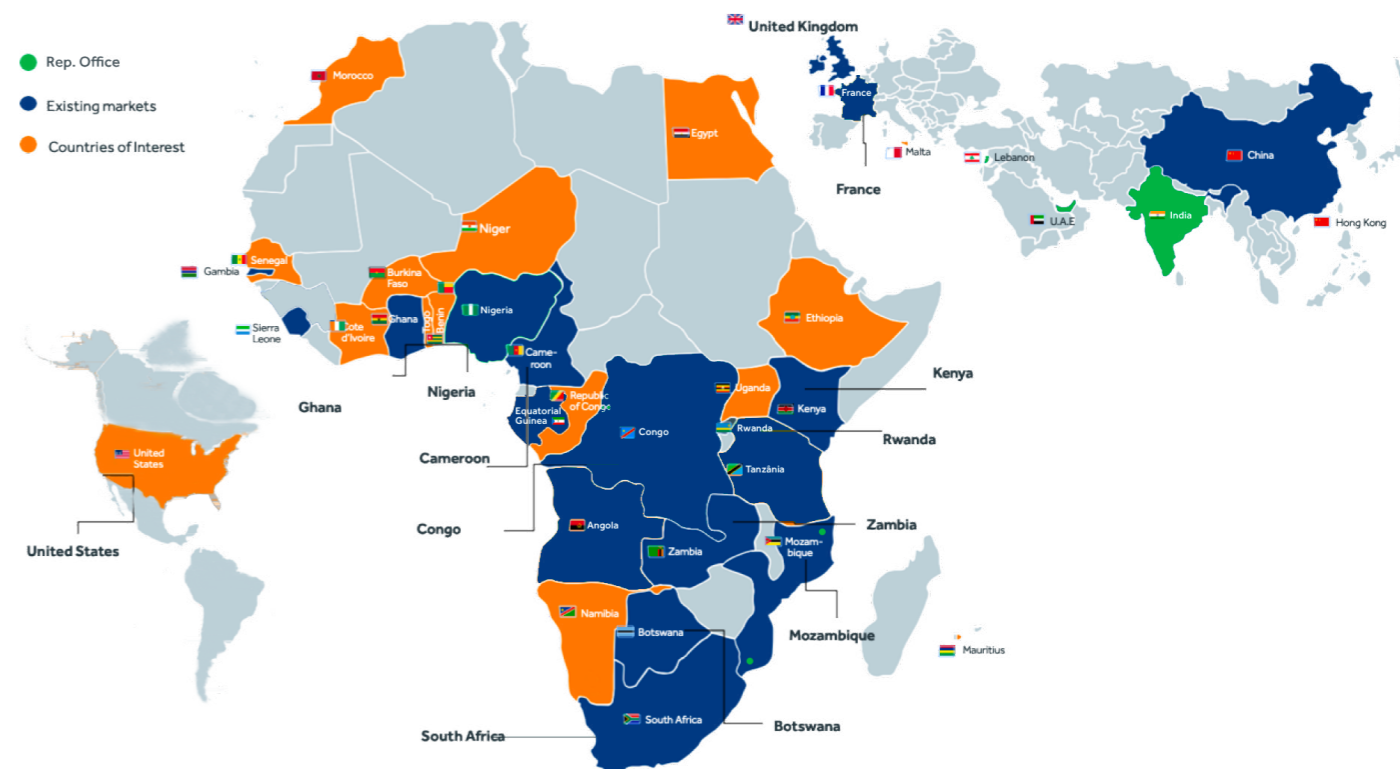
Principais Desenvolvimentos Macroeconómicos

Balanço	2025	2025	2023	Var.
Activo total	29,520,895	25,088,383	21,375,062	18%
Crédito a clientes	6,469,324	4,114,708	5,305,283	57%
Recursos de clientes	26,595,052	22,037,284	17,585,789	21%
Empréstimos	-	268,583	596,835	-100%
Aplicações em Instituições de Crédito	3,609,687	3,912,800	1,215,288	-8%
Rácio de Transformação	26%	21%	30%	22%
Resultados				
Resultado Líquido	8,407	(743,377)	((379,705))	101%
Margem Financeira	1,377,147	1,052,518	1,027,102	31%
Produto Bancário (excluindo as imparidades)	2,118,491	1,534,945	1,736,952	38%
Custos Operacionais	(1,827,708)	(1,985,658)	(2,030,753)	-8%
Rendibilidade				
Produto Bancário (excluindo as imparidades) / Activo Líquido	7.85%	6.89%	9.23%	14%
Rendibilidade do Activo Total	0.03%	-2.96%	-1.78%	101%
Resultados antes do imposto / capitais próprios médios	12.13%	-23.74%	-12.25%	151%
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	0.40%	-44.06%	-15.62%	101%
Qualidade do Crédito				
Imparidade do crédito (balanço) / Crédito a clientes	5%	11%	9%	-53%
Crédito em Incumprimento (Bruto) / Crédito Total (Bruto)	6.96%	21.55%	20%	-68%
Rátios de Eficiência				
Gastos Operacionais / Produto Bancário (excluindo as imparidades)	86.3%	129.4%	117%	-33%
Gastos Administrativos / Produto Bancário (excluindo as imparidades)	23%	39%	33%	-42%
Gastos com pessoal / Produto Bancário (excluindo as imparidades)	49%	66%	59%	-27%
Capital				
Rácio de solvabilidade	15%	13%	21%	21%
Fundos próprios regulamentares	1,764,002	1,145,423	2,161,298	54%
Capital social	3,274,900	2,894,500	2,894,500	13%
Risco de crédito	11,208,800	8,725,901	10,034,532	28%
Outros Indicadores				
# de Colaboradores	303	340	301	-11%
Rede de balcões	12	12	11	0%
# de ATM	20	19	23	5%
# de POS	1595	1907	2095	-16%

3. Histórico do Banco

- O Access Bank é um banco global com sede na Nigéria, empregando mais de 28.000 colaboradores, com subsidiárias na África Subsaariana, Reino Unido e Dubai, EAU, além de escritórios de representação na China, Paris, Líbano, Japão e Índia.
- Cotado na Bolsa de Valores da Nigéria desde 1998, o Access Bank é uma instituição financeira diversificada, que combina uma ampla base de clientes de retalho e uma plataforma digital robusta, com vasta experiência em banca corporativa, gestão de riscos comprovada e sólidos recursos de gestão de capital.
- O Access Bank Plc é um dos principais bancos comerciais de serviço completo, operando através de uma rede de mais de 747 balcões e pontos de atendimento, com presença em quatro continentes, 22 países e atendendo mais de 60 milhões de clientes.
- O banco serve os seus diversos mercados por meio de quatro segmentos de negócio: Retalho, Empresas, Banca Comercial e Banca Corporativa.
- O Access Bank possui mais de 900.000 acionistas, incluindo investidores institucionais. Após a fusão com o Diamond Bank em março de 2019, o Access Bank tornou-se um dos maiores bancos de retalho em África.

Presença Global



Access Bank Moçambique

O Access Bank Moçambique iniciou as suas operações em 2020 e, desde então, evoluiu para se tornar um interveniente relevante no sistema financeiro nacional. A fusão com o BancABC em 2021 reforçou o compromisso dos acionistas com Moçambique e marcou significativamente a estratégia de expansão regional.

Segmentos

Corporate Commercial Business & SME Retalho

Mais de 93 mil clientes



1,600+ POS

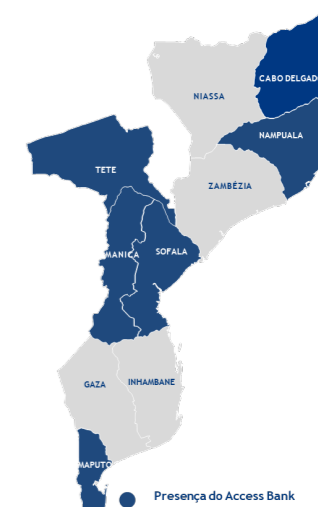
20 ATMs

301 Colaboradores

32,000+ Utilizadores OMNI

12 Balcões

20 Agentes



A trajetória do Access Bank em Moçambique começou em 2018, mas foi em Fevereiro de 2020 que o banco obteve a licença bancária tendo iniciado as operações em Setembro do mesmo ano. Durante o primeiro ano de actividade, o banco alcançou um resultado positivo modesto, permitindo preservar o capital e mantendo, por conseguinte, todos os indicadores regulamentares acima do limite exigido. Pouco tempo após o início da Actividade, o Access Bank anunciou que havia chegado a um acordo com o Atlas Mara para adquirir 100% da sua participação no BancABC Moçambique (8.º maior banco em Moçambique na época). O Acordo de Compra, foi assinado em 29 de Setembro de 2020, e após o cumprimento das condições precedentes, a aquisição foi concluída e anunciada em 17 de Maio de 2021. A fusão legal entre os dois bancos ocorreu em 21 de Dezembro de 2021, mas foi precedida por uma fusão técnica em 6 de Dezembro de 2021. O Access Bank Moçambique foi recapitalizado em 2023 e 2025, com um aumento de capital de USD 7 milhões e USD 6 milhões, respectivamente, para apoiar a ambição do banco em se posicionar como um banco relevante e o cumprimento das exigências regulamentares.

4. Filosofia Corporativa do Access Bank

Visão

Ser o Banco Africano mais respeitado do mundo.

Missão

Estabelecer padrões para práticas empresariais sustentáveis que impulsionem os talentos dos nossos colaboradores e criem valor superior para os nossos stakeholders.

Nossos Valores



5. Estrutura Accionista

Em 2025, a estrutura accionista do Access Bank Moçambique foi reforçada com a entrada de um novo accionista estratégico, o Access Holdings Plc, que passou a deter uma participação de 11,616% do capital social, correspondente a um investimento de MZN 380,4 milhões. O accionista maioritário, o Access Bank Plc, manteve uma participação dominante de 88,377%, no montante de MZN 2,894 mil milhões, assegurando a continuidade do controlo e da

orientação estratégica do Banco. As participações residuais detidas por accionistas individuais mantiveram-se inalteradas. Esta evolução reforça a base accionista do Banco, sustenta os esforços de recapitalização em curso e contribui para o fortalecimento da estrutura de capital, em linha com os requisitos regulatórios e os objetivos de crescimento sustentável da instituição.

Acionista	Montante (MZN)	Participação
Access Bank Plc	2,894,258,600	88.377%
Access Holding Plc	380,400,000	11.616%
Herbert Wigwe	98,000	0.003%
Obinna Nwosu	98,000	0.003%
Benjamim Alfredo	22,700	0.001%
Douglas Munatsi	22,700	0.001%
Total	3,274,900,000	100%

6. Órgãos Sociais, de Gestão e Comitês

A composição actual do Conselho de Administração encontra-se em conformidade com os requisitos regulamentares, assegurando um equilíbrio adequado entre membros executivos, não executivos e independentes. As funções de Presidente do Conselho de Administração e do Administrador Delegado permanecem devidamente separadas, reforçando a independência e eficácia da supervisão.

Alterações na Composição dos Órgãos Sociais e da Direção Executiva

No decurso do exercício de 2025, registaram-se as seguintes alterações na composição dos órgãos sociais e da estrutura de gestão do Banco:

- Paulo Oliveira foi nomeado Administrador Não-Executivo Independente em Junho de 2025.
- Monica Macamo foi nomeada Administradora Não-Executiva Independente em Outubro de 2025.
- Marta Mapilele foi igualmente nomeada Administradora Não-Executiva Independente em Outubro de 2025.
- Egildo Massuanganhe foi nomeado Director de Tesouraria em Novembro de 2025.
- Josephine Arthur foi nomeada Directora de Retalho em Dezembro de 2025.

No âmbito da evolução da estrutura de liderança do Banco, importa registar que o Sr. Marco Abalroado cessou as suas funções como Administrador Delegado em Janeiro de 2025, para abraçar novos desafios profissionais e a Sra. Luísa Capelão cessou funções como

Administradora

Não-Executiva independente, deixando de fazer parte do Conselho de Administração em Maio de 2025. O Conselho de Administração agradece o contributo prestado durante o mandato, reconhecendo o empenho e dedicação no fortalecimento da Instituição e desejando-os os maiores sucessos na continuação do percurso profissional.

Estas alterações contribuíram para o reforço da governação corporativa, da independência do Conselho de Administração e da capacidade executiva do Banco, em conformidade com as boas práticas de governo societário e com os requisitos regulamentares aplicáveis.

Em termos de diversidade de género, o Conselho é composto maioritariamente por membros do sexo masculino (71%), com representação feminina correspondente a dois membros.

No que respeita ao funcionamento do Conselho, foi registada uma

taxa de assiduidade de 100% nas reuniões realizadas durante o exercício de 2025. As reuniões ocorreram conforme planeado, incluindo sessões ordinárias e extraordinárias.

A nível executivo, a estrutura do Comité Executivo (EXCO) inclui responsáveis pelas principais áreas operacionais do banco, assegurando uma gestão integrada e alinhada com os objectivos estratégicos da instituição.

No âmbito da governação, o banco continua a reforçar os seus pilares fundamentais, nomeadamente: definição clara de direcção estratégica, revisão e implementação de políticas internas, monitorização e controlo de desempenho, supervisão contínua das actividades e promoção da integração organizacional.

Em síntese, o banco mantém um quadro sólido de governação corporativa, assegurando conformidade regulatória, transparência, responsabilidade e alinhamento estratégico, contribuindo para a sustentabilidade e crescimento contínuo da instituição.

Alterações na Composição dos Órgãos Sociais e da Direção Executiva

Nr de Ordem	Nome	Data da Nomeação	Fim do Mandato	Posição
1	Rogério Samo Gudo	30/Abr/2025	30/Abr/2028	Presidente
2	Dolapo Ogundimu	30/Abr/2025	30/Abr/2028	Administrador Não-Executivo
3	Abraham Aziegbe	30/Abr/2025	30/Abr/2028	Administrador Não-Executivo
4	Chiwetalu Obikwelu	26/Ago/2024	26/Ago/2027	Administrador Executivo
5	Paulo Oliveira	19/Jun/2025	19/Jun/2028	Administrador Não-Executivo
6	Monica Macamo	13/Out/2025	13/Out/2028	Administradora Não-Executiva
7	Marta Mapilele	13/Out/2025	13/Out/2028	Administradora Não-Executiva

Estrutura dos Comitês do Conselho de Administração

O Conselho de Administração do Access Bank Moçambique, S.A. é apoiado por comitês especializados, criados com o objectivo de reforçar a eficácia da supervisão, assegurar uma adequada segregação de funções e apoiar o processo de tomada de decisão em matérias específicas de governação, risco e controlo.

Os comitês do Conselho de Administração funcionam ao abrigo de termos de referência aprovados, que definem claramente as suas responsabilidades, competências, composição, independência e periodicidade das reuniões, em conformidade com as boas práticas de governo societário e com o quadro regulamentar aplicável às instituições de crédito em Moçambique.

Nome do membro	Posição	Membros do comite	Residência
Rogério Samo Gudo	Não Executivo	Presidente do Conselho de Administração Membro do Comité de Tecnologias de Informação, Digital e Cibersegurança	Moçambique
Paulo Oliveira	Não Executivo	Presidente do Comité de Crédito e Finanças Membro do Comité de Gestão de Risco Membro do Comité de Auditoria Membro do Comité de Tecnologias de Informação, Digital e Cibersegurança	Moçambique
Abraham Aziegbe	Não Executivo	Presidente do Comité de Tecnologias de Informação, Digital e Cibersegurança Membro do Comité de Governação, Nomeações e Remunerações Membro do Comité de Auditoria Membro do Comité de Gestão de Risco	Nigéria
Dolapo Ogundimu	Não Executivo	Presidente do Comité de Gestão de Risco Membro do Comité de Crédito e Finanças Membro do Comité de Governação, Nomeações e Remunerações Membro do Comité de Auditoria	Reino Unido

Nome do membro	Posição	Membros do comite	Residência
Mónica Macamo	Não Executiva	Presidente do Comité de Governação, Nomeações e Remunerações Membro do Comité de Tecnologias de Informação, Digital e Cibersegurança Membro do Comité de Auditoria Membro do Comité de Crédito e Finanças	Moçambique
Marta Mapilele	Não Executiva	Presidente do Comité de Auditoria Membro do Comité de Governação Nomeações e Remunerações Membro do Comité de Gestão de Risco Membro do Comité de Crédito e Finanças	Moçambique
Chiwetalu Obikwelu	Executivo	Membro do Comité de Crédito e Finanças Membro do Comité de Tecnologias de Informação, Digital e Cibersegurança	Moçambique

Conselho de Administração

O Conselho de Administração tem como o papel central na direcção estratégica, supervisão da gestão e garantia da conformidade com as leis e regulamentos aplicáveis em Moçambique. O Conselho de Administração é responsável pela definição dos objectivos estratégicos do banco, assegurando a adequada utilização dos recursos humanos e financeiros e a protecção dos interesses dos accionistas e demais stakeholders. Apesar de poder delegar a gestão diária ao Administrador Delegado ou a um Comité Executivo, o Conselho mantém a responsabilidade final sobre o desempenho e funcionamento da instituição.

A composição do Conselho varia entre três e sete membros, nomeados pela Assembleia Geral, com mandatos de três anos renováveis. Os membros incluem Directores Executivos, Não Executivos e Independentes, sendo estes últimos essenciais para assegurar imparcialidade e evitar conflitos de interesse.

Entre as principais funções do Conselho estão a aprovação de políticas, supervisão do controlo interno e gestão de riscos, aprovação de contas e relatórios, definição da estrutura organizacional, decisões estratégicas como fusões ou expansão, e monitorização da actuação da gestão. O Conselho também assegura a conformidade com padrões éticos elevados e com a legislação vigente.

O Presidente do Conselho de Administração (PCA) lidera e garante o funcionamento eficaz, enquanto o Administrador Delegado é responsável pela gestão operacional do banco e execução da estratégia.

O Secretário da Sociedade desempenha um papel fundamental no suporte à governação, assegurando conformidade legal, organização das reuniões e aconselhamento ao Conselho.

O Conselho opera através de comités especializados, incluindo Auditoria, Risco, Crédito e Finanças, Governança e Remuneração, e Tecnologia, os quais aprofundam a supervisão em áreas críticas. As reuniões do Conselho ocorrem trimestralmente, com requisitos formais de convocação, quórum e registo de actas.

Comité de Crédito e Finanças

O principal objetivo deste comité é apoiar o Conselho na supervisão da exposição ao risco de crédito, práticas de concessão de crédito e na orientação estratégica das actividades de crédito do banco e desempenho financeiro.

O Comité é composto por pelo menos três membros nomeados pelo Conselho, sendo maioritariamente Directores Não Executivos, podendo incluir Directores Executivos. Os membros devem possuir

experiência e qualificações adequadas às funções desempenhadas.

Entre as principais responsabilidades do Comité, destaca-se a definição do apetite ao risco de crédito e da estratégia do portfólio de crédito, assegurando alinhamento com a estratégia global do banco. O Comité supervisiona a qualidade da carteira de crédito, analisa tendências e riscos, e avalia a adequação das provisões para perdas com crédito.

O Comité também aprova políticas de crédito, directrizes de concessão, limites de concentração e delegação de autoridade, bem como novos produtos de crédito. É responsável por aprovar operações de crédito dentro dos limites estabelecidos e monitorar excepções, saneamento e conformidade com a política.

Além disso, assegura a eficácia dos processos de gestão de risco de crédito, incluindo sistemas de reporte, controlo interno e comunicação adequada das políticas e práticas de crédito. O Comité acompanha relatórios periódicos sobre qualidade dos activos, exposição ao risco e desempenho da carteira.

O funcionamento do Comité inclui reuniões trimestrais, com quórum mínimo de dois membros, e participação de áreas-chave como Risco, Auditoria Interna e Jurídico. O Comité pode solicitar apoio de consultores externos e criar subcomités quando necessário.

Comité de Tecnologias de Informação, Digital e Cibersegurança

Este comité tem como principal função supervisionar a estratégia tecnológica e digital do banco, assegurando o alinhamento com os objectivos estratégicos globais e a entrega eficiente e segura dos produtos e serviços digitais.

O Comité acompanha a evolução do ecossistema digital do banco, incluindo a experiência do cliente, estabilidade dos sistemas, segurança da informação e desempenho das infraestruturas tecnológicas. Também supervisiona o planeamento e execução de investimentos em tecnologia, avaliando custos, riscos e benefícios associados aos projectos estratégicos.

Entre as suas responsabilidades, destaca-se a análise de tendências tecnológicas emergentes, a revisão da estratégia de Tecnologia de Informação a médio e longo prazo e a supervisão da subcontratação de serviços tecnológicos. O Comité também garante que o banco investe adequadamente na protecção dos seus activos digitais e na prevenção de ataques cibernéticos.

O Comité monitora o desempenho dos projectos tecnológicos, incluindo grandes investimentos e iniciativas estratégicas, assegurando que são executados dentro dos prazos, orçamento e requisitos definidos. Além disso, acompanha a gestão de competências e desenvolvimento do pessoal das áreas digitais e tecnológicas.

No âmbito da gestão de risco, o Comité identifica e supervisiona riscos tecnológicos e digitais, assegurando a implementação de frameworks eficazes de gestão de dados, segurança cibernética e conformidade com requisitos legais e regulatórios. Também supervisiona planos de continuidade de negócio e recuperação de desastres, bem como testes de vulnerabilidade.

O Comité é composto por membros maioritariamente não executivos e independentes, sendo presidido por um Diretor Não Executivo. Reúne-se trimestralmente e pode solicitar apoio de especialistas externos sempre que necessário.

Comité de Governação, Nomeações e Remunerações

O Comité desempenha um papel fundamental na promoção de uma governação eficaz, transparente e alinhada com os objetivos estratégicos do banco, contribuindo para a sua sustentabilidade e credibilidade institucional e também é responsável por apoiar o Conselho de Administração nas matérias de governação corporativa, nomeação de membros e políticas de remuneração no Access Bank Moçambique.

O Comité é composto por pelo menos três membros nomeados pelo Conselho, devendo possuir experiência e qualificações adequadas. É presidido por um Diretor Não Executivo, garantindo independência e objectividade na tomada de decisões.

A sua principal função consiste em assegurar que o Conselho possui uma composição adequada, promovendo o equilíbrio de competências, experiência e diversidade, bem como planeamento de sucessão. O Comité conduz processos de selecção, nomeação e avaliação de desempenho dos administradores, garantindo que estes cumprem critérios de idoneidade, competência e independência.

No domínio da remuneração, o Comité define e supervisiona políticas salariais e de benefícios para administradores e colaboradores, assegurando alinhamento com o desempenho, estratégia e nível de risco do banco. As práticas de remuneração devem ser competitivas, transparentes e sustentáveis, contribuindo para a atração e retenção de talento.

Adicionalmente, o Comité supervisiona aspetos relacionados com sustentabilidade, incluindo questões sociais, ambientais, éticas e reputacionais, promovendo uma cultura organizacional baseada na integridade e na conformidade.

O Comité também assegura a implementação de programas de formação continua para os membros do Conselho, bem como a realização de avaliações periódicas do desempenho do Conselho e dos seus membros.

Reúne-se regularmente e reporta ao Conselho de Administração, apresentando recomendações e assegurando a aplicação das melhores práticas de governação corporativa.

Comité de Gestão de Risco

O principal objectivo deste comité é de apoiar o Conselho na supervisão da gestão de riscos, assegurando a definição de políticas, normas e directrizes adequadas, bem como o cumprimento das exigências legais e regulamentares.

O Comité é composto por pelo menos três Directores Não Executivos, nomeados pelo Conselho, com experiência relevante em gestão de risco. O Conselho mantém a responsabilidade pela nomeação e eventual substituição dos membros.

Entre as suas principais responsabilidades, destaca-se a supervisão do sistema de gestão de riscos do banco, incluindo a definição de limites de risco aceitáveis, implementação de políticas e monitoria contínua dos riscos. O Comité assegura que existem mecanismos adequados para identificar, avaliar e mitigar riscos operacionais, financeiros, estratégicos e de conformidade.

O Comité também garante o cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis, avaliando a eficácia dos programas de compliance, incluindo iniciativas relacionadas com prevenção de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo (AML/CFT).

Adicionalmente, analisa relatórios de auditoria interna e externa e acompanha a implementação de acções correctivas.

No âmbito da supervisão geral, o Comité analisa periodicamente diferentes categorias de risco, como risco de crédito, mercado, liquidez, operacional, tecnológico e reputacional, assegurando que estão alinhadas com a estratégia do banco. Também avalia a eficácia dos processos de gestão de risco e recomenda melhorias sempre que necessário.

O Comité possui autoridade para investigar quaisquer matérias dentro do seu âmbito, solicitar informações a colaboradores e aceder a registos financeiros. Pode ainda recorrer a consultores externos e criar subcomités para apoio às suas funções.

As reuniões são realizadas pelo menos trimestralmente, com participação de áreas-chave como risco, compliance e auditoria interna.

Comité de Auditoria

O principal objectivo deste comité é apoiar o Conselho na supervisão da integridade das demonstrações financeiras, na eficácia do sistema de controlo interno, na independência e desempenho dos auditores internos e externos, bem como no cumprimento das normas legais e regulamentares.

O Comité é composto por, no mínimo, três membros não executivos, devendo incluir pelo menos um especialista financeiro com conhecimentos em auditoria e reporte financeiro. Os membros são nomeados pelo Conselho, com base em critérios de independência, experiência e integridade.

Entre as suas principais responsabilidades, destacam-se a supervisão da auditoria interna, incluindo a revisão dos planos e resultados de auditoria, a avaliação dos controlos internos e a garantia de recursos adequados para a função. O Comité também assegura a existência de mecanismos para recepção e tratamento confidencial de denúncias relacionadas com práticas financeiras, operacionais ou de governança.

No âmbito da auditoria externa e reporte financeiro, o Comité revê as demonstrações financeiras, acompanha práticas contabilísticas, avalia a independência dos auditores externos e analisa relatórios de entidades reguladoras. Além disso, recomenda ao Conselho a nomeação, recondução ou substituição dos auditores externos.

O Comitê possui autoridade para investigar qualquer matéria no âmbito das suas funções, aceder a informações relevantes e contratar consultores externos, quando necessário. Pode ainda constituir subcomitês para tratar de assuntos específicos.

As reuniões são realizadas pelo menos trimestralmente, com a participação de responsáveis-chave como o Director Financeiro, Auditoria Interna e Compliance. Existe um processo formal de registo de actas e reporte regular ao Conselho de Administração, sendo também realizada uma avaliação anual do desempenho do Comitê.

Relativamente à independência dos auditores, o documento estabelece regras claras, incluindo a rotação obrigatória a cada cinco anos, limitação de serviços não relacionados à auditoria e ausência de conflitos de interesse. São também definidos serviços não auditáveis permitidos, como consultoria em TI, gestão de riscos e assessoria fiscal, desde que não comprometam a independência do auditor.

Comissão Executiva

O comitê executivo do Banco é composto pelos seguintes membros:

- Chiwetalu Obikwelu – Administrador Delegado Interino
- Tarcísio Mahanhe - Director de Wholesale
- Ijeoma Obowu - Directora de Operações
- Samuel Maputso - Director de Recursos Humanos
- Sidónio Barata - Director Jurídico e Secretário da Sociedade
- Luckson Pfulkwa - Director de Gestão de Risco
- Flódio Chelele - Director Financeiro
- Bruno Gaspar - Director de Corporate e Comunicação
- Egildo Massuanganhe - Director de Tesouraria
- Graça Sumbana - Directora de Conduta e Compliance
- Josephine Eva Arthur - Directora de Retalho.

Conectamos África ao Comércio Global

O crescimento sustentável do continente exige
acção e visão para criar pontes entre mercados.



Somos mais que um banco. Combinamos presença internacional, conhecimento profundo dos mercados africanos e uma rede robusta de relações correspondentes para apoiar o comércio regional e global. Apoiamos empresas na sua expansão além-fronteiras, reforçando a integração económica e promovendo oportunidades que transcendem geografias.

mozambique.accessbankplc.com



mais que um banco

102

Enquadramento Macroeconómico

Economia Global

O início de 2025 foi marcado por expectativas moderadas e cautelosas: Moçambique procurava consolidar uma recuperação interna, enfrentando, porém, o peso da dívida e a dependência de investimentos externos. A nível mundial, o FMI reconhecia uma recuperação frágil, com a África Subsaariana a revelar sinais positivos, mas o panorama internacional permanecia condicionado por tensões comerciais e políticas monetárias restritivas.

A economia dos Estados Unidos manteve-se mais robusta do que a maioria dos países desenvolvidos.

A actualização do FMI em Janeiro de 2026 reviu em alta a previsão de crescimento para esse ano, situando-a em 2,4%, sustentada por uma política fiscal expansionista, taxas de juro baixas e investimento tecnológico. O crescimento anualizado dos EUA atingiu 4,3% no terceiro trimestre de 2025, impulsionado pelo sector tecnológico.

No âmbito da política monetária, o Federal Reserve encerrou 2025 com a taxa de referência entre 3,50% e 3,75%, após um ciclo de cortes iniciado no final de 2024. Este patamar manteve-se em Janeiro de 2026, demonstrando cautela quanto à velocidade dos próximos cortes de juros e reforçando a dependência dos dados económicos.

A China manteve um crescimento relativamente forte, apesar dos desafios estruturais. O FMI confirmou um crescimento de 5,0% em 2025 e projecta 4,5% para 2026, sustentado por políticas de

estímulo e crédito bancário. Embora o choque comercial tenha perdido intensidade, persistem obstáculos ligados à procura interna e ao sector imobiliário.

Na zona Euro, o crescimento manteve-se frágil. O FMI projectou apenas 0,9% para a Alemanha em 2025, reflexo do impacto da crise energética causada pelo conflito entre a Rússia e a Ucrânia. Em 2026, a previsão é de 1,1%, com efeitos persistentes do choque energético, fragilidade manufatureira e valorização real do euro a penalizar a região. A Espanha continuou a destacar-se na Europa. O FMI estimou um crescimento de 2,9% em 2025 e de 2,3% em 2026, bem acima da média da zona Euro.

Os investimentos em tecnologia impulsionaram a economia espanhola, embora numa escala inferior à dos Estados Unidos.

O Banco Central Europeu prosseguiu o ciclo de flexibilização, reduzindo a taxa da facilidade de depósito para 2,00% em Junho de 2025 e mantendo-a em Fevereiro de 2026, considerando que a inflação estava alinhada com a meta de médio prazo, apesar das incertezas externas.

Em 2025, o mundo evitou uma crise profunda, com a inflação em queda e os bancos centrais a reduzirem taxas. O crescimento global manteve-se moderado e desigual, sustentado pela tecnologia e pelo consumo em determinados países, mas continuando vulnerável a choques externos, conforme destaca o FMI.

Projeção de crescimento para as principais economias em 2026

Pais / Região	Crescimento 2025	Projec. 2026
Global	3.30%	3.30%
EUA	2.10%	2.40%
China	5.00%	4.50%
Zona Euro	1.4%	1.30%
Alemanha	0.90%	1.10%
Espanha	2.90%	2.30%

Fonte: FMI - World Economic Outlook October 2025, Update January 2026

De forma objectiva, o actual contexto de guerras tem potencial para provocar aumento da inflação, diminuição do consumo e do investimento, para além de instabilidade nos mercados financeiros.

Estes efeitos podem ser agravados caso persistam sanções económicas em larga escala, resultando num impacto multiplicador sobre a actividade económica e produtiva mundial. Acresce que a tensão militar no Médio Oriente constitui um factor de agravamento, prejudicando ainda mais o comércio internacional.

Em 2025, o mercado mundial de mercadorias foi marcado por volatilidade, em virtude de factores como fenómenos climáticos extremos, tensões geopolíticas e desequilíbrio entre oferta e procura. Em Moçambique, o sector do GNL manteve expectativas positivas quanto às exportações, enquanto as mercadorias agrícolas foram afectadas por secas e inundações, prejudicando a produção e os preços.

Segue-se uma síntese do desempenho de algumas das principais mercadorias no mercado internacional:

Cacau: Os preços do cacau mantiveram-se em níveis historicamente elevados ao longo de 2025, após uma forte subida

em 2024. Apesar de alguma estabilização durante o ano, os valores permaneceram bastante acima da média histórica, prevendo-se apenas uma correcção gradual a partir de 2026.

Soja, Milho e Trigo: Em 2025, milho e soja registaram preços estáveis ou em queda, resultado de melhores colheitas na América do Sul e nos Estados Unidos. O trigo evidenciou alguma recuperação, influenciado por riscos climáticos e restrições na Rússia e na região do Mar Negro. Segundo o Banco Mundial, os preços agrícolas tendem a normalizar após os picos de 2022–2023, permanecendo, contudo, voláteis devido a factores climáticos.

Petróleo: Os preços do petróleo mantiveram relativa estabilidade em 2025, após a tendência de queda registada anteriormente. Segundo o Banco Mundial, estimava-se cerca de USD 79/barril em 2025, com previsão de ligeira descida para USD 75/barril no início de 2026, num contexto de equilíbrio entre cortes da OPEP+, crescimento moderado da procura mundial e aumento da oferta fora da OPEP. Estas previsões continuam sujeitas a riscos geopolíticos e possíveis perturbações na oferta.

Ouro e Prata: Em 2025, os metais preciosos mantiveram-se valorizados, embora de forma mais moderada do que em 2024. O ouro atingiu máximos históricos devido à procura crescente por parte dos Bancos Centrais, expectativas de queda das taxas de juro e instabilidade geopolítica. A prata também registou aumento, impulsionada pela procura industrial.

Minério de Ferro: Os preços do minério de ferro mantiveram-se sob pressão em 2025. A procura chinesa permaneceu fraca, devido à crise prolongada no sector imobiliário. Consequentemente, os preços apresentaram tendência moderadamente descendente, prevendo-se apenas uma estabilização limitada em 2026.

Desenvolvimento Económico e Perspectivas na África Subsaariana em 2025

Em 2025, a guerra Rússia-Ucrânia ainda afectou os preços globais, porém com menor impacto que no início. Gás, petróleo e trigo estabilizaram, mas seguem suscetíveis a disrupções logísticas e geopolíticas na região do Mar Negro e, mais actualmente, no Médio-Oriente.

Em 2025, a economia da África Subsaariana recuperou, com crescimento do PIB estimado em 4,4%, acima dos 4,1% de 2024, e previsão de aceleração em 2026. Dois terços dos países seguem crescendo, impulsionados por melhores condições macroeconómicas, aumento da procura interna e maior estabilidade cambial.

A inflação na região continuou a cair em 2025, trazendo maior estabilidade macroeconómica. Essa queda facilitou pausas e flexibilizações na política monetária e ajudou a estabilizar a dívida pública.

Países como Costa do Marfim, Benim e Quênia regressaram aos mercados internacionais com emissões de Eurobonds em 2024 e 2025, embora ainda enfrentem custos elevados.

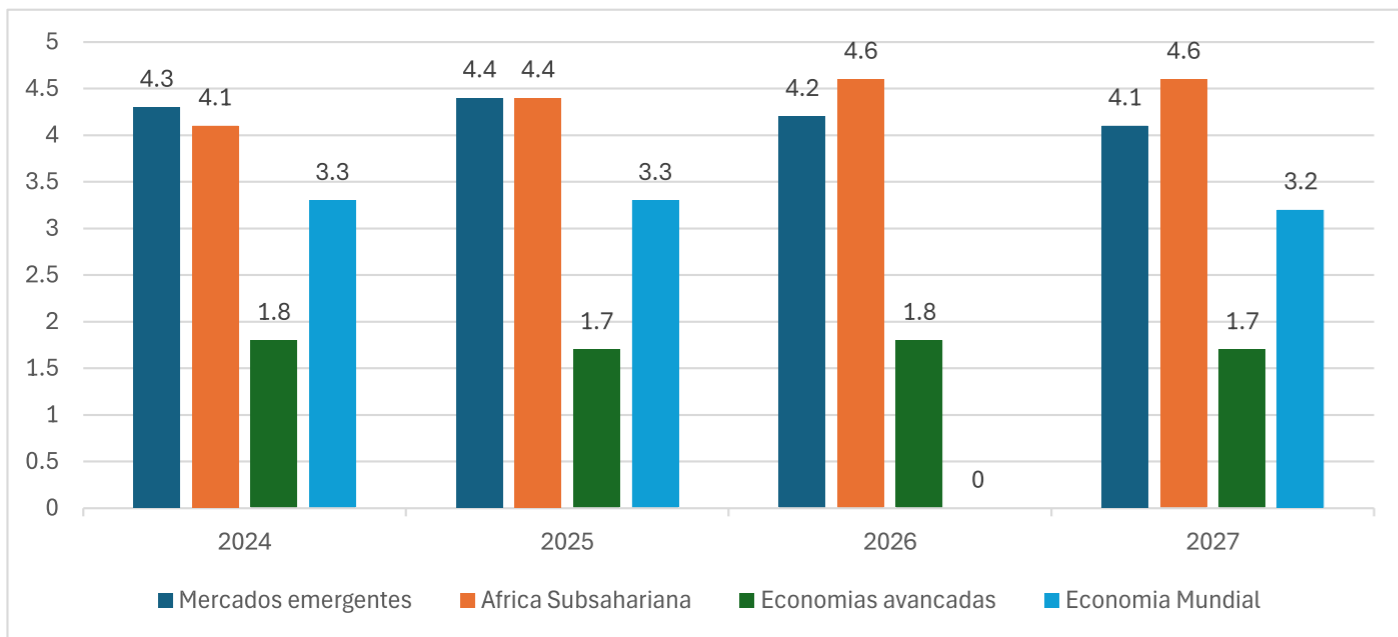
No entanto, a recuperação não foi uniforme. Economias

dependentes de commodities, como Nigéria e Angola, continuaram a enfrentar desafios estruturais, incluindo volatilidade de receitas e limitações na produção, registando crescimento inferior ao de economias mais diversificadas, como Senegal, Costa do Marfim e Tanzânia.

A África do Sul, uma das maiores economias da região, continuou a enfrentar restrições significativas ao crescimento em 2025, com expansão em torno de 1,3%, condicionada sobretudo pela crise persistente no sector energético, limitações logísticas e fraca confiança empresarial.

O FMI destacou riscos como o alto custo de vida, dificuldades no acesso a financiamento externo e altos custos da dívida, ampliados por condições financeiras restritas. Defendeu reformas estruturais, maior arrecadação interna e apoio internacional para um crescimento mais inclusivo e sustentável.

Em resumo, embora a África Subsaariana tenha apresentado sinais mais sólidos de recuperação em 2025, o crescimento económico permanece frágil e desigual, exigindo esforços contínuos para enfrentar vulnerabilidades estruturais e reduzir a exposição a choques externos.



Fonte: World Economic Outlook - Update (Jan, 2026)

Economia Nacional

Em 2025, a economia de Moçambique permaneceu condicionada por desafios estruturais e factores externos. As perturbações pós-eleitorais, constrangimentos cambiais, pressões fiscais e a persistência da instabilidade no norte do país, os choques climáticos e os constrangimentos logísticos continuaram a influenciar o desempenho económico no país.

Crescimento Económico

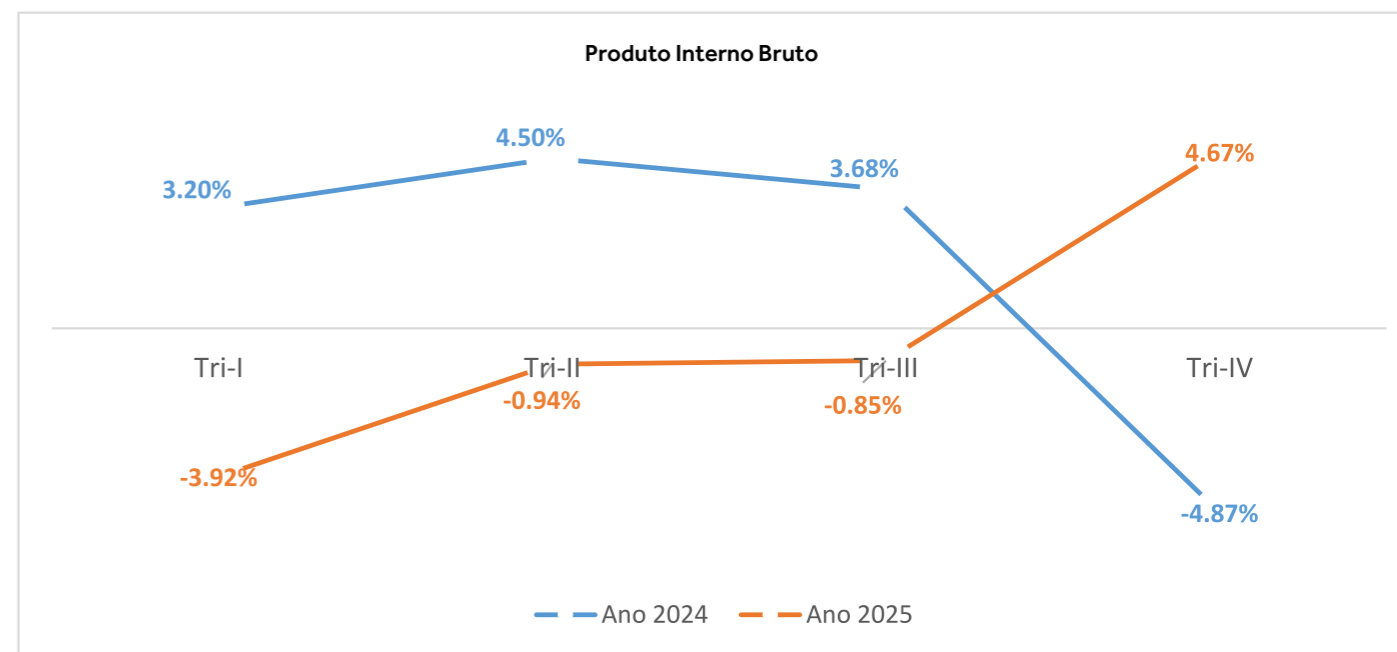
O crescimento económico de Moçambique em 2025 caracterizou-se por desempenho retraído associado as contracções registradas até ao terceiro trimestre:

- Primeiro Semestre:** O início de 2025 foi marcado por contracção da actividade económica em termos homólogos: o PIB contraiu 3,92% no 1.º trimestre. A fraqueza reflectiu os efeitos remanescentes das perturbações pós-eleitorais do final de 2024, a contracção do sector secundário (indústria transformadora, construção e energia) e a quebra da procura interna, embora o sector primário (agricultura e, sobretudo, indústria extractiva) tenha mitigado parcialmente a queda.
- Segundo e Terceiro Trimestres:** Ao longo do 2.º e do 3.º trimestres, a economia manteve contracção homóloga, ainda que menos pronunciada (-0,94% e -0,85%, respectivamente), com sinais de estabilização de alguns ramos e ligeira normalização das cadeias de abastecimento. A agricultura e a extracção mineira continuaram a sustentar o lado positivo, enquanto energia, indústria transformadora, transportes e comércio permaneceram pressionados.
- Quarto Trimestre:** No 4.º trimestre de 2025, a economia recuperou e cresceu 4,67% homólogo, interrompendo a sequência de quedas homólogas observadas desde o 4.º trimestre de 2024. O avanço foi impulsionado, sobretudo, pelo sector secundário, com destaque para a indústria transformadora (c. +13,6% y/y) e melhoria em construção; a electricidade/água manteve perdas, mas o sector terciário também avançou, com ganhos em hotéis e restaurantes e serviços financeiros.

No quarto trimestre de 2025, o crescimento económico consolidou-se graças à recuperação dos sectores secundário e terciário, apesar de restrições estruturais persistentes. A estabilidade agrícola foi favorecida pela ausência de choques climáticos severos, mas o investimento directo estrangeiro continuou abaixo do esperado devido a insegurança por conta da insurgência militar principalmente no norte do país.

Apesar das previsões optimistas para 2025, os dados finais indicaram uma contracção acumulada de -0,52%, revertida apenas no último trimestre com um crescimento homólogo de 4,67%. Isto demonstra uma retoma económica concentrada no fim do ano, especialmente nos sectores transformador, extractivo e de serviços.

Os projectos de gás natural liquefeito (GNL) continuam a ser pilares centrais das perspectivas económicas do país. Em outubro de 2025, a TotalEnergies levantou oficialmente a declaração de força maior sobre o projecto Mozambique LNG (Área 1), sinalizando a retoma do empreendimento em Afungi, Cabo Delgado. A decisão foi sustentada por melhorias na segurança e por um acordo fiscal relativo aos custos da paragem de 2021. Com este marco, as expectativas de impacto macroeconómico tornam-se mais tangíveis, reforçando a confiança dos investidores e abrindo caminho para que o sector energético desempenhe um papel mais direto na transformação económica do país.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Taxa de Inflação:

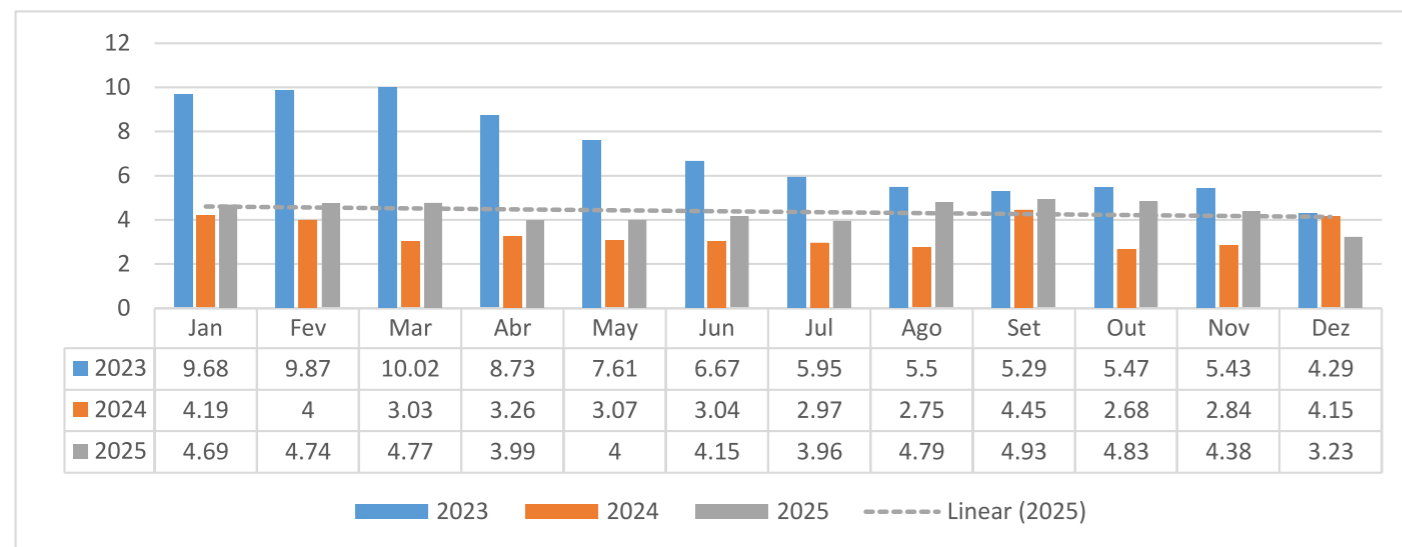
A inflação manteve-se inferior a 4% no início do ano, revelando um controlo eficaz dos preços, apesar de factores externos adversos como conflitos internacionais e fenómenos climáticos. Este desempenho evidencia resiliência, mesmo perante o elevado endividamento público e a dependência das importações de bens essenciais.

A política monetária assumiu um papel determinante neste equilíbrio, o Banco de Moçambique adoptou uma postura prudente, com ajustamentos graduais na taxa de juro de referência (MIMO) e a Prime Rate mais conservadora para conter a procura agregada. Esta

abordagem visava não só travar a inflação, mas também criar condições favoráveis à recuperação económica, preservando simultaneamente a confiança dos agentes económicos.

As perspectivas para o restante de 2025 apontavam para uma inflação relativamente estável, embora sujeita a riscos relacionados com a evolução dos preços internacionais dos combustíveis e dos alimentos, bem como à vulnerabilidade cambial. Ainda assim, a manutenção da inflação em níveis reduzidos proporcionava margem para estímulos económicos e para a consolidação de políticas de crescimento.

Inflação Homologa 2025



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE)

Tabela 2: Inflação acumulada, contribuição por classes

Descrição	Contribuição (%)	
	2024	2025
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	5.2	1.87
Bebidas alcoólicas e tabaco	2.1	0.05
Vestuário e calçado	1.4	0.22
Habituação, água, electricidade, gás e outros combustíveis	3.0	0.06
Mobiliário, artigos equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação Saúde	2.7	0.20
Saúde	1.8	0.03
Transportes	3.5	-0.24
Comunicações	0.9	0.03
Lazer, recreação e cultura	1.6	0.13
Educação	1.2	0.01
Restaurantes, hotéis, cafés e similares	2.4	0.70
Bens e serviços diversos	2.0	0.18
Total	4.15	3.23

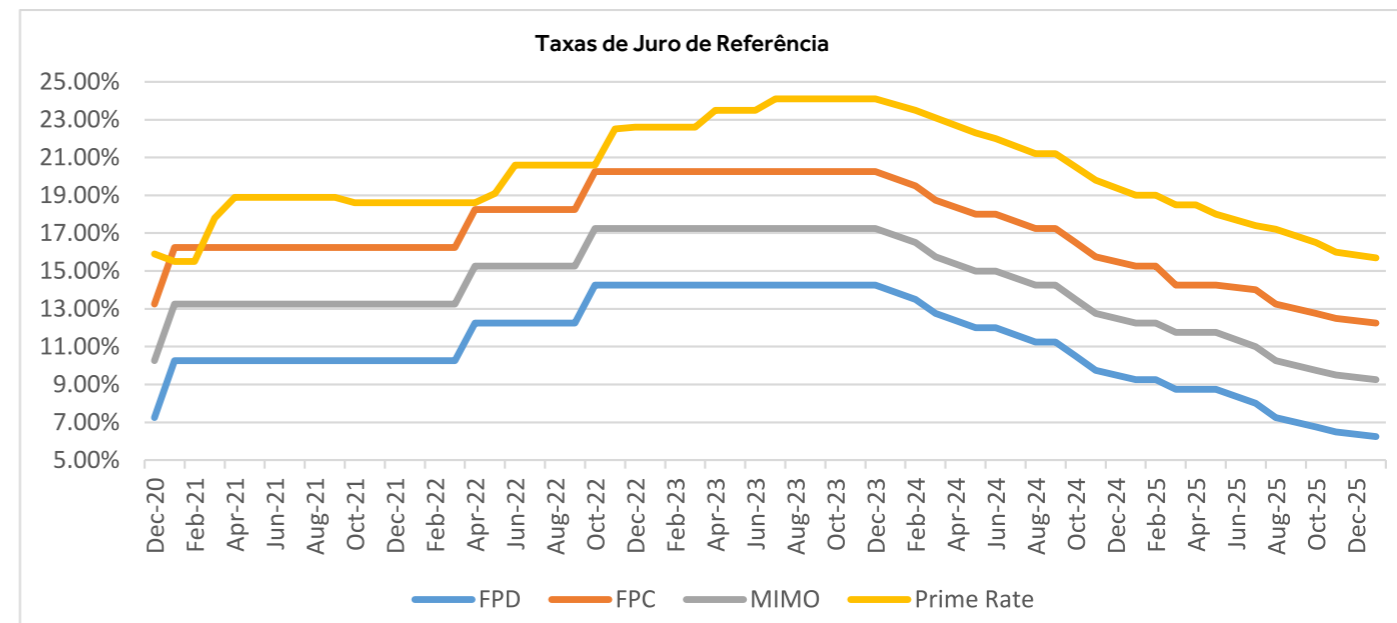
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (INE) - IPC Dezembro 2025

Política Monetária:

Durante o período analisado, a política monetária em Moçambique foi influenciada por uma contracção económica, inflação moderada e incerteza externa. Após choques políticos em 2024 na economia, o Banco de Moçambique afrouxou a política monetária para mitigar a desaceleração. Com a inflação de 4,15% no final de 2024, e desempenho económico negativo nos três primeiros trimestres de 2025, adoptou-se uma postura prudente mas flexível. A Taxa MIMO caiu progressivamente de 12,75%, no início do ano, atingindo 9,50% até Dezembro, visando estimular crédito e consumo num contexto de inflação controlada; contudo, os resultados foram limitados devido ao ambiente de incerteza.

A flexibilização monetária teve impacto limitado no mercado de crédito devido à percepção de risco e fragilidade económica. As instituições financeiras mantiveram cautela e critérios prudentes, alinhando-se às orientações do Banco Central diante da incerteza climática e baixa recuperação do consumo.

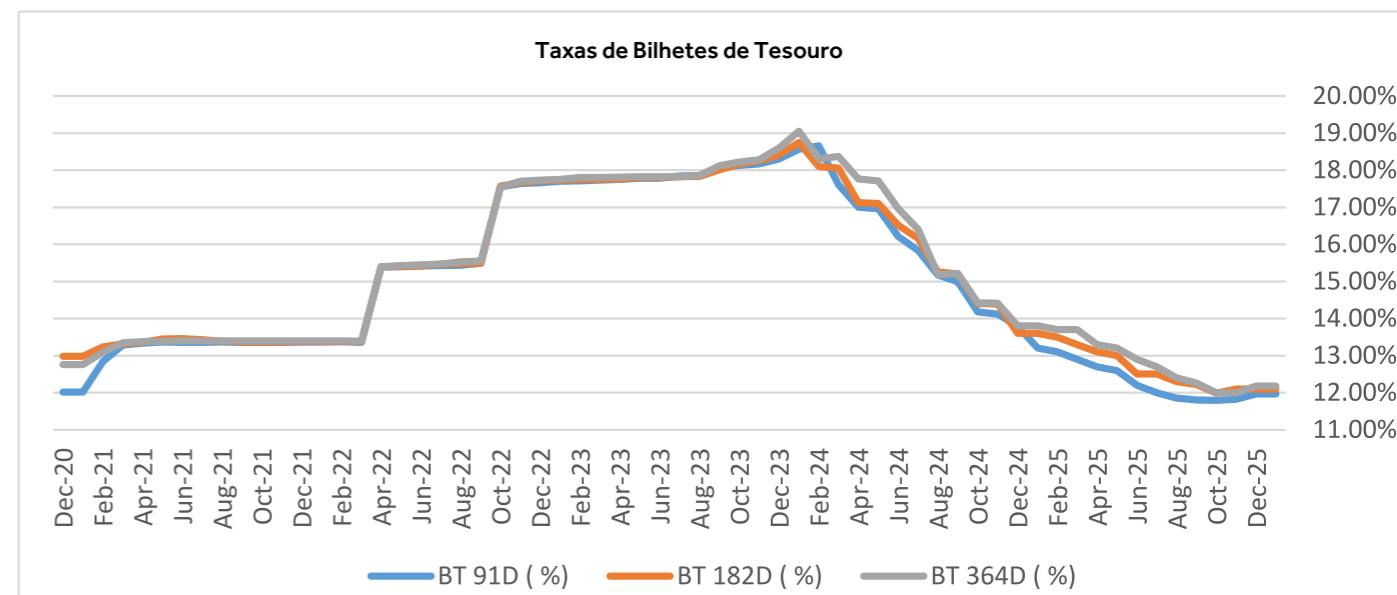
No quarto trimestre, as expectativas melhoraram com a retomada do PIB, destacando o papel da política monetária como amortecedor na reversão gradual da contracção económica e preservação das condições para futuros crescimentos.



Fonte: Banco de Moçambique

Durante o ano de 2025, as taxas dos Bilhetes do Tesouro (BT) registaram uma tendência geral de redução, acompanhando o ciclo de flexibilização da política monetária conduzido pelo Banco de Moçambique. Após níveis mais elevados herdados de 2024, as taxas dos BT nos principais prazos (91, 182 e 364 dias) diminuíram de forma progressiva, tendo registado quedas na ordem de 100 pontos

base entre Maio e Setembro, situando-se em torno de 11,8%–12,3% no terceiro trimestre e estabilizando próximo de 11,8%–12,2% no final do ano. Este comportamento reflecte um contexto de desaceleração da inflação, estabilidade cambial e redução da taxa directora (MIMO), sinalizando menor pressão sobre o custo do financiamento interno.



Fonte: Banco de Moçambique

Comércio Internacional e Exportações

Principais parceiros de investimento em percentagem (%)

No primeiro semestre de 2025, as exportações de bens realizadas pela economia moçambicana para o estrangeiro renderam ao País USD 3 609,6 milhões, o que corresponde a uma diminuição de 4,8% em relação ao período homólogo de 2024, segundo dados do Banco de Moçambique. Esta evolução ficou sobretudo a dever-se ao decréscimo das receitas de exportação do carvão, da energia e de alguns produtos agrícolas, num contexto em que o desempenho positivo do gás natural não logrou compensar a redução registada noutros segmentos exportadores.

O comportamento das vendas de bens ao exterior no primeiro semestre foi condicionado, sobretudo, pela diminuição das exportações associadas aos grandes projectos. As exportações dos Grandes Projectos passaram de USD 2 948,6 milhões no primeiro semestre de 2024 para USD 2 871,1 milhões no período homólogo de 2025, enquanto as exportações excluindo Grandes Projectos desceram de USD 843,9 milhões para USD 738,5 milhões. Ao nível sectorial, a indústria extractiva reduziu-se de USD 2 141,5 milhões para USD 1 960,0 milhões, ao passo que a energia eléctrica passou de USD 353,5 milhões para USD 221,9 milhões.

• Exportações de Gás Natural e Energia Eléctrica:

As exportações de gás natural em Moçambique mantiveram-se em crescimento em 2025, com receitas a aumentarem cerca de 11,7% no primeiro semestre, consolidando o gás como relevante fonte de receitas de exportação e consequentemente de divisas. Em contrapartida, as exportações de energia eléctrica registaram uma redução significativa devido a condições operacionais e hidrológicas adversas, limitando o seu contributo para o total exportador.

Em termos geográficos, a Índia, a África do Sul e a China mantiveram-se como principais destinos das exportações moçambicanas, reflectindo a predominância dos produtos minerais, energéticos e do gás natural na estrutura exportadora do país.

• Dependência de Importações:

A elevada dependência de bens importados, em especial produtos alimentares e combustíveis, manteve-se em 2025 como um dos principais desafios estruturais da economia moçambicana.

Contudo, ao contrário de 2024, não se registaram choques logísticos de grande envergadura associados a fenómenos climáticos extremos, permitindo maior estabilidade nas cadeias de abastecimento. Ainda assim, pressões cambiais e custos de transporte continuaram a influenciar o volume das importações, perpetuando a vulnerabilidade externa do País.

Dívida Pública e Relações Internacionais

• Dívida Elevada:

O rácio dívida/PIB manteve-se elevado em 2025, permanecendo em níveis próximos de 90% do PIB, após ter registado valores semelhantes em 2024, segundo o Fundo Monetário Internacional. Apesar de algum esforço de consolidação fiscal e de redução do défice, o nível de endividamento continua elevado e classificado como estando em situação de vulnerabilidade, reflectindo constrangimentos persistentes no acesso a financiamento externo e aumento das necessidades de financiamento interno.

Ainda assim, verificou-se alguma melhoria ao nível do saldo orçamental, com o défice fiscal a reduzir-se para cerca de 4,5% do PIB em 2025, beneficiando de ajustamentos na despesa pública. Contudo, a dívida pública continua a ser considerada elevada e em situação de risco, limitando a capacidade do governo de investir em infra-estruturas e serviços públicos, e mantendo a dependência de assistência externa.

O FMI segue apoiando Moçambique com assistência financeira e técnica, focando estabilidade macro-económica, gestão da dívida e reformas estruturais. O país tem acesso a financiamento concessional, inclusive para enfrentar choques climáticos, em parceria com o Banco Mundial e outros organismos multilaterais. O FMI ressalta a importância de transparência fiscal, melhor gestão das finanças públicas e governança para restaurar a confiança internacional e garantir a sustentabilidade da dívida.

Panorama Político

Em 2025, o panorama político em Moçambique foi marcado por uma relativa estabilização institucional após o período de maior tensão associado ao ciclo eleitoral anterior, porém ainda com fragilidades ao nível da confiança entre agentes económicos e do ambiente de negócios. A governação centrou-se na manutenção da estabilidade macro-económica e no reforço da credibilidade junto de parceiros internacionais, num contexto em que decisões de política económica e reformas estruturais continuaram a ser observadas com cautela por investidores. A percepção de risco político, embora menos acentuada do que no período anterior, manteve-se presente, influenciando o ritmo de materialização de investimento privado, sobretudo em sectores estratégicos.

Paralelamente, a situação de segurança no norte do país, apesar de alguns progressos, continuou a constituir um factor relevante para a trajectória económica, condicionando expectativas em torno de grandes projectos e exigindo a continuidade de esforços coordenados entre o Governo e parceiros internacionais. Neste enquadramento, a agenda política procurou equilibrar a necessidade de consolidação institucional, gestão de expectativas sociais e implementação de reformas, num ambiente ainda sensível a choques internos e externos. O resultado foi um contexto político mais previsível, mas ainda em processo de consolidação, com impacto directo sobre a confiança, o investimento e a dinâmica económica do país.

Taxa de Câmbio

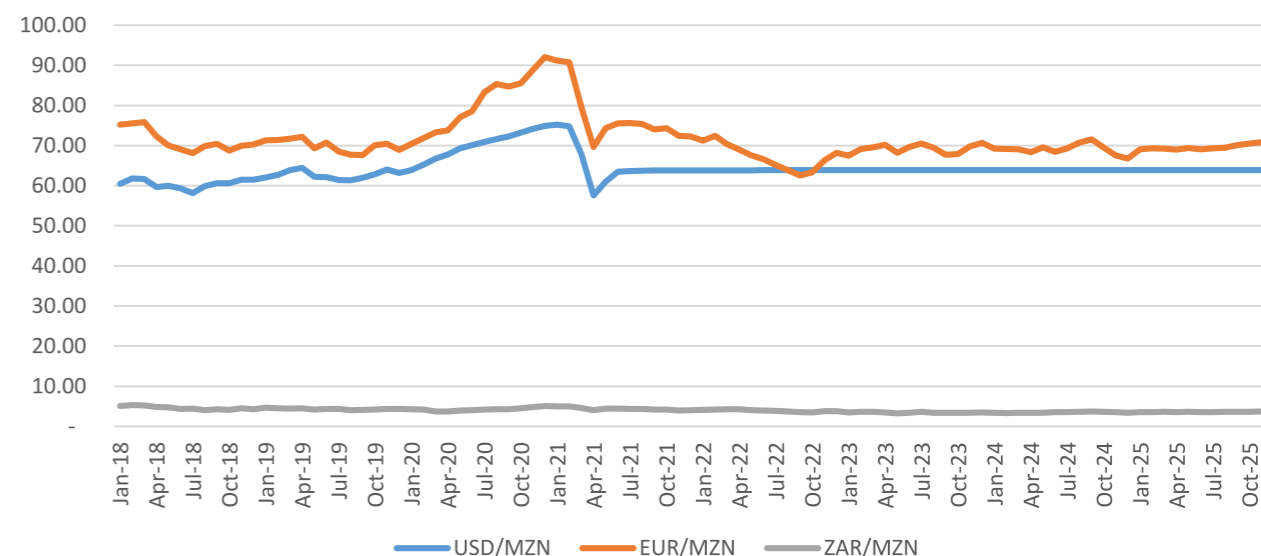
Durante o ano de 2025, o Metical manteve-se relativamente estável em relação às principais moedas transaccionadas no mercado nacional, com destaque para o dólar norte-americano e o rand sul-africano. Em termos gerais, a moeda nacional apresentou uma trajectória de estabilidade, quando comparada com outras economias da região.

Em relação ao dólar norte-americano, o Metical foi cotado no final do ano na ordem de 63,9 MZN/USD, mantendo-se próximo dos níveis observados no início do período, reflectindo uma evolução globalmente estável ao longo do ano.

No que se refere ao rand sul-africano, o Metical registou alguma volatilidade ao longo do período, situando-se, no final do ano, num intervalo próximo de 3,3–3,5 MZN/ZAR, influenciado pela dinâmica regional e pela volatilidade da moeda sul-africana.

As perspectivas em relação ao início da exportação em larga escala de gás na bacia do Rovuma mantêm-se positivas, embora continuem dependentes da decisão final de investimento por parte da Exxon Mobil e da evolução das condições de segurança. A concretização destes projectos estruturantes deverá, no médio prazo, contribuir para reforçar a oferta de divisas e aliviar potenciais pressões no mercado cambial.

Evolução das Principais Taxas de Câmbio



Dois prémios que reconhecem o nosso compromisso com o futuro

Fomos distinguidos nos World Economic Magazine Awards 2025 com dois prémios internacionais: **Melhor Iniciativa Ambiental em Moçambique e Melhor Solução de Cartão Pré-pago.**

Estes reconhecimentos reforçam o nosso empenho em criar soluções sustentáveis, inovadoras e pensadas para o crescimento das comunidades moçambicanas.

Acreditamos que o futuro constrói-se com impacto positivo todos os dias.



access

mais que um banco

103

Análise de Resultados e Rentabilidade

Análise de Resultados e Rentabilidade

8.1. Síntese

Em 2025, a economia moçambicana retraiu reflectido por fragilidades estruturais internas, riscos de segurança, choques climáticos em todo país e um ambiente externo caracterizado por incerteza geopolítica e condições financeiras globais restritivas. Após um primeiro semestre penalizado por factores pós-eleitorais e fraqueza da procura interna, o quarto trimestre evidenciou uma recuperação gradual e desigual, com sinais mais claros de retoma concentrados no último trimestre.

A actividade económica registou contração nos três primeiros trimestres de 2025, refletindo o fraco desempenho de segmentos relevantes do sector secundário, incluindo indústria transformadora, construção e energia. Contudo, no quarto trimestre observou-se uma inversão significativa da tendência, com crescimento homólogo estimado em 4,67%, impulsionado sobretudo pela recuperação da indústria transformadora, melhoria gradual da construção e desempenho positivo do sector dos serviços. Ainda assim, em termos acumulados, o crescimento anual permaneceu ligeiramente negativo, evidenciando que a retoma foi tardia e concentrada.

A inflação manteve-se controlada ao longo do ano, encerrando 2025 em níveis moderados, beneficiando de estabilidade cambial, menor pressão sobre os preços dos combustíveis e alguma normalização das cadeias de abastecimento. Este enquadramento permitiu ao Banco de Moçambique adotar uma postura monetária prudente, mas acomodatória, reduzindo progressivamente a taxa de juro de referência (MIMO). Não obstante, o impacto da flexibilização monetária no crédito revelou-se limitado, refletindo percepções de risco elevadas, cautela das instituições financeiras e uma recuperação económica ainda frágil.

No sector externo, a economia continuou a evidenciar dependência estrutural de importações e exposição a choques externos. As exportações registaram redução no primeiro semestre, penalizadas pelo desempenho do carvão, da energia eléctrica e de alguns produtos agrícolas, embora as exportações de gás natural tenham mantido crescimento e reforçado o seu papel como fonte de divisas. A decisão de levantamento da declaração de força maior no projeto *Mozambique LNG* em 2025 constituiu um marco relevante para as perspetivas macroeconómicas de médio prazo, reforçando a confiança dos investidores e as expectativas de maior estabilidade externa e crescimento futuro.

Em termos fiscais, o nível de endividamento público manteve-se elevado, limitando o espaço fiscal, apesar de algum esforço de consolidação orçamental. O apoio contínuo de parceiros multilaterais, incluindo o FMI, permanece central para a estabilidade macroeconómica, com foco em reformas estruturais, sustentabilidade da dívida e reforço da governação económica.

8.2. Desempenho Financeiro

O Access Bank, em 2025, mesmo numa economia adversa, com a taxa de juro base reduzida em 325 pontos base, retornou a lucratividade, reportou um lucro de 8 milhões de meticais, uma melhoria significativa em 101%, do prejuízo líquido 743 milhões de meticais apurados no ano 2024. Este aumento, deveu-se principalmente ao aumento da margem financeira em 31%, como resultado do aumento dos juros recebidos dos investimento em instrumentos financeiros e redução do custo de juros, aumento das comissões sobre serviços e canais digitais em mais de 100% e excelente resultado de operações financeiras, com um registo de crescimento em 40%.

Por outro lado, por forma a melhorar a eficiência do Banco, como resultado da estratégia para a contenção dos custos, registou uma redução de 8%.

As provisões para perdas de crédito esperadas, líquidas de reversões fixaram-se em 63 milhões de meticais face aos 38 milhões de meticais para 2024. Esta variação deveu-se para além do crescimento da carteira de crédito, ao agravamento do contexto de incerteza, associado à maior exposição a choques climáticos, à instabilidade política, às disrupções nas cadeias de abastecimento e de procura das empresas, conduziu ao reforço das provisões. Por outro lado, a estratégia de recuperação de créditos e melhoria na gestão de relacionamento para com os nossos clientes, o banco registou reversões materiais na matéria de recuperação de créditos previamente saneados. Face ao exposto, o Banco registou uma melhoria significativa do rácio de crédito em incumprimento de 21.6% para 6.96% em 2025.

Os custos operacionais do Banco registaram uma redução de 8% comparado com o ano de 2024, em 2025 cifraram-se em 1,828 milhões de meticais. Esta melhoria de eficiência, resultou integralmente de medidas estratégicas implementadas durante o ano por forma a reduzir os custos administrativos, perdas operacionais e despesas em tecnologia de informação e canais digitais assim como também na optimização de alguns serviços através de automatização e digitalização. Assim sendo, esta redução dos custos operacionais e aumento no produto bancário (excluindo as imparidades) impactou o rácio de eficiência do Banco, reduzindo de 129% para 86% em 2025.

O total dos activos do Banco cresceu em 18%, em linha com a estratégia, e acima da média do mercado, ascendendo a 29,521 milhões de meticais, quando comparado com 25,088 milhões de meticais registados em 2024, tendo sido influenciado maioritariamente pelo incremento do crédito ao cliente em 57% e aumento dos investimentos em instrumentos financeiros em 80%. Os recursos de clientes ascenderam a 26,595 milhões de meticais em 2025 face aos 22,037 milhões de meticais alcançados em 2024 como resultado do aumento significativo dos depósitos a prazo de 69% e de depósitos correntes em 4% comparado com o período homólogo, contudo, registou também uma melhoria no custo de financiamento.

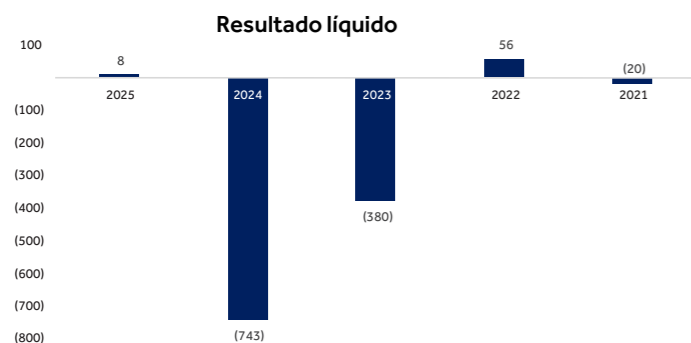
O rácio de transformação do Banco em 2025 situou-se em 26% contra 21% registados em 2024 como resultado do aumento em 21% dos recursos dos clientes e aumento do crédito aos clientes.

O capital do Banco aumentou em 230 pontos base quando comparado a 2024 devido ao incremento no capital social, através do novo accionista, em 380 milhões de meticais, e um impacto marginal nos resultados acumulados com a adição dos resultados apurados em 2025.

Este aumento do capital contribuiu para a melhoria do rácio de solvabilidade para 15% contra 13% registados no ano de 2024.

8.3. Resultado do exercício

O resultado líquido em 2025 situou-se em um lucro de 8 milhões de meticaís (2024: prejuízo de 743 milhões de meticaís) devido ao registo de aumento no produto bancário (excluindo as imparidades) em 38% face ao registado em 2024, influenciado maioritariamente, pelo aumento significativo do resultado de operações financeiras, 40% e aumento da margem financeira em 31%, quando os custos operacionais reduziram em 8%, comparando com o registado em 2024.

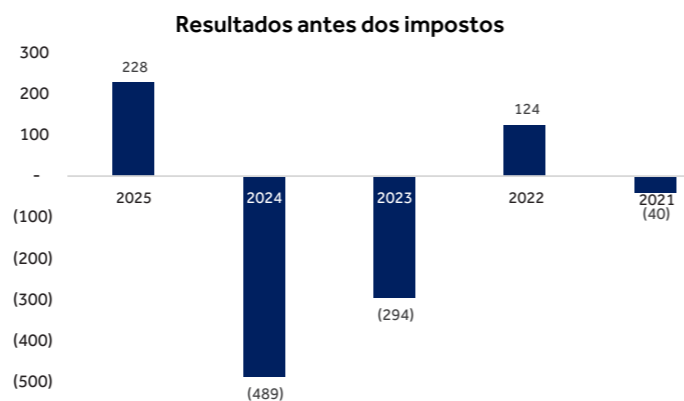


O resultado registado em 2025 foi influenciado por vários factores conforme abaixo descrito:

- Aumento da margem financeira em 31%, destacando-se a redução acentuada sobre os juros e encargos dos recursos de clientes, 17%, e aumento dos juros recebidos do investimento em títulos, apesar da contínua descida das taxas de juro base e aumento fraca liquidez no mercado.
- Aumento exponencial das comissões sobre os serviços e canais digitais em mais de 100% devido ao aumento do volume de transações face a melhoria da confiança no banco e de relacionamento com os nossos clientes.
- Aumento em 40% do resultado de operações financeiras, mesmo perante a escassez severa de divisas no mercado quando a demanda continua muito alta, sendo uma economia predominantemente dependente de importações.
- Apesar da forte estratégia contínua de recuperação de crédito que culminou numa recuperação de imparidades em 62 milhões de meticaís, quando comparadas com 2024, registou num aumento líquido, de 38 milhões de meticaís registados em 2024 para uma imparidade líquida de 63 milhões de meticaís em 2025.
- Redução em 8% dos custos operacionais do Banco, resultado da implementação das medidas estratégicas para melhorar a eficiência, através da redução dos custos administrativos e de pessoal.

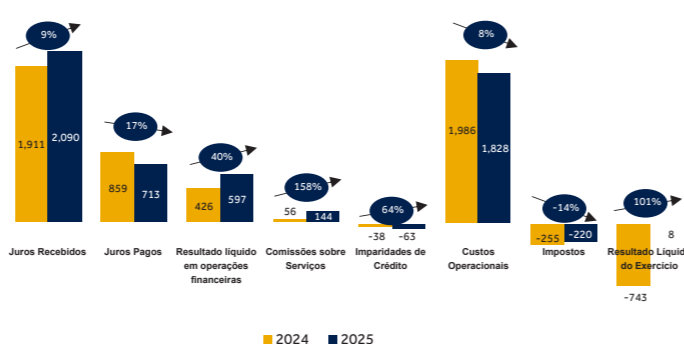
A rentabilidade sobre capitais próprios do Banco melhorou para 0.40% positivo enquanto que em 2024 a mesma fixou-se em 44.06% negativo.

O resultado do Banco antes dos impostos situou-se em um lucro de 228 milhões de meticaís em 2025, uma notável melhoria em relação ao prejuízo reportado em 2024 de 489 milhões de meticaís. Este resultado contribuiu para o aumento da rentabilidade dos Capitais Próprios em 2025 fixando-se em 0.40% positivo.



Por outro lado, importa realçar a melhoria da receita proveniente da margem financeira, embora a redução das taxas de juro de referência, notou-se um aumento do crédito ao cliente e investimento em títulos.

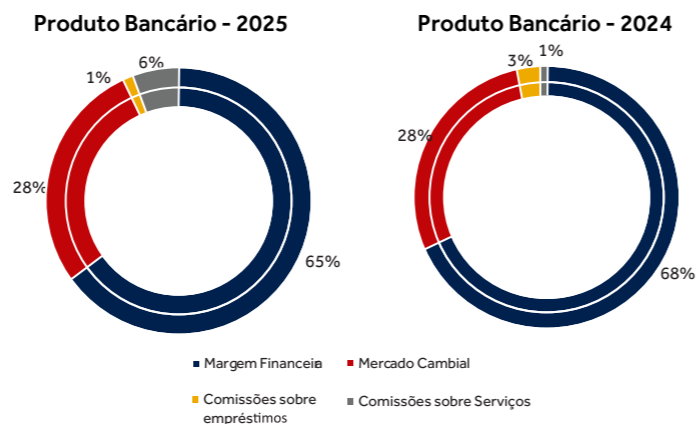
Os custos operacionais constituíram também um factor influenciador com uma redução de 8%.



8.4. Rendimentos Operacionais / Produto Bancário (excluindo as imparidades)

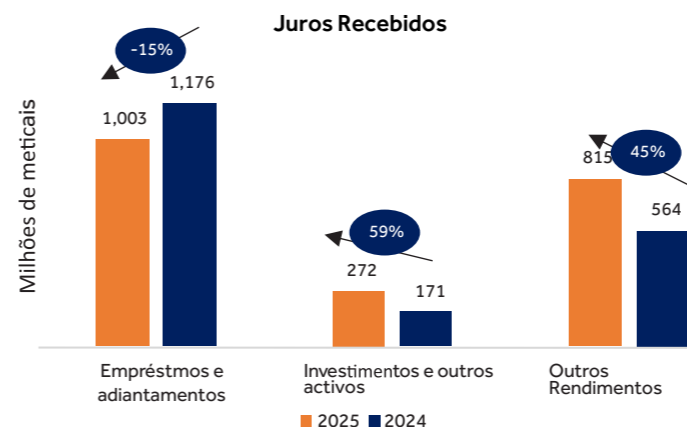
s rendimentos operacionais em 2025 aumentaram em 38%, para 2.1 mil milhões de meticaís (2024: 1.5 mil milhões de meticaís) reflectindo um aumento de 584 milhões de meticaís, provenientes do aumento da margem financeira (325 milhões de meticaís), crescimento das operações financeiras em 171 milhões de meticaís e aumento comissões sobre serviços e canais transacionais em 88 milhões de meticaís.

A contribuição das operações no mercado cambial mantiveram-se em 28% em 2025 enquanto que a margem financeira caiu de 68% em 2024 para 65% em 2025 e as comissões sobre serviços e canais digitais aumentaram de 1% em 2024 para 6% em 2025.



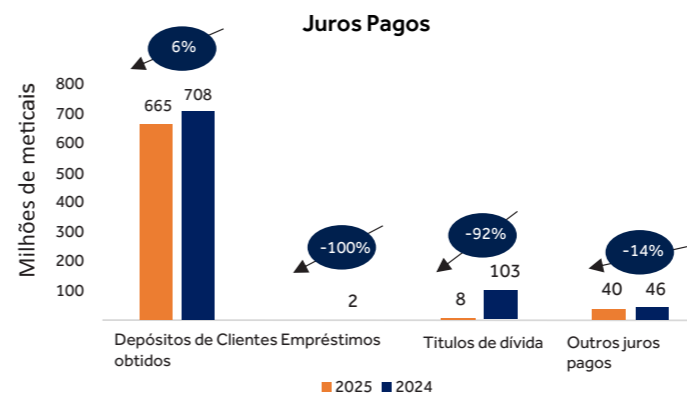
8.5. Margem Financeira

A margem financeira totalizou 1,377 milhões de meticaís, evidenciando um aumento de 31% quando comparado com os 1,053 milhões de meticaís realizados em 2024, onde, apesar do decréscimo nas taxas de juro no mercado financeiro, o crédito à clientes e investimento em títulos aumentaram. A margem financeira corresponde a 65% do total da receita do Banco, e uma redução de 3% comparado a 2024.



Os juros recebidos sobre investimentos e outros activos aumentaram em 59% devido à aumento do volume investido em 80% como resultado do aumento da liquidez, contudo, os juros sobre os investimentos de curto prazo no mercado interbancário reduziram em 15%, justificado pela descida acentuada da taxa de juro base. Os juros sobre empréstimos a clientes também aumentaram em 45%, devido ao aumento da carteira de empréstimos no segmento corporativo e deve também ao aumento dos juros sobre o empréstimos de curto prazo a clientes individuais. O custo de funding reduziu em 2025, apesar de ter-se registado um aumento na carteira de depósitos em 21%, contribuindo assim para uma descida dos juros pagos aos clientes em 17%.

Esta descida é resultado da redução em 6% dos juros sobre os depósitos de clientes e os juros sobre os títulos de dívida, papel comercial, baixaram em 92% (95 milhões de meticaís).

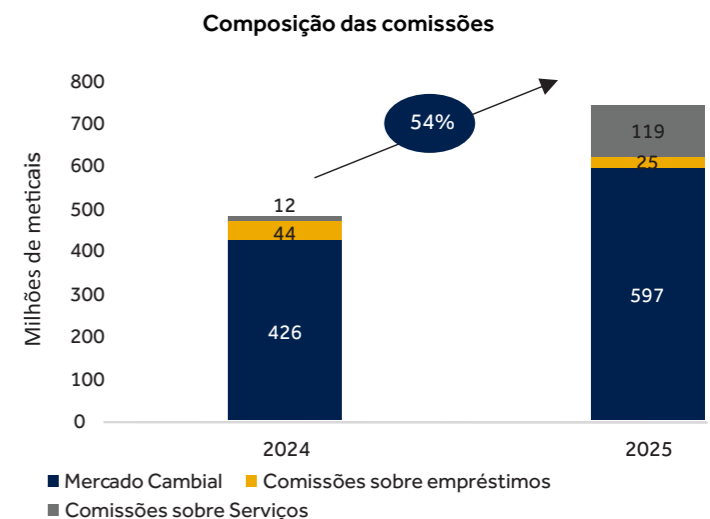


Depósitos sobre clientes continua a ser a rúbrica dominante nos encargos de juros do Banco.

8.6. Operações Financeiras e Comissões Líquidas

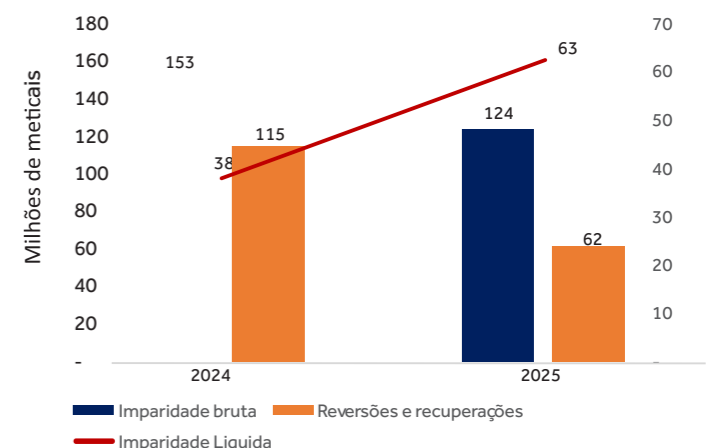
As operações financeiras e comissões líquidas aumentaram em 54%, face aos 482 milhões de meticaís registados em 2024, fixando-se em 741 milhões de meticaís. As comissões sobre serviços cresceram em mais de 100% resultado do crescimento da receita de comissões sobre serviços e canais transacionais, registando um aumento acentuado do volume de transações e o início de actividades no mercado de capital.

Mesmo face ao problema de escassez de moeda externa no mercado moçambicano, as operações financeiras aumentaram em 40% fixando-se em 597 milhões de meticaís devido a maiores volumes de negócio.



8.7. Imparidade de Crédito

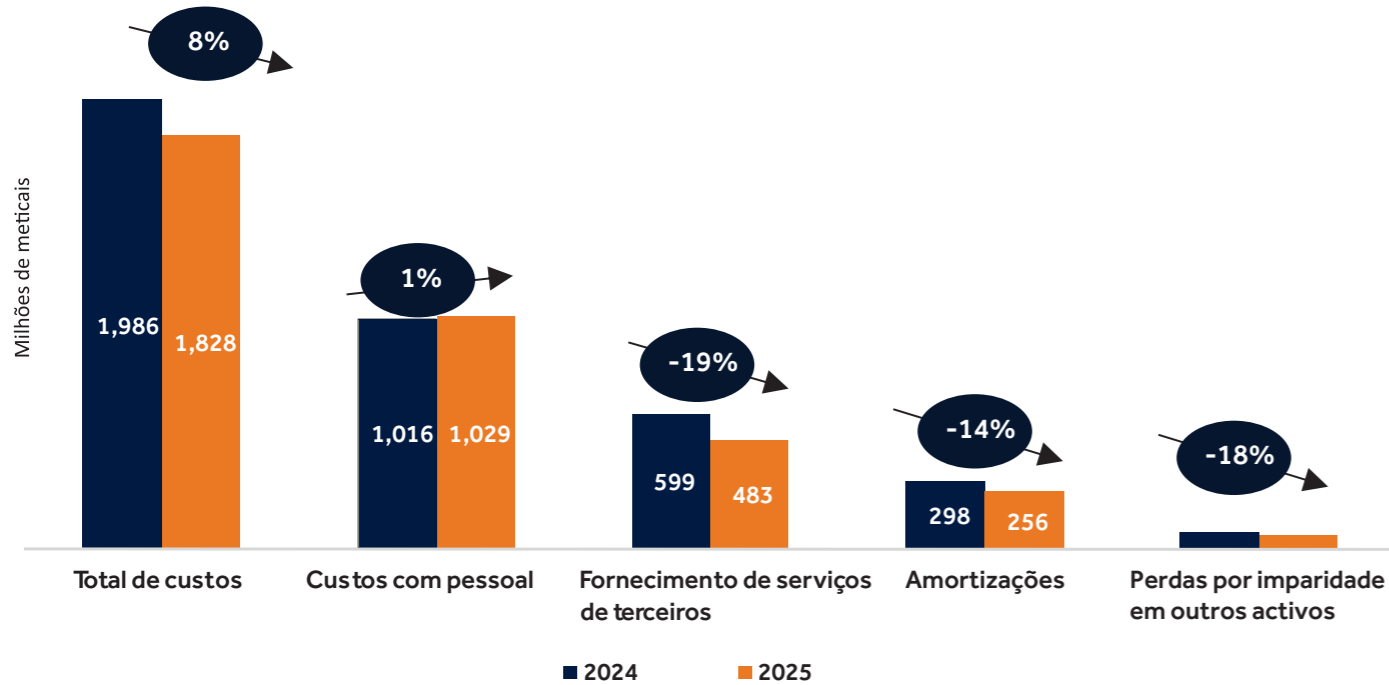
Em 2025, o Banco reconheceu uma imparidade bruta de 124,1 milhões de meticaís, em conformidade com a NIRF 9 e numa óptica conservadora de gestão do risco de crédito, tendo em conta o contexto macroeconómico desafiante. Durante o exercício, foram registadas reversões e recuperações no montante de 61,5 milhões de meticaís, essencialmente associadas à melhoria do desempenho de risco de crédito de alguns clientes e a acções eficazes de recuperação. A imparidade líquida do exercício totalizou 62,6 milhões de meticaís, sendo considerado adequado face ao perfil de risco da carteira à data de reporte.



8.8. Custos Operacionais

Em 2025, o Banco continuou a desenvolver iniciativas e acções rigorosas de controlo de custos, que resultaram numa redução 8%, quando comparado com os custos de 2024, fixando-se assim com um total de 1.8 mil milhões de metcais. Esta redução nos custos totais resulta da redução de fornecimento de serviços de terceiros,

optimização de processos, automatização e digitalização na tecnologia e informação, banca digital e operações com o estrangeiro, redução do custo das depreciações e amortizações em 14%.



O rácio de eficiência (custos operacionais/produto bancário(excluindo as imparidades)) reduziu significativamente para

86% (2024: 129%) como resultado do aumento da receita do Banco (37%) e redução dos custos operacionais em 8%.

8.9. Custos com Pessoal

Os custos com pessoal situaram-se em 1,029 milhões de metcais, face aos 1,016 milhões de metcais registados no ano transacto, correspondente a um aumento de 1%. O capital humano é um dos maiores pilares para o Banco e o investimento em formação e

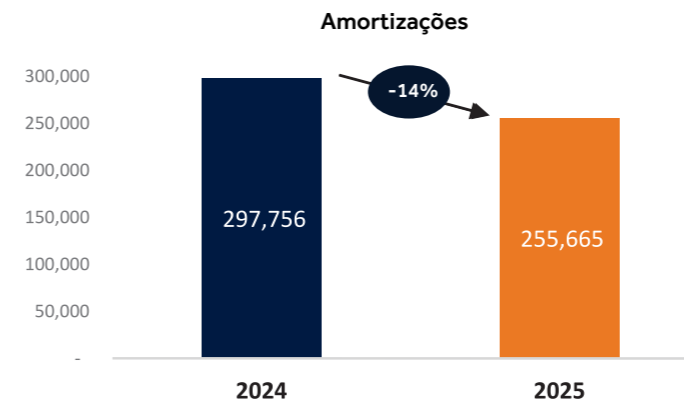
desenvolvimento assim como também na saúde e bem estar, serve para garantir que o Banco tenha a capacidade operacional suficiente na execução dos objectivos traçados.

Custos com Pessoal	Milhares de Metcais			
	2025	2024	Variação	
			Absoluta	Percentual
Salários	415,100	445,667	-30,567	-7%
Subsídios	272,399	286,580	-14,181	-5%
Assistência Médica	78,053	66,039	12,014	18%
Segurança social	25,672	28,360	-2688	-9%
Outras gastos com pessoal	238,132	189,737	48395	26%
Total	1,029,356	1,016,383	12,973	1%

8.10. Amortizações

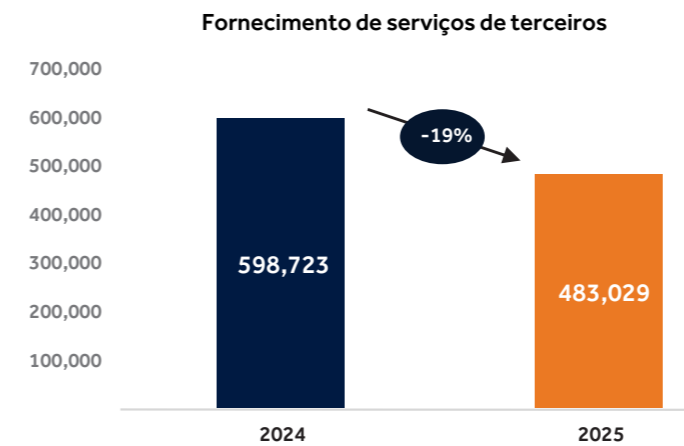
As amortizações situaram-se em 256 milhões de metcais em 2025, o que traduz uma redução 14% face ao ano transacto, essencialmente associada ao menor volume de activos totalmente amortizados no exercício, bem como ao reduzido investimento em activos fixos e intangíveis.

Adicionalmente, a redução reflecte o fim da vida útil de determinados activos amortizáveis registados em períodos anteriores, sem substituição por novos activos de valor significativo, em linha com uma abordagem mais selectiva e racionalizada ao investimento em activos fixos e intangíveis, bem como com iniciativas de optimização de custos e maior eficiência na gestão de activos.



8.11. Gastos com fornecimento de terceiros

Os custos com fornecimento de terceiros fixaram-se em 483 milhões de metcais, uma redução de 19% face aos 599 milhões de metcais registados no ano anterior. A redução dos custos deveu-se a custos com Tecnologia de Informação, consultorias e custos jurídicos, restrição nas viagens, renegociação de todos os contractos de prestação de serviços em vigor no Banco.



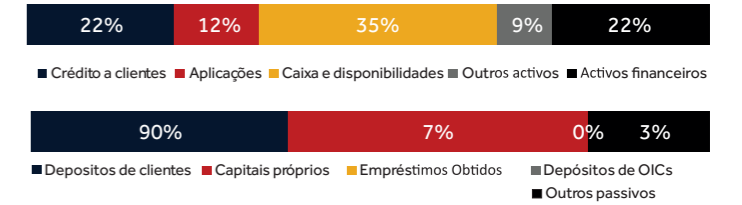
9. Análise do Balanço

O activo total fixou-se em 29.5 mil milhões de metcais, uma variação de 4.4 mil milhões de metcais (18%) relativamente ao ano transacto. O balanço evidencia que o Banco continua com uma estrutura sólida, com um total de 22% formado pelo crédito e 70% dos activos a serem constituídos pelo agregado de activos financeiros, aplicações em instituições de crédito e disponibilidades. Os depósitos de clientes registaram um acréscimo de 4.6 mil milhões de metcais

face ao ano homólogo justificado pela melhoria na oferta de produtos e campanhas de captação de depósitos feitas pelo Banco, melhoria na qualidade de serviços prestados ao cliente, situando-se em 26.6 mil milhões de metcais, contribuindo em 90% do total do passivo e capital próprio.

Estrutura do Balanço em Dezembro 2025

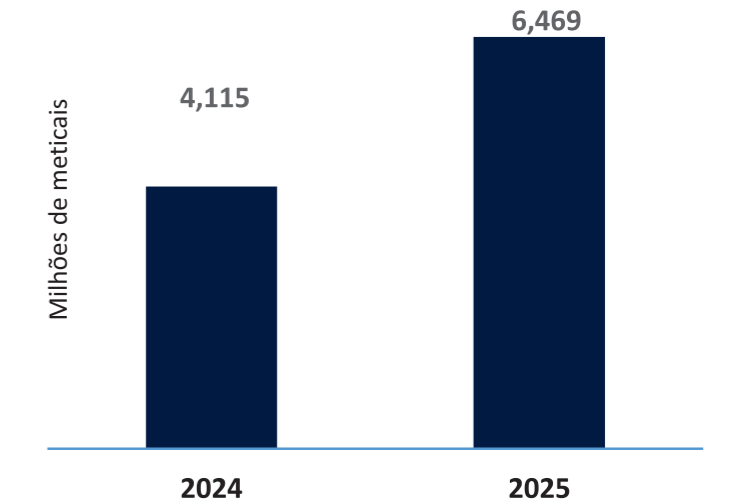
Em 2025, o Banco continuou a desenvolver iniciativas e acções rigorosas de controlo de custos, que resultaram numa redução 8%, quando comparado com os custos de 2024, fixando-se assim com um total de 1.8 mil milhões de metcais. Esta redução nos custos totais resulta da redução de fornecimento de serviços de terceiros,



9.1. Crédito a Clientes

O Banco registou um acréscimo de crédito a clientes líquido de imparidades em 2.4 mil milhões de metcais (57%) face ao ano transacto, fixando-se em 6.5 mil milhões de metcais, sendo o crédito bruto de 6.8 mil milhões de metcais em 2025 comparado com os 4.6 mil milhões de metcais registado em 2024.

Este aumento na carteira de crédito comparado com o ano anterior, deveu-se ao maior apetite de crédito por parte do Banco principalmente na segunda metade de 2025, lançamento de produtos inovadores centrado na satisfação dos nossos clientes.

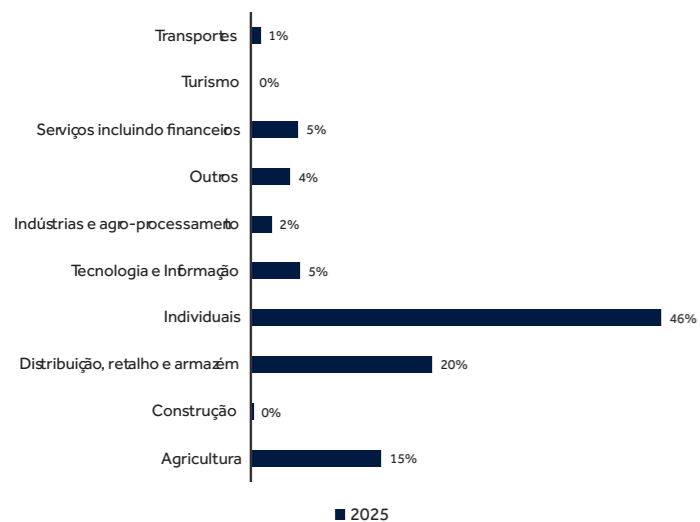


Crédito por sectores

A carteira de crédito do Banco esteve concentrada no segmento Particulares (46% em Dezembro de 2025), distribuído nos crédito ao consumo, crédito ao consumo e crédito nano (crédito através da parceria com o Mpesa), em parceria com o mpesa. Este comportamento confirma a relevância estratégica deste segmento na estrutura global da carteira.

O sector de Distribuição e Retalho surge como o segundo mais representativo, com 20%, seguido pela Agricultura, que contribui com 15%, refletindo o apoio contínuo ao sector agrícola e às cadeias de abastecimento associadas.

Os sectores de Serviços incluindo financeiros e Tecnologia e informação representam, cada um, 5%, enquanto Outros totaliza 4%, indicando uma diversificação moderada em actividades complementares. As Indústrias e agro-processamento contribuem com 2%, e o sector de Transportes com 1%. Não se registaram exposições relevantes nos sectores de Turismo e Construção durante o período em análise.



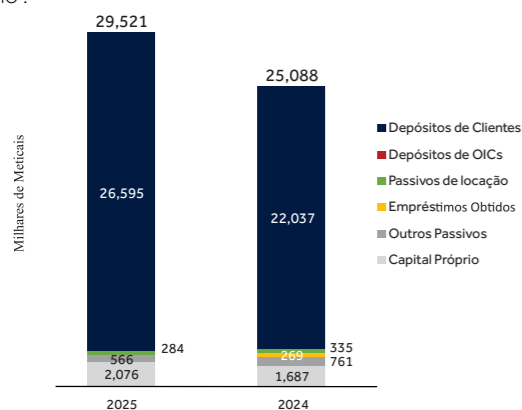
9.2. Composição do Passivo e Situação Líquida

O gráfico ilustra a composição do passivo do Banco no exercício de 2025, evidenciando a predominância dos depósitos de clientes, que constituem a principal fonte de financiamento do Banco ao longo do período em análise.

Observa-se que os depósitos de clientes representam a maior parcela do passivo, totalizando MZN 26.595 milhões em 2025 e MZN 22.037 milhões em 2024, confirmando a forte dependência do Banco em recursos captados junto da base de clientes, em linha com o modelo de negócio orientado para intermediação financeira tradicional.

O capital próprio apresenta uma expressão relativamente reduzida, com valores de MZN 2.076 milhões e MZN 1.687 milhões para 2025 e 2024 respectivamente, enquanto os empréstimos e financiamentos obtidos, papel comercial, apresentam montantes mais moderados em 2024, tendo maturado em 2025 e não sido renovado. Esta estrutura evidencia uma exposição controlada a financiamento externo e a outras obrigações não relacionadas diretamente com depósitos.

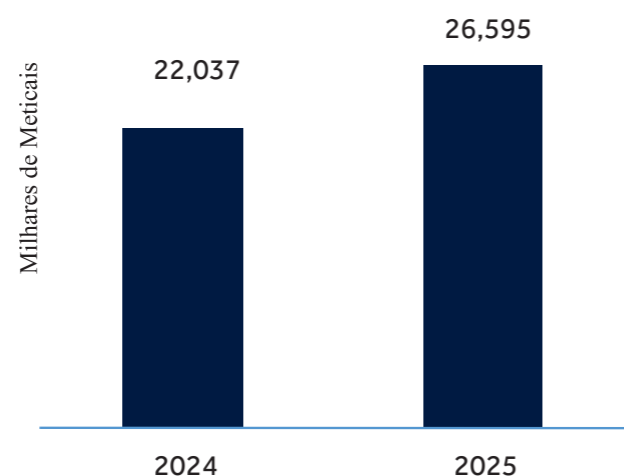
No seu conjunto, a composição do passivo demonstra uma estrutura estável e prudente, assente maioritariamente em depósitos de clientes, o que contribui para o reforço da liquidez, a sustentabilidade do balanço e o alinhamento com as boas práticas prudenciais e os requisitos regulamentares aplicáveis ao sector bancário.



9.3. Depósitos de clientes

Os depósitos de clientes registaram uma subida para um total de 26.6 mil milhões de meticais em 2025 registando um crescimento significativo ao longo do período em análise face ao exercício anterior.

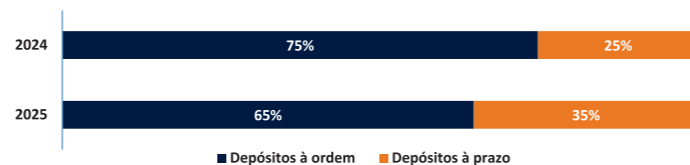
Este crescimento reflecte o reforço da confiança dos clientes na instituição, bem como a eficácia das estratégias de captação de recursos dos clientes implementadas pelo Banco incluindo lançamento de productos novos e melhoria da oferta nos canais digitais, num contexto económico desafiante. A evolução positiva dos depósitos contribuiu de forma relevante para o fortalecimento da base de financiamento do Banco, sustentando a expansão da actividade creditícia e assegurando níveis adequados de liquidez.



Composição dos depósitos

Os depósitos em conta corrente e depósitos a prazo fixaram-se em 17.2 mil milhões de meticais e 9.4 mil milhões de meticais que representa um acréscimo de 722 milhões de meticais e um aumento de 3.8 mil milhões de meticais respectivamente, quando comparado com o período homólogo. O objectivo do Banco é de continuar a implementar iniciativas estratégicas para aumentar a contribuição dos depósitos correntes na estrutura do Banco.

Depósitos por produto



Depósitos por Maturidade

	Milhares de Meticais		Variação	
	2025	2024	Absoluta	Percental
1 mês	18,391,813	19,464,627	(1,072,814)	-6%
1 mês a 3 meses	2,089,237	889,301	1,199,936	135%
3 meses a 1 ano	6,114,002	1,683,356	4,430,645	263%
1 ano a 5 anos	-	-	-	<100%
Total	26,595,052	22,037,284	4,557,767	21%

9.4. Capitais próprios e solvabilidade

A estrutura do capital próprio aumentou em 23% para 2.01 mil milhões de meticais (2024: 1.7 mil milhões de meticais) como resultado da aumento do capital em 380 milhões de meticais, proveniente do novo accionista, o Access Holdings.

Estrutura dos capitais próprios

	Milhares de Meticais		Variação	
	2025	2024	Absoluta	Percental
Capital Social + Prémio	3,274,900	2,894,500	380,400	13%
Reservs	17,126	17,126	-	0%
Resultados Transitados	(1,224,452)	(481,075)	(743,377)	155%
Resultados do Exercício	8,407	(743,377)	751,784	101%
Total	2,075,981	1,687,174	388,807	23%

10. Banca de Retalho e Pequenas e Médias Empresas

Em 2025, a de Banca de Retalho e Pequenas Empresas (RBB) demonstrou resiliência e disciplina estratégica, operando num contexto desafiante, mas alcançando um crescimento sólido do balanço, um desempenho consistente nos principais produtos de crédito e transaccionais e um aumento da utilização de produtos. Estes factores contribuíram para o estabelecimento de uma base financeira estável, que suporta as perspectivas de expansão futura.

Principais Realizações Estratégicas durante 2025 Visão Geral

- A. Reforço da Liderança e da Governação**
 Um dos marcos mais relevantes de 2025 foi a aprovação e nomeação da Directora de Retalho, representando um passo determinante no reforço da liderança da área de Retalho, com impacto directo na supervisão executiva, na definição estratégica e na responsabilização ao longo da cadeia de valor do negócio.
- B. Transformação do Modelo Operacional**
 - Implementação bem-sucedida do modelo de foco regional e nomeação de novos responsáveis regionais (Sul e Norte);
 - Reforço da eficiência de execução, da governação e dos mecanismos de responsabilização operacional.
- C. Jornada de Transformação Digital (Pilar Estruturante) Visão Geral**
 O ano de 2025 representou um ponto de inflexão na jornada de transformação digital do Banco, com investimentos direccionados para a transição para um modelo operacional escalável, orientado por plataformas e centrado no cliente.

Destaques do exercício:

- Reestruturação dos Canais Digitais**
 - Melhoria da experiência do cliente e da usabilidade dos canais;
 - Reforço da preparação das plataformas para suportar crescimento futuro.
- Lançamento do Primus+**
 - Introdução de uma plataforma digital dedicada à banca empresarial;
 - Fortalecimento da proposta de valor digital para clientes empresariais para uma melhor experiência.

iii) Relançamento do Access Africa

- Reactivação dos serviços de remessas e pagamentos intra-África;
- Expansão da relevância do Banco na banca transaccional transfronteiriça.

D. Estratégia de Produtos, Segmentos e Banca de Ecossistemas

Em 2025, o Banco iniciou uma transição deliberada de um modelo tradicional orientado por produto para um modelo baseado em ecossistemas, estabelecendo as bases para a Banca de Cadeia de Valor (Value Chain Banking) como motor estruturante de crescimento de longo prazo.

Esta abordagem reconhece que as principais oportunidades de negócio se encontram não apenas nas empresas âncora, mas também nos seus ecossistemas alargados, incluindo colaboradores, fornecedores, distribuidores e comunidades associadas.

Destaques do exercício:

- Criação de um serviço dedicado exclusivamente a Mulher (Women Banking Desk);
 - Reforço da estratégia de crescimento por segmentos e inclusão financeira;
 - Integração do Foco em Youth Banking;
 - Posicionamento do segmento jovem como pipeline estratégico para o crescimento futuro da banca de retalho;
 - Fortalecimento da Banca de Colaboradores;
 - Consolidação de uma base robusta para captação de clientes via contas salário e concessão de crédito associado;
 - Expansão das Linhas de Produtos-Âncora;
 - Continuidade no apoio ao crédito ao consumo, crédito às PME e cartões.
- E. Banca de Cadeia de Valor**
 Início do mapeamento de ecossistemas corporativos e oportunidades a jusante.
- Estabelecimento de interações iniciais com:**
 - Colaboradores;
 - PME integradas nas cadeias de fornecimento;
 - Empresas âncora e comunidades associadas.
 - Definição de capacidades estratégicas de suporte ao crescimento futuro, incluindo:**
 - Banca de Colaboradores;
 - Apoio às PME;
 - Balcão Especializado de Crédito.

104

Banca Corporativa

Banca Corporativa

A Divisão de Banca Corporativa assume um papel central no Banco e registou, ao longo do período em análise, progressos consistentes na execução dos seus objetivos estratégicos e comerciais. A Divisão continua a expandir a sua base de clientes, alavancando a inovação, o lançamento de novos produtos e a adopção de tecnologia, o que sustentou o crescimento da carteira de depósitos e crédito em 2025.

Este desempenho reflecte o compromisso da Divisão com um modelo operacional centrado no cliente e com a disponibilização de soluções financeiras ajustadas às especificidades de cada segmento.

Enquanto segmento estratégico do Banco, a Banca Corporativa mobiliza, de forma eficiente, recursos internos e a capacidade dos mercados financeiros para estruturar soluções e fornecer informação relevante, apoiando a tomada de decisão dos clientes e contribuindo para o cumprimento dos objetivos do Banco.

Num enquadramento marcado por desafios macroeconómicos, a Divisão manteve o foco na solidez financeira e na continuidade do apoio aos clientes. Esta abordagem reforçou a gestão prudente do risco e permitiu responder a um ambiente de mercado mais exigente, com impacto positivo no desempenho dos negócios.

No âmbito da sua actuação, a Divisão participou na estruturação de diversas transações no mercado de capitais, apoiando os clientes na captação de financiamento e na implementação de soluções adequadas às suas necessidades.

A Divisão de Banca Corporativa encontra-se organizada em quatro segmentos: Banca Corporativa, Banca Comercial, Setor Público & Organizações Não Governamentais (ONG) e Banca Transaccional disponibilizando serviços especializados a empresas médias e de grande dimensão, instituições financeiras e entidades governamentais, assegurando soluções à medida e, quando aplicável, de maior complexidade, alinhadas com as necessidades operacionais, de tesouraria e de investimento de cada cliente.

Os principais serviços incluem financiamentos corporativos (empréstimos, project finance e leasing), gestão de tesouraria (concentração de saldos e pagamentos em massa), comércio externo (câmbio e cartas de crédito) e estruturação financeira. Por outro lado, disponibilizamos soluções de mitigação de risco (cobertura cambial e derivados), serviços de banca de investimento e acesso ao mercado de capitais.

A Banca Corporativa agrega valor através do desenvolvimento de soluções para a cadeia de valor (clientes, distribuidores, fornecedores e colaboradores) combinando produtos de crédito com instrumentos de gestão de liquidez, com o objetivo de reforçar a eficiência financeira e operacional.

Trabalhamos em estreita articulação com os stakeholders para promover o comércio e o investimento interafricano e intra-africano. Para reforçar o atendimento a clientes deste segmento e potenciar oportunidades fronteiriças, estabelecemos um Desk dedicado para a Índia e um Desk dedicado para a China, com o objetivo de servir estes clientes de forma mais próxima e de facilitar o comércio e as transações entre a Índia, a China e Moçambique. Paralelamente, a nossa capacidade de inovar, apoiada pela presença em várias jurisdições, visa disponibilizar serviços financeiros acessíveis e consistentes, ampliando o acesso a mercados em todo o continente africano.

A Divisão mantém ainda foco na digitalização de processos para proporcionar uma experiência bancária integrada em todos os pontos de contacto, acompanhada pela evolução dos nossos canais eletrónicos e pelo reforço de medidas de mitigação de riscos, incluindo iniciativas de combate a ameaças de cibersegurança.

O nosso objectivo é proporcionar uma experiência bancária de referência para clientes e parceiros, apoiando-os na concretização dos seus objectivos financeiros. Esta ambição reforça o posicionamento do Banco como parceiro de eleição e como instituição bancária internacional de referência no panorama financeiro africano.

12. Operações e Tecnologias de Informação

O Departamento de Operações e Tecnologias de Informação continua empenhado em oferecer uma vantagem estratégica ao Banco, através da simplificação de processos e promovendo o uso criativo e inovador da tecnologia para alcançar os objetivos do Banco.

Ao longo do presente ano, foram implementadas iniciativas relevantes com o objetivo de melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados aos clientes, com especial enfoque no processo de abertura de contas.

Entre as principais inovações, destaca-se o desenvolvimento de interfaces de programação de aplicações (APIs) e de portais digitais completos, que permitem abertura de múltiplas contas. Estas soluções contribuíram significativamente para a redução dos tempos de resposta e para uma experiência mais célere e eficiente. Adicionalmente, foi realizada a integração com o portal centralizado de arrecadação de impostos,

possibilitando o processamento eficiente de múltiplos pagamentos fiscais. Esta integração resultou numa melhoria substancial dos tempos de processamento e na eliminação de erros operacionais.

No domínio dos pagamentos internos, o Banco implementou com sucesso o padrão internacional ISO 20022, assegurando o alinhamento com os padrões globais de pagamentos, em linha com as melhores práticas do sistema financeiro internacional.

- Automatização de processos de back-office, melhorando a eficiência e reduzindo a intervenção manual no processamento de transações e solicitações dos clientes.
- Reforço da estrutura de Governança das Tecnologias de Informação e comunicação, através da adopção das boas práticas internacionais de governação e gestão de riscos operacionais de Tecnologias de Informação, incrementando a capacidade para proteger os interesses financeiros dos clientes.
- Implementação de melhorias significativas ao nível dos nossos sistemas e serviços, com destaque para melhoria da gestão de informação de clientes e implementação da nova plataforma de internet banking para os clientes do segmento retalho.

O Departamento tem dado passos significativos em direcção ao nosso objectivo de oferecer serviços seguros, acessíveis e contemporâneos aos nossos clientes. A partir de nossas realizações em 2025, continuaremos empenhados na simplificação e automatização dos processos do Banco de forma a fornecer aos nossos clientes uma experiência bancária perfeita.

Olhamos para 2026 com muito optimismo e o Banco irá continuar a implementar soluções rápidas e convenientes que irão tornar o Banco ainda mais próximo do cliente. Inovação e desenvolvimento tecnológico são pilares estratégicos do banco. Nosso objetivo é responder aos novos desafios que emanam da transformação digital, com foco na excelência operacional e experiência do cliente.

13. Cibersegurança em 2025: Compromisso com a Confiança e Resiliência

Em 2025, o Banco reforçou o seu compromisso com a segurança da informação e a protecção dos dados dos seus clientes, num contexto de crescente digitalização e sofisticação das ameaças cibernéticas.

A abordagem adoptada assentou numa estratégia integrada de cibersegurança, alinhada com as melhores práticas internacionais e com os requisitos regulatórios do sector financeiro, garantindo a continuidade operacional, a resiliência dos sistemas e a confiança das partes interessadas.

I. Principais marcos de 2025

- Fortalecimento da Segurança e Resiliência** Ao longo do ano, foram reforçados os mecanismos de protecção dos sistemas críticos, com foco na prevenção, deteção e resposta a incidentes, assegurando um ambiente tecnológico seguro e resiliente.
- Monitorização Contínua e Gestão de Incidentes** O Banco manteve uma capacidade robusta de monitorização contínua das suas infraestruturas, com mecanismos avançados de deteção e resposta, permitindo uma gestão eficaz e atempada de incidentes de segurança.
- Conformidade e Adoção de Normas Internacionais** O Banco continuou a reforçar o seu alinhamento com normas e padrões internacionais reconhecidos, consolidando uma base sólida de segurança, resiliência e confiança no ecossistema financeiro.

Destacam-se as seguintes certificações e conformidades:

- ISO/IEC 27001** – Esta certificação atesta que o Banco possui um Sistema de Gestão de Segurança da Informação robusto, assegurando a protecção da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos dados
- ISO 22301** – Esta certificação atesta a capacidade do Banco de assegurar a continuidade das suas operações críticas, mesmo em cenários de disrupção
- PCI DSS** – Esta conformidade atesta que o Banco cumpre rigorosos padrões internacionais na protecção de dados de cartões de pagamento, reduzindo o risco de fraude
- SWIFT Customer Security Programme (CSP)** – Esta conformidade atesta o cumprimento de controlos de segurança exigidos para operações financeiras internacionais, reforçando a integridade e segurança das transacções.

Estas certificações e conformidades atestam o compromisso do Banco com elevados padrões de segurança, gestão de risco e continuidade do negócio, reforçando a confiança de clientes, parceiros e reguladores.

II. Avaliação Contínua e Testes de Segurança

O Banco adoptou uma abordagem proactiva à cibersegurança, realizando de forma contínua testes de segurança, incluindo avaliações de vulnerabilidades e testes de intrusão. Estas iniciativas permitem antecipar ameaças, identificar fragilidades antes da sua exploração e reforçar continuamente os controlos de segurança, assegurando uma postura preventiva e resiliente face a um cenário de risco em constante evolução.

III. Promoção de uma Cultura de Segurança

O Banco continuou a investir na consciencialização em cibersegurança, através de iniciativas dirigidas tanto aos colaboradores como aos clientes, promovendo boas práticas de protecção da informação, prevenção de fraudes e utilização segura dos canais digitais. Reconhecendo que a cibersegurança é uma responsabilidade partilhada, o Banco mantém um compromisso contínuo com a educação e protecção de todos os intervenientes no seu ecossistema digital.

Perspetivas para 2026

O Banco continuará a investir na evolução da sua capacidade de cibersegurança, com foco na adopção de tecnologias avançadas, reforço da resiliência cibernética e integração da segurança nos processos de transformação digital, assegurando um crescimento sustentável e seguro.

14. Canais Digitais

A Banca Digital é também responsável pelo desenvolvimento, implementação e monitorização de produtos e serviços digitais, incluindo cartões de débito e pré-pagos, crédito digital (Nano Loans), canais omni-channel, POS, ATMs e plataformas de internet e mobile banking. Lidera também iniciativas de inovação estratégica, incorporando novas tecnologias, automação de processos e análise avançada de dados para criar produtos diferenciados, aumentar a eficiência operacional e antecipar as necessidades dos clientes.

Durante o exercício fiscal de 2025, o desempenho das activações de produtos apresenta uma evolução global positiva, com vários produtos a superarem as metas inicialmente definidas.

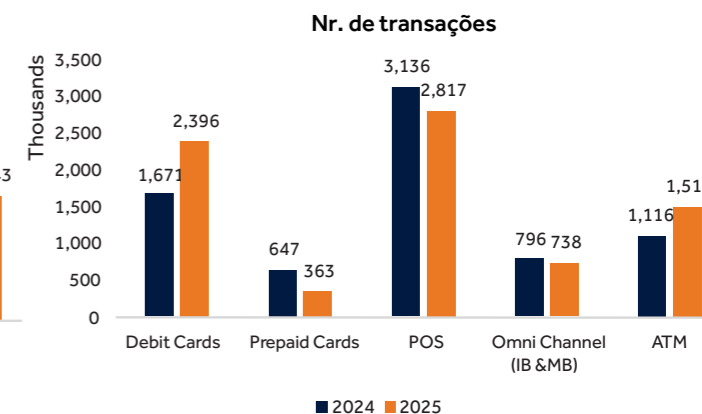
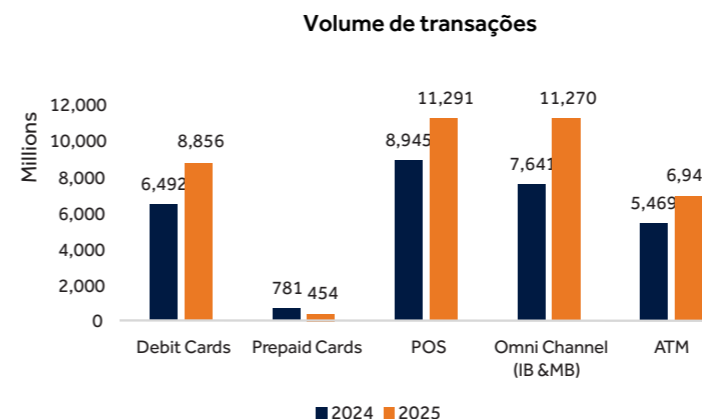
Em 2025, observou-se um desempenho sólido nos volumes de transacções dos principais produtos, reflectindo a consolidação dos canais digitais, o crescimento dos meios de pagamento electrónicos e a contínua adesão dos clientes às soluções disponibilizadas pelo Banco.

Os Cartões de Débito registaram 2.395.556 transacções, com um volume total de 8.855.784.030 MZN e 1.670.513 transacções, com um volume total de 6.492.020.030 MZN para o exercício de 2025 e 2024 respectivamente. Este desempenho confirma a forte utilização do produto e o seu papel central nas operações diárias dos clientes, tanto em pagamentos como em movimentação de fundos. Os Cartões Pré-pagos totalizaram 363.222 transacções, correspondendo a um volume de 454.191.669 MZN em 2025, comparado com os 647.039 transacções, com um volume total de 781.465 MZN. Embora com um contributo mais moderado, este produto continua a servir segmentos específicos de clientes, oferecendo conveniência e controlo financeiro.

Os canais Internet Banking (IB) e Mobile Banking (MB) apresentaram um desempenho expressivo, com 737.824 transacções e um volume global de 11.269.683.962 MZN. Estes resultados evidenciam a crescente confiança dos clientes nos canais digitais e o sucesso contínuo da estratégia de digitalização do Banco.

Os POS registaram 2.817.197 transacções, totalizando 11.291.051.827 MZN. O desempenho deste canal reflecte a crescente adopção dos pagamentos electrónicos no comércio e o fortalecimento da aceitação dos POS como meio de pagamento preferencial.

O segmento de crédito digital destacou-se com 7.919.653 operações, correspondendo a um valor desembolsado de 10.813.056.335 MZN. Este desempenho demonstra a elevada procura pelo serviço e a sua importância no acesso rápido ao crédito, reforçando o posicionamento do Banco na promoção da inclusão financeira.



O desempenho da Banca Digital em 2025 evidencia a consolidação dos canais digitais e a expansão das soluções inovadoras, reflectindo uma forte adesão dos clientes aos produtos electrónicos e ao microcrédito digital.

Projectos e Inovações

No decorrer de 2025, o departamento da Banca Digital avançou de forma consistente, consolidando os projectos iniciados em anos anteriores e implementando novas iniciativas estratégicas com o objectivo de fortalecer a oferta de serviços bancários digitais e ampliar a presença do Access Bank no mercado financeiro nacional. Entre os principais projectos desenvolvidos e concluídos em 2025 destacam-se:

- Cartões de Débito Não Personalizados:** o processo de emissão foi simplificado, permitindo que os clientes recebam os cartões de forma imediata nas agências. Esta iniciativa visa reduzir tempos de espera e melhorar a experiência do cliente, aumentando a adopção de produtos digitais.
- Interoperabilidade de ATMs e Omni Channel:** concluída com sucesso, permitindo maior integração entre canais digitais e físicos, garantindo que os clientes tenham acesso contínuo e flexível aos serviços bancários.
- Access Africa:** projecto totalmente implementado conforme planeado, expandindo a capacidade do banco em oferecer serviços transfronteiriços e soluções digitais inovadoras.

Estas iniciativas refletem o compromisso do Access Bank em fortalecer a transformação digital, promover a inclusão financeira e criar soluções cada vez mais adaptadas às necessidades dos clientes, garantindo crescimento sustentável, eficiência operacional e inovação contínua no ecossistema bancário nacional e regional.

15. Gestão de Risco

Âmbito de Aplicação e Enquadramento Regulamentar

A Gestão de Riscos no Access Bank, enquanto instituição de financeira autorizada e supervisionada pelo Banco de Moçambique, constitui uma actividade de relevância estratégica, intrinsecamente associada à governação corporativa, à solvabilidade e à sustentabilidade financeira do Banco. O sistema de gestão de riscos tem como objectivo fundamental assegurar que todos os riscos materialmente relevantes sejam devidamente identificados, avaliados, monitorizados, controlados e reportados, em conformidade com o disposto no Aviso n.º 4/GBM/2013, relativo às Directrizes de Gestão de Riscos para Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras.

O modelo adoptado encontra-se alinhado com os princípios prudenciais internacionalmente reconhecidos, nomeadamente os Acordos de Basileia II, bem como com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, em particular a NIRF 9, no que respeita ao

reconhecimento e mensuração das perdas por imparidade. A gestão de riscos é concebida como um processo transversal à organização, envolvendo o Conselho de Administração, a Administração Executiva e todas as áreas operacionais, garantindo uma abordagem integrada e proporcional à dimensão, natureza e complexidade das actividades do Banco.

Declaração de apetência pelo risco

O apetite pelo risco é uma articulação e alocação da capacidade de risco ou do montante de risco que o Access Bank está disposto a aceitar na prossecução da sua estratégia. Está devidamente definido e acompanhado pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração, e integrado na nossa estratégia, negócio, gestão de risco e planos de capital. A apetência pelo risco reflecte a capacidade do Banco para resistir a perdas potenciais decorrentes de uma série de potenciais resultados em diferentes cenários de esforço.

A apetência do Banco pelo risco é Moderada, o que significa que o Banco está disposto a aceitar um nível mais baixo de perdas ou potencial exposição em relação a outros bancos do sector. O Banco define qualitativa e quantitativamente a sua apetência pelo risco através de métricas de risco. Essas métricas incluem ganhos em risco, adequação de capital, limites de risco, gatilhos, índices e metas para todos os riscos financeiros.

Sistema de Gestão de Risco

O Sistema de Gestão de Risco do Access Bank encontra-se estruturado em processos contínuos e interdependentes que abrangem a identificação, a medição, o controlo e a monitorização dos riscos. A identificação dos riscos inclui a análise de riscos actuais e potenciais decorrentes das actividades correntes, do lançamento de novos produtos, da entrada em novos mercados, de alterações regulamentares e de desenvolvimentos macroeconómicos.

A medição dos riscos é efectuada através de metodologias qualitativas e quantitativas adequadas a cada tipo de risco, permitindo avaliar o respectivo impacto nos resultados, nos Fundos Próprios, na liquidez e na continuidade das operações. O controlo do risco é assegurado mediante políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração, limites de exposição prudenciais e procedimentos operacionais que regulam a assunção de riscos. A monitorização contínua é suportada por sistemas de informação de gestão que asseguram o reporte tempestivo e fiável aos Órgãos de Administração e, quando aplicável, às autoridades de supervisão.

Apetite pelo Risco

O Access Bank definiu uma Declaração de Apetite pelo Risco, formalmente aprovada pelo Conselho de Administração, que estabelece o nível, natureza e tipo de risco que o Banco está disposto a aceitar na prossecução da sua estratégia. A apetência pelo risco é classificada como moderada, reflectindo uma

abordagem prudente à assunção de riscos e uma prioridade clara à preservação do capital e da liquidez. O quadro de apetência pelo risco integra indicadores quantitativos e qualitativos, incluindo rácios de adequação de capital, limites de concentração, indicadores-chave de risco, limiares de tolerância e mecanismos de escalonamento. Este quadro encontra-se integrado no processo de planeamento estratégico, no processo de autoavaliação da adequação do capital interno (ICAAP) e nos planos de capital do Banco, em alinhamento com as expectativas prudenciais do Banco de Moçambique.

Estrutura de Governação do Risco

A governação do risco assenta num modelo de três linhas de defesa, respeitando os princípios de segregação de funções, independência e responsabilização. O Conselho de Administração detém a responsabilidade última pela gestão global dos riscos, competindo-lhe aprovar as políticas de risco, a declaração de apetite pelo risco e assegurar a eficácia do sistema de controlo interno.

14.5.1 Conselho de Administração

O Conselho de Administração é apoiado por comités especializados, nomeadamente o Comité de Gestão de Riscos do Conselho, o Comité de Crédito do Conselho, o Comité de Auditoria, o Comité de Governação e Remunerações e o Comité Digital e de Tecnologias de Informação. Estes comités asseguram uma supervisão aprofundada dos riscos sob a sua respectiva alçada, sem prejuízo da responsabilidade final do Conselho.

Ao nível executivo, os comités de gestão de risco acompanham a implementação das políticas aprovadas, monitorizam o perfil de risco e asseguram a adopção de medidas correctivas sempre que se verifique qualquer desvio face aos limites estabelecidos.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Comité de Gestão do Risco do Conselho de Administração (BRMC)	<ul style="list-style-type: none"> O Comité de Gestão de Riscos do Conselho de Administração (BRMC) é responsável por todos os Riscos Relevantes, exceto o Risco de Crédito, que é gerenciado pelo Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC). O comité foi criado pelo CA como um comité permanente para assistir o CA na Gestão do Risco. O objectivo do comité de nível superior é assistir o CA em virtude dos poderes que lhe foram delegados pelo CA. O comité tem plena responsabilidade de assistir CA na formulação de estratégias de Gestão de Risco, na avaliação dos riscos globais que o Banco enfrenta, no alinhamento das Políticas de Risco com as estratégias de negócio, na determinação do nível de risco que será do melhor interesse do Banco e no planeamento do capital.
Comité de Crédito do Conselho de Administração (BCC)	<ul style="list-style-type: none"> O principal papel do BCC é gerir eficazmente o Risco de Crédito enfrentado pelo Banco e reportar ao CA a intervalos regulares e implementar eficazmente a estratégia do CA para a Gestão do Risco de Crédito. Aprovar Políticas de Gestão de Risco de Crédito, diretrizes de avaliação e propostas padrão sob recomendação do Comité de Gestão de Crédito (MCC); Aprovação de excepções à Política de Risco de Crédito, após investigação minuciosa das circunstâncias que levaram às excepções, natureza, extensão e veracidade das excepções.
Comité de Governação e Remuneração do Conselho de Administração (BGRC)	<ul style="list-style-type: none"> Rever a dimensão e a composição do Conselho de Administração, incluindo o planeamento da sucessão, e recomendar a combinação adequada de competências, qualidades pessoais, conhecimentos especializados, capacidade de julgamento independente e diversidade necessária para desempenhar as funções do Conselho. Desenvolver critérios para a composição e cargos no conselho de administração. No entanto, os critérios serão aprovados pelo Conselho de Administração.
Comité de Auditoria do Conselho de Administração (BAC)	<ul style="list-style-type: none"> O Comité auxilia o Conselho no cumprimento das suas responsabilidades de supervisão relacionadas com: <ol style="list-style-type: none"> A integridade das demonstrações financeiras do Banco e do processo de relato financeiro. Independência e desempenho dos auditores internos e externos do Banco. Sistema de controlo interno e mecanismo de reportes relativos aos procedimentos contabilísticos e operacionais do Banco.
Comité Digital e de TI do Conselho de Administração (BDIT)	<ul style="list-style-type: none"> O Comité supervisionará a entrega de ponta a ponta dos produtos digitais e serviços do Banco através de: <ol style="list-style-type: none"> Receber relatórios regulares sobre o ecossistema digital e a experiência do cliente Supervisão da função de TI do Banco, incluindo estratégia de TI, arquitetura de negócios, alinhamento da função de TI com os negócios do Banco, estabilidade do sistema, segurança da informação e operações relacionadas.

Nos níveis de gestão, o banco também possui vários comités que monitoram o risco antes que eles sejam escalados para o Conselho de Administração.

Comités de Gestão de Riscos

As funções dos Comités de Risco, como o Comité de Gestão de Risco Empresarial (ERMC), Comité de Gestão de Crédito (MCC), Comité de Gestão de Activos e Passivos (ALCO), Comité de Gestão de Risco Operacional (ORMC) e Comité de Governança Ambiental e Social (ESGC) foram abordadas em detalhes nas respetivas Políticas de Gestão de Riscos. O seu cumprimento é obrigatório em todos os momentos.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Comité de Gestão do Risco Empresarial (ERMC)	<ul style="list-style-type: none"> O Comité é responsável pela gestão de todos os riscos, excepto os riscos de crédito, de mercado e de liquidez. Os riscos sob a alçada do Comité são os riscos estratégicos, de reputação, de conformidade e operacionais. O Comité tem as seguintes responsabilidades: <ul style="list-style-type: none"> Formular políticas para os riscos no âmbito das suas competências. Acompanhamento da implementação de políticas de risco. Revisão de relatórios de risco para submissão ao CA /Comités de Risco; Implementação das decisões do Conselho de Administração em todo o Banco.
Comité de Gestão de Crédito (MCC)	<ul style="list-style-type: none"> O Comité tem a responsabilidade de analisar as recomendações de política de crédito da Divisão de Gestão de Risco e Compliance e endossa ao Conselho de Administração para aprovação. Analisa todos os pedidos de crédito individuais. Analisa e aprova o plano/estratégia do portfólio do Banco. Revê relatórios mensais de risco de crédito e plano de acções correctivas; e ainda Coordena a resposta do Banco a eventos relevantes que possam impactar a carteira de crédito.
Comité de Activos e Passivos (ALCO)	<ul style="list-style-type: none"> O objetivo da ALCO é monitorar e controlar todos os riscos de mercado, liquidez e taxa de juros em todo o Banco, de acordo com o apetite ao risco aprovado pelo CA. Rever limites, directrizes ou desencadear acções correctivas, a fim de alinhar as exposições com o apetite acordado. Aprovar políticas de risco de mercado, risco de liquidez e risco de taxa de juro para a carteira bancária.
Comité de Gestão de Riscos Operacionais (ORMC)	<ul style="list-style-type: none"> O Comité de Gestão do Risco Operacional (ORMC) é responsável pelo acompanhamento e gestão eficazes dos riscos operacionais do Banco e pela tomada de decisões relevantes, bem como pela formulação de recomendações ao Conselho de Administração ("o Conselho de Administração"), políticas e procedimentos eficazes de gestão do risco operacional que permitam ao Banco atingir os seus objetivos, operando em plena conformidade com as leis e regulamentos do processo de ORMC.
Comité Ambiental, Social e de Governança (ESGC)	<ul style="list-style-type: none"> Auxiliar o Conselho de Administração no cumprimento de sua esponsabilidade de supervisão relacionada às questões ESG, que são definidas para incluir tópicos como: impactos das mudanças climáticas, conservação de energia e recursos naturais, sustentabilidade ambiental e da cadeia de suprimentos, direitos humanos, diversidade e inclusão e outras questões de ESG relevantes e relevantes para o Banco. Orientar o Conselho de Administração sobre as questões e desempenhar um papel de supervisão na definição da estratégia ESG do Banco.

Funções de Gestão de Risco, Compliance e Auditoria

As Unidades de Gestão de Risco, sob a coordenação do Director de Gestão de Riscos, são responsáveis pela recolha e análise de dados, avaliação das exposições, realização de testes de esforço, cálculo de requisitos de capital e elaboração de relatórios de risco. Estas unidades actuam de forma independente das áreas geradoras de risco, assegurando objectividade e rigor técnico.

A função de Condução e Compliance assegura o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, incluindo as normas de prevenção do branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo, em conformidade com a legislação nacional e as instruções do Banco de Moçambique. A Auditoria Interna, enquanto função independente, avalia periodicamente a adequação e eficácia do sistema de gestão de riscos e do controlo interno, reportando directamente ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Departamento de Risco	<ul style="list-style-type: none"> Fornecer liderança, visão e direcção gerais à divisão de gestão de riscos globais em todo o Banco para o gerenciamento de riscos, como risco reputacional, risco legal e de conformidade, risco de crédito, risco de mercado e risco operacional. Desenvolver políticas de gestão de risco, incluindo a quantificação da apetência pelo risco do Banco através de exposição específica e limites de risco Estabelecer um quadro integrado de gestão de riscos para todos os aspectos dos riscos em todo o Banco. Alocação de capital em actividades de negócios baseadas em risco e otimização da carteira de risco do Banco por meio de actividades comerciais e estratégias de transferência de risco.

Designação do Comité	Responsabilidades do Comité
Departamento de Conduta e Compliance	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e garantir a implementação de um plano de conduta sólido alinhado com o universo de Conduta e Compliance do Banco Desenvolver e promover uma boa conduta e valores éticos no Access Bank Moçambique, SA Assessoria ao Conselho de Administração e à gestão sobre políticas regulatórias e suas responsabilidades regulatórias
Departamento de Conduta e Compliance	<ul style="list-style-type: none"> Desenvolver e garantir a implementação de um plano de conduta sólido alinhado com o universo de Conduta e Compliance do Banco Desenvolver e promover uma boa conduta e valores éticos no Access Bank Moçambique, SA Assessoria ao Conselho de Administração e à gestão sobre políticas regulatórias e suas responsabilidades regulatórias Supervisionar a conformidade do Banco com os requisitos comerciais e regulatórios e garantir que as ações de mitigação sejam implementadas de forma adequada e prontamente.
Verificação e supervisão independentes - Departamento de Auditoria Interna (IAD)	<ul style="list-style-type: none"> O Departamento de Auditoria Interna (IAD) é uma divisão de avaliação independente criada no Banco para examinar e avaliar os seus sistemas de controlo interno, melhorar a eficácia dos processos de gestão de risco, controlo e governação, incluindo o controlo da informação financeira. O papel central da auditoria interna consiste em fornecer informações objectivas ao Comité de Auditoria do Conselho de Administração sobre a eficácia das actividades do Banco, a fim de ajudar a garantir que os principais riscos empresariais estão a ser geridos de forma adequada e que o sistema de controlo interno está a funcionar eficazmente.

Perfil de Risco do Banco

O Access Bank está exposto a diversos riscos inerentes à actividade bancária, incluindo o risco de crédito, risco de mercado, risco de liquidez, risco operacional, risco estratégico, risco de reputação, riscos ambientais, sociais e de governação, risco de conduta e compliance, bem como riscos associados à segurança da informação e à banca digital. A gestão integrada destes riscos visa assegurar que o perfil de risco do Banco permanece compatível com o apetite aprovado e com os Fundos Próprios disponíveis.

15.8.1 Gestão do Risco de Crédito

O risco de crédito, conforme definido no Aviso n.º 4/GBM/2013, corresponde à possibilidade de perdas resultantes do incumprimento das obrigações financeiras por parte das contrapartes. A gestão deste risco abrange o planeamento da carteira, a análise e aprovação das operações, a monitorização contínua das exposições, a gestão do incumprimento e a recuperação de créditos.

A imparidade do crédito é apurada de acordo com a NIRF 9, utilizando o modelo de perdas de crédito esperadas, com classificação das exposições em diferentes estágios. Paralelamente, são constituídas provisões regulamentares nos termos do Aviso n.º 16/GBM/2013, assegurando uma cobertura prudente das exposições em risco.



Métodos de Correção de Valor na Carteira de Crédito

a) Determinação de imparidade

De acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF 9), um activo (ou grupo de activos) é depreciado quando existem provas objectivas da sua perda de valor, após o reconhecimento inicial do activo, o que pode afectar os fluxos de caixa futuros estimados.

O actual modelo de imparidade utilizado pelo Access Bank, de

acordo com a NIRF 9, efectua cálculos de imparidade numa base individual, de acordo com as características de cada empréstimo, a respectiva probabilidade de incumprimento, historial de pagamentos e garantias existentes. Nos casos de indícios claros de incumprimento, a imparidade é reconhecida no momento e o Banco cria provisões alinhadas com a exposição em *incumprimento*, tendo em consideração as garantias disponíveis em qualquer compensação disponível.

Determinação das disposições regulamentares

As disposições regulamentares mínimas da carteira de crédito são calculadas de acordo com as orientações emitidas no Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, do Banco de Moçambique, que define as taxas a aplicar tanto para os riscos gerais de crédito como para os empréstimos vencidos.

As provisões são calculadas do seguinte modo:

Provisões para Riscos Gerais de Crédito – Incidem sobre o montante total do crédito, incluindo o representado por aceitações, garantias e garantias prestadas, mas excluindo o crédito vencido.

Provisões para Empréstimos Vencidos – Incidem sobre o montante total de créditos que se enquadram nas classes de risco abaixo indicadas:

- Classe I – Crédito.
- Classe II – Crédito vencido até 90 dias.
- Classe III – Crédito vencido entre 90 e 180 dias.
- Classe IV – Empréstimos duvidosos, vencidos entre 180 e 360 dias.
- Classe V – Crédito muito duvidoso, vencido há mais de 360 dias.

Disposições específicas

- Para os empréstimos em moeda estrangeira:** aos mutuários não exportadores, o Banco reserva uma provisão específica de 50% do valor do empréstimo e de 100% no caso de empréstimos vencidos.
- Para as perdas de capital relativas a títulos:** são constituídas provisões para o montante total das perdas de capital relativas aos títulos em questão.
- Para as perdas de capital sobre activos recebidos a título do reembolso do crédito próprio:** são constituídas provisões para a diferença total entre o custo dos respectivos activos e o seu valor de mercado.

As taxas, de acordo com o Aviso n.º 16/GBM/2013, de 31 de Dezembro, variam entre o mínimo exigido para os riscos de crédito gerais, até ao máximo de 100% do montante exposto para a classe 5.

Metodologia de Cálculo de Perdas por Imparidade

O Banco reconhece periodicamente (mensalmente) o custo de perdas de crédito esperado relativamente ao activo financeiro mensurado ao custo amortizado e ao justo valor através de outros rendimentos integrados.

A avaliação do risco de crédito é feita numa base individual ou colectiva, tendo em consideração todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo as abordagens prospectivas. Esta avaliação é feita em três estágios:

- Estágio 1:** Sem deterioração significativa de risco de crédito face ao reconhecimento inicial.
- Estágio 2:** Aumento significativo de risco de crédito; de 30 a 90 dias em atraso.
- Estágio 3:** Evidência objectiva de imparidade; mais de 90 dias em atraso.

As estimativas de PD (probabilidade de incumprimento) a 12 meses são necessárias para calcular as perdas de crédito esperadas para contas do estágio 1. As estimativas de PD ao longo da vida são necessárias para calcular as perdas de crédito para as contas do estágio 2.

Para as empresas o PD são calculados baseado nas notações de crédito geradas pelo sistema de notação de crédito e são calculadas através da média da PD, estimada pelo número total de contas para cada notação de risco.

O Banco utiliza os seguintes parâmetros para calcular o efeito macroeconómico sobre a carteira: PIB, Taxa de câmbio, Taxa de juro e Inflação. Obviamente se a variável se demonstrar estatisticamente significativa para influenciar o risco de crédito, definido pelo rácio de incumprimento no sector.

A estimativa de LGD (perda após o incumprimento) é baseada na experiência histórica de recuperação do Banco, este altera-se ao longo do ciclo de crédito, à medida que o valor da exposição e das garantias se altera.

A taxa de juro efectiva da facilidade é utilizada para descontar todas as perdas de crédito esperadas até à data de referência.

Para calcular as ECLs (expectativa de perda de crédito) de acordo com a NIRF 9, foram assumidos pressupostos sobre a forma como as exposições se irão desenvolver ao longo da sua vida. Estas são as EAD (Exposição esperada no incumprimento) O método seguido para as contas classificadas como Estágio 1, Estágio 2 ou Estágio 3 é apresentado a seguir:

$ECL \text{ Stage 1} = \sum_{t=1}^{12} EAD \cdot PD \cdot LGD$	$ECL \text{ Stage 2} = \sum_{t=1}^n EAD \cdot PD \cdot LGD$	$ECL \text{ Stage 3} = \sum_{t=1}^n EAD \cdot LGD$
--	---	--

Gestão do Risco de Concentração de Crédito

De acordo com a Circular n.º 03/SCO/2013 do Banco de Moçambique, entende-se por risco de concentração de crédito uma exposição ou grupo de exposições em risco com potencial para produzir perdas tão elevadas que comprometam a solvabilidade da instituição de crédito ou a capacidade de manter as suas operações principais. O risco de concentração de crédito decorre da existência de factores de risco comuns ou correlacionados entre diferentes contrapartes, de tal modo que a deterioração desses factores tem um efeito adverso simultâneo na qualidade de crédito de cada uma dessas contrapartes.

O controlo do risco de concentração de crédito está organizado em quatro macrotipologias:

- Concentração contraparte:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes do risco assumido perante uma contraparte ou um conjunto de contrapartes ligadas entre si;
- Concentração classe de risco:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante classes de risco elevado;
- Concentração sectorial:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de uma exposição ou um conjunto de exposições assumidas perante um determinado sector de actividade económica.
- Concentração por área geográfica:** possibilidade de ocorrência de perdas significativas decorrentes de exposições ou um conjunto de exposições assumidas perante uma ou um conjunto de contrapartes localizadas em determinada área geográfica.

Factores de Risco Considerados para a Análise de Correlações entre Contrapartes

No que diz respeito aos factores de risco subjacentes à análise da contraparte, são igualmente relevantes os seguintes aspetos:

- Família de produto
- Tipo de taxa de juro utilizada
- Garantia associada
- Cliente
- Prazo Total
- Prazo residual
- Família de produto por região

Mitigação do Risco de Crédito

O risco de crédito é mitigado através da exigência de garantias reais e pessoais elegíveis, nos termos do Aviso n.º 11/GBM/2013. As garantias são avaliadas de forma prudente, sujeitas a descontos apropriados, e monitorizadas ao longo da vida das operações, garantindo a sua eficácia enquanto instrumentos de redução de risco.

As operações de crédito são contratadas com um conjunto de garantias consideradas suficientes no momento da sua contratação, com vista a minimizar eventuais perdas que possam surgir em resultado do incumprimento de uma contraparte. Com efeito, o Banco reconhece as seguintes categorias de garantias:

- Aval pessoal.
- Hipotecas de imóveis habitacionais.
- Hipotecas de imóveis comerciais e outros.
- Hipotecas de viaturas/penhores de equipamentos.
- Penhores de depósitos ou outros activos financeiros.
- Garantias bancárias on first demand;
- Outros.

Tradicionalmente, os empréstimos hipotecários apresentam como garantia o próprio imóvel que está a ser financiado e, para este tipo de crédito, o risco é geralmente coberto desde o início em níveis iguais ou superiores a 120%.

15.8.2 Gestão do Risco de Mercado

O risco de mercado resulta de flutuações adversas nas taxas de juro, taxas de câmbio e outros parâmetros de mercado. O Banco adopta a abordagem padronizada simplificada para o cálculo dos requisitos de Fundos Próprios, em conformidade com o Aviso n.º 13/GBM/2013, assegurando o cumprimento dos limites legais e internos relativos à posição cambial líquida.

I. Risco de taxa de juro da carteira bancária

O Risco de Taxa de Juros, de acordo com o Aviso n.º 4/GBM/2013, é a possibilidade de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, devido a desfasamentos nos prazos de vencimento ou períodos de reposição das taxas de juro, à ausência de correlação perfeita entre as taxas de operações activas e passivas nos diferentes instrumentos, ou à existência de opções embutidas em instrumentos financeiros de balanço ou itens extrapatrimoniais.

O Conselho de Administração estabelece limites para o grau de desalinhamento das taxas de juro, que é monitorizado diariamente. Os instrumentos financeiros com risco de taxa de juro incluem saldos de caixa e depósitos noutras instituições de crédito, empréstimos e adiantamentos a clientes, depósitos e contas correntes de clientes e fundos de outras instituições de crédito.

A gestão do risco de taxa de juro é realizada através da agregação de activos e passivos sensíveis às flutuações das taxas em intervalos residuais de revisão/revisão. O Banco mede o impacto das variações das taxas de juro na margem financeira, incluindo o impacto de movimentos adversos imprevistos.

A gestão da política e estratégia relacionada com a taxa de juro é aprovada e acompanhada pela Administração, no Comité ALCO, que se reúne mensalmente, e é implementada pelo Departamento de Tesouraria, que assegura o cumprimento das políticas definidas internamente.

II. Risco cambial

De acordo com o Aviso n.º 04/GBM/2013, Risco Cambial é a possibilidade de impactos negativos sobre os resultados ou o capital devido a movimentos adversos nas taxas de câmbio.

A metodologia de avaliação do risco cambial do Banco baseia-se no controlo diário da posição cambial, de forma a assegurar a manutenção dos limites estabelecidos internamente, bem como dos limites prudenciais. O Banco dispõe de um mecanismo de medição de risco que considera todas as fontes de risco cambial, a fim de avaliar o impacto das variações cambiais no produto bancário (excluindo as imparidades). Esta avaliação é realizada considerando os indicadores regulatórios (Aviso n.º 15/GBM/2013) considerando a posição cambial líquida por moeda no último dia de cada mês.

A gestão da política e estratégia relacionadas com o Risco Cambial é definida no Comité de Gestão de Ativos e Passivos (ALCO), implementado pelo Departamento de Tesouraria e controlado pelo Departamento de Gestão de Risco. De acordo com a política do Banco, as posições cambiais são monitorizadas diariamente para garantir que se mantêm dentro dos limites estabelecidos internamente (o Conselho de Administração define um nível máximo de limite de exposição global e por moeda, calculado com base nos fundos dos Acionistas), bem como os limites definidos pelo Banco de Moçambique.

Os efeitos individuais por moeda sobre os resultados, bem como sobre o capital próprio, são determinados de forma independente, o que significa que não existe qualquer compromisso económico entre eles.

A directiva acima referida induz o Access Bank a liquidar as suas posições cambiais ou a manter posições abertas mínimas, limitando o impacto das perdas em caso de flutuações das taxas de câmbio.

15.8.3 Gestão do Risco de Liquidez

A gestão do risco de liquidez visa garantir que o Banco dispõe, em permanência, de meios financeiros suficientes para cumprir as suas obrigações, mesmo em cenários de tensão. Esta gestão baseia-se em projecções de fluxos de caixa, análises de lacunas de maturidade, indicadores prudenciais e planos de financiamento e contingência, em linha com as exigências regulamentares do Banco de Moçambique.

Processo de gestão do risco de liquidez

a) Identificação do Risco de Liquidez

O plano de liquidez e financiamento inclui indicadores de alerta precoce de risco de liquidez para ajudar na identificação imediata do risco de liquidez no Banco. Os principais indicadores adotados para identificar o risco de liquidez são:

- Rápido crescimento dos activos, financiado por grandes depósitos voláteis.

- Concentrações em activos ou passivos.
- Deterioração da qualidade da carteira de empréstimos.
- Tendência negativa ou aumento do risco em qualquer unidade de negócio ou linha de produtos.
- Declínio no desempenho dos lucros ou nas projecções.
- Existência de posições em risco extrapatrimoniais significativas.
- Deterioração da avaliação do Banco por terceiros.

b) Medição do risco de liquidez

O Banco mede o seu risco de liquidez com base:

- Análises de fluxo de caixa que estimam sua lacuna de financiamento de liquidez ao longo de um horizonte de tempo e índices e limites de liquidez.
- Análise das entradas e saídas de caixa calculadas e mapeadas em escala de vencimento, o que dá origem a um relatório sobre a lacuna comportamental nas necessidades de endividamento do Banco.
- *gap mensal* para os próximos seis ou doze meses e trimestral a partir daí;
- Uma variedade de rácios e limiares para quantificar o risco de liquidez. São fixados limiares para os seguintes indicadores de risco de liquidez:
 - Total de empréstimos e depósitos.
 - Total de empréstimos e capitais próprios.
 - Empréstimos contraídos para o total dos activos.
 - Depósitos significativos no total de depósitos.
 - Total do activo líquido dos depósitos.

c) Estratégia de liquidez

O departamento de gestão de risco e a tesouraria, em conjunto com a ALCO, recomendam uma estratégia geral de liquidez, ou seja, o Plano de Liquidez e Financiamento (LFP) do Banco. A estratégia, documentada numa circular anual, esboça:

- A composição do activo e do passivo.
- Diversificação e sensibilidade dos passivos.

15.8.4 Gestão do Risco Operacional

O risco operacional é definido como o risco de perdas resultantes de processos internos inadequados ou falhas, pessoas, sistemas ou eventos externos. A sua gestão inclui autoavaliações de risco e controlo, indicadores-chave de risco, registo de eventos de perda e acompanhamento de planos de acção correctiva. O requisito de capital é determinado através da Abordagem do Indicador Básico, nos termos de Basileia II.

$$K_{BIA} = \frac{\sum_{i=1}^N R_i}{N} \times 15\%$$

Em que: R_i é o indicador anual positivo relevante
 N é o número de anos em que o indicador relevante é positivo.

Identificação do Risco Operacional

A função de gestão do risco operacional, em conjunto com as unidades de negócio e os proprietários de processos, identifica e avalia o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas materiais do Banco. O processo de identificação deve especificar a natureza e os tipos de risco operacional, bem como as suas causas e provável impacto no Banco. O processo de identificação emprega uma combinação das seguintes técnicas:

- autoavaliação de riscos e controlos.
- análise de processos.
- indicadores-chave de risco.

Fontes adicionais para identificar riscos operacionais incluem experiências reais de perdas internas, dados externos (quando relevantes e disponíveis), análise de cenários e resultados de auditorias internas e externas.

Os principais riscos operacionais derivam de uma avaliação crítica dos riscos significativos identificados através da RCSA, bem como de outros factores de base relevantes que incluem eventos externos, dados de perdas operacionais e análise de cenários.

O Banco classifica o risco operacional em sete categorias de eventos de perda, com base em sua causa raiz: fraude interna, fraude externa, práticas de emprego e segurança do trabalho, disputas com clientes, danos associados a activos físicos, interrupções de negócios e falhas do sistema e execução, entrega e gerenciamento de processos.

15.8.5 Gestão de Risco Ambiental e Social

O Access Bank Mozambique, S.A. possui uma Unidade de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais que reporta ao Director de Gestão de Riscos. O Banco implementou um conjunto de ferramentas para avaliar a sustentabilidade social e ambiental das operações de crédito, o que permite rastrear, avaliar e relatar de acordo com as Políticas do Banco, os Princípios do Equador e os Padrões de Desempenho da IFC. Este processo permite-nos garantir que todos os projectos financiados são responsáveis, reduzindo assim o nosso impacto ambiental e contribuindo para os esforços de desenvolvimento de uma economia verde. As actividades são regidas pela Política de Gestão de Riscos Ambientais e Sociais.

15.8.6 Gestão de Risco de Conduta e Conformidade

O Banco organiza a sua função de Conduta e Compliance e prioriza a gestão de seu Risco de Conduta e Compliance de forma consistente com a sua própria estratégia e estruturas de gestão de riscos. Os membros do Conselho de Administração e todos os níveis de funcionários recebem formação, pelo menos uma vez em cada exercício, sobre combate à lavagem de dinheiro, financiamento do terrorismo e proliferação de armas de destruição em massa (AML/CFT/FP), bem como Política de Identificação de Clientes, Antissuborno e Anticorrupção (KYC), conforme estabelecido na Política do Banco.

O Director de Conduta e Compliance, em coordenação com o Comité de Gestão de Riscos e o Conselho de Administração, reporta à gerência do Banco sobre o risco de Conduta e Compliance através do Comité de Gestão de Riscos do Conselho (BRMC). O Access Bank Mozambique, SA tem um programa AML/CFT/FP aprovado pelo Conselho de Administração.

15.8.7 Gestão de Risco de Estratégia

Esta função supervisiona o processo de gestão de risco de estratégia. Assegura ainda que o Banco dispõe de uma Plataforma de Gestão Estratégica de Risco adequada e adaptada às suas próprias circunstâncias e necessidades. A Gestão Estratégica de Riscos consiste em identificar e gerir riscos reais ou potenciais para os resultados e capital resultantes de decisões empresariais adversas, implementação inadequada de decisões ou falta de capacidade de resposta a mudanças no ambiente empresarial. Esta função é regida pela Política Estratégica de Gestão de Riscos.

15.8.8 Gestão de Risco Reputacional

A função visa proteger o Banco de potenciais ameaças à sua reputação. A equipa utiliza continuamente meios proactivos para minimizar os efeitos dos danos reputacionais, evitando assim a probabilidade de grandes crises reputacionais, com vista a, em última análise, garantir a sobrevivência da organização. Esta função é regida pela Política de Gestão de Riscos de Reputação.

15.8.9 Gestão de Risco de Segurança da Informação

A Segurança da Informação tem a ver com a preservação da confidencialidade, integridade e disponibilidade dos seus dados. Em resposta ao aumento da ameaça à Segurança Cibernética para as empresas em todo o mundo, o Access Bank desenvolveu uma Plataforma de Segurança Cibernética e adopta uma forte abordagem de defesa para se alinhar com as melhores práticas de Segurança Cibernética, processos de segurança da informação e infraestruturas que incluem Governança de Segurança Cibernética, Operações e Infraestruturas. O compromisso do Banco com a Segurança da Informação é evidenciado na Política Global de Segurança da Informação.

15.8.10 Gestão de Risco da Banca Digital

O contínuo avanço, inovação tecnológica e a necessidade incessante de melhorar os serviços fizeram do Banca Digital uma opção estratégica adoptada pelo Banco, utilizando uma abordagem mitigadora adequada para lidar com os riscos inerentes ao negócio. Em resposta às necessidades de digitalização, desenvolvemos um Quadro de Gestão de Risco da Banca Digital que permite ao Banco adoptar um apetite global pelo risco "moderado", ao mesmo tempo que adopta processos digitais e inovações para satisfazer as necessidades dos nossos clientes

16. Gestão de Capital Humano

No ano de 2025, o Banco continuou com a implementação da Estratégia de Pessoas & Cultura referente ao período 2023 – 2027, que assenta em 3 pilares fundamentais, nomeadamente:

1. Impulsionar uma Cultura de Alto Rendimento
2. Sermos uma Fábrica de Talentos (em Moçambique)
3. Cultivar a Mentalidade "Ganhar-Ganhar" no seio da família Access Bank Moambique

Nexte contexto, o Departamento de Recursos Humanos realizou várias actividades para garantir que o banco tenha as pessoas certas, com as habilidades certas, nos lugares certos, ao custo certo, no momento certo, por forma a assegurar um serviço e experiência ao cliente memoráveis.

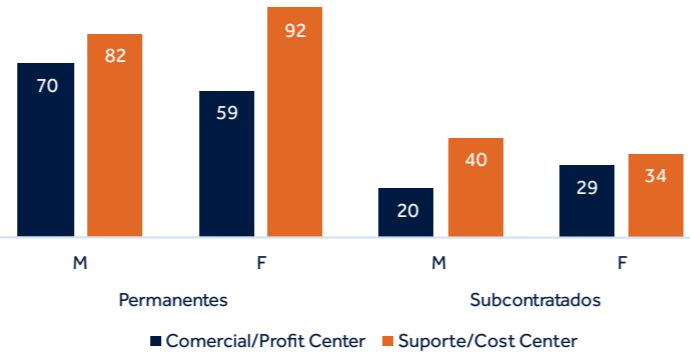
16.1 Quadro de Pessoal

Em 31 de Dezembro de 2025 o Banco contava com um total de 426 colaboradores, sendo 303 permanentes, 123 colaboradores terceirizados.

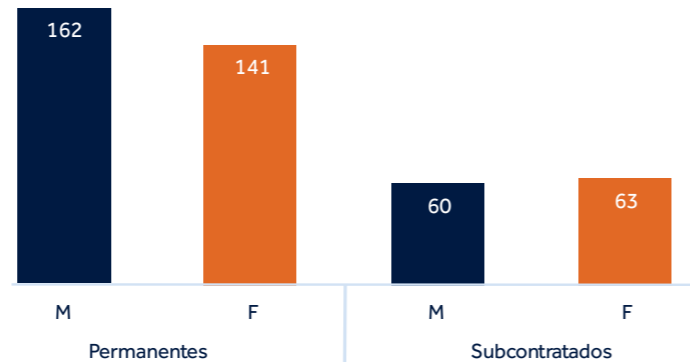


Os gráficos abaixo ilustram a distribuição dos colaboradores por tipo de contrato (permanentes ou subcontratados), género e área funcional (comercial ou de suporte).

Número de colaboradores | Género vs Áreas 2025



Número de colaboradores | Género vs Categorias - 2025



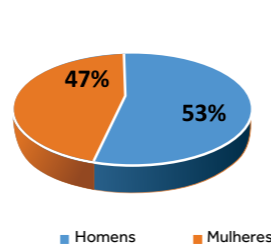
16.2 Diversidade & Inclusão

O Access Bank orgulha-se de ser um banco que promove o equilíbrio do género, a diversidade e a inclusão. Neste sentido o banco estabeleceu a meta de paridade absoluta (50:50) entre homens e mulheres até ao ano de 2027, tendo fechado o ano de 2025 com o rácio de 53% vs 47% (homens e mulheres, respectivamente). A nível da Comissão Executiva, o número de mulheres passou de 1 em 2024 para 3 em 2025, o mesmo tendo acontecido a nível do Conselho de Administração com a indicação de 2 novas Administradoras Não-Executivas

Nacionalidade

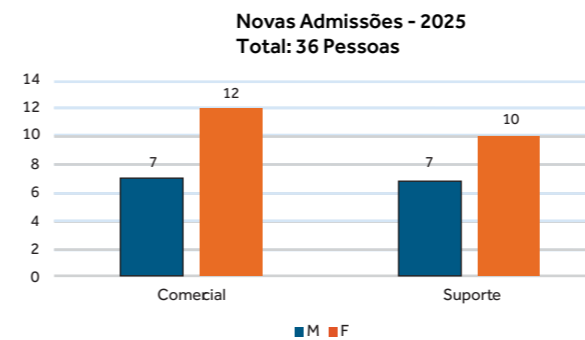
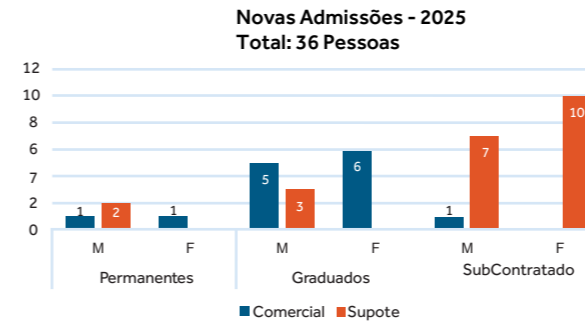


Distribuição por Género



16.3 Recrutamento

Na sua estratégia de fortalecimento do negócio, o Access Bank admitiu para as diferentes áreas da instituição 36 novos colaboradores, distribuídos conforme ilustram os gráficos a seguir. Comparativamente a igual período do ano anterior, o recrutamento externo desacelerou, em linha com a estratégia de desenvolvimento de talentos que prevê a valorização e priorização do pessoal interno em novas oportunidades.



Em linha com a estratégia do banco relativamente a equidade de género, 60% das novas admissões foram colaboradores do sexo feminino.

Durante o ano de 2025, o Banco continuou a implementar o Programa de Graduados de excelência, tendo recrutado um total de 14 jovens graduados provenientes de várias universidades Moçambicanas e estrangeiras, os quais se beneficiaram de um programa de treinamento intensivo durante seis meses na Escola de Excelência Bancária, na Nigéria, antes de integrarem ao quadro de pessoal do Access Bank Moçambique.

16.4 Cultura & Engajamento

O Access Bank continuou com a implementação do seu programa de transformação cultural, cujo objectivo é garantir que os colaboradores se tornem, efectivamente, uma equipa coesa, forte e alinhada a volta do mesmo propósito de fornecer experiências únicas e memoráveis aos nossos clientes.

Em 2025, o Banco realizou um conjunto abrangente e contínuo de actividades de engajamento e cultura, focadas no reforço da cultura Access Way, no bem-estar dos colaboradores, no desenvolvimento da liderança e no aumento do envolvimento organizacional. Das actividades realizadas, destacam-se as palestras sobre valores do banco, indução de novos colaboradores, questionários culturais, townhalls trimestrais, sessões de fire-side com a liderança do Grupo, iniciativas

regulares de saúde e bem-estar (actividades desportivas, palestras, etc.), celebrações institucionais, feiras culturais, team buildings para Exco e sucessores, workshops de políticas de RH.

O Banco lançou igualmente o programa de reconhecimento de colaboradores, envolvendo de forma consistente colaboradores de todas as unidades e províncias, e contribuindo para o fortalecimento do alinhamento cultural, da motivação, do espírito de equipa e do sentimento de pertença à organização.

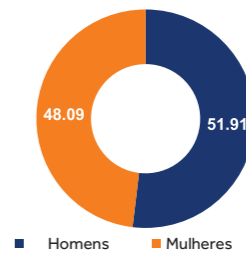
16.5 Formação & Desenvolvimento

Na vertente formação, o Banco desenvolveu várias acções de formação de carácter interno e externo, agrupadas nas principais categorias abaixo indicadas:

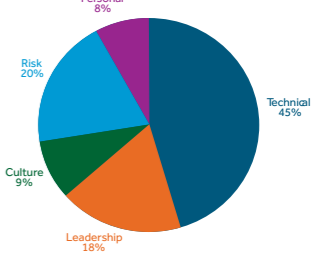
- Competências Técnicas
- Competências de Liderança
- Cultura & Onboarding
- Gestão do Risco & Governança
- Desenvolvimento Pessoal

Durante o ano de 2025, o Banco realizou 155 acções de formação que perfizeram uma média de 67 horas de formação por cada colaborador.

% Participação por Género



Formações por Categoria

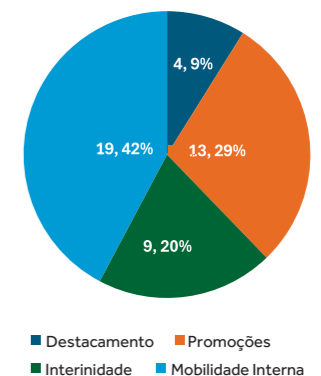


16.6 Gestão de Talentos

No quadro de gestão de talentos, vários colaboradores foram desafiados a assumirem novas responsabilidades, quer em comissão de serviço, em regime de interinidade (como parte da preparação para novas funções), destacamento (para apoiar outras subsidiárias do Access Bank), promoções, etc.

O gráfico abaixo resume as movimentações do pessoal ocorrido no ano de 2025.

Movimento do Pessoal



17. Sustentabilidade e Enquadramento ESG

Enquadramento Estratégico

A Sustentabilidade constitui um pilar central da estratégia do Access Bank Moçambique, plenamente alinhado com a visão do Grupo Access Bank de "Ser o banco africano mais respeitado do mundo" e com o compromisso de gerar impacto positivo e duradouro em África.

Em 2025, o Banco reforçou a integração dos princípios Ambientais, Sociais e de Governação (ESG) na sua actividade, assegurando que a criação de valor económico ocorre de forma responsável, inclusiva e sustentável, em conformidade com as expectativas regulatórias, com as melhores práticas internacionais de banca responsável e com os objectivos de desenvolvimento sustentável das Nações Unidas.

Governança da Sustentabilidade (G – Governance)

A governança da sustentabilidade no Access Bank Moçambique está estruturada através de um Comité ESG formal do Conselho Executivo, responsável pela supervisão estratégica, definição de orientações e acompanhamento contínuo das matérias ambientais, sociais e de governação.

Durante 2025, o Comité ESG acompanhou a implementação do Plano de Sustentabilidade 2025, aprovado pelo Conselho de Administração, monitorizou indicadores ESG relevantes, assegurou o alinhamento com a Estratégia ESG do Grupo Access Bank e garantiu a articulação com o Enterprise Risk Management Committee (ERMC), permitindo uma abordagem integrada entre sustentabilidade, risco e governação.

Pilar Ambiental (E – Environmental)

No pilar ambiental, o Access Bank Moçambique manteve o foco na gestão responsável das operações e na redução progressiva do impacto ambiental.

Em 2025, o edifício-sede do Banco manteve a certificação ambiental IFC, confirmando o cumprimento de padrões internacionais de eficiência energética e sustentabilidade na construção. O Banco monitorizou igualmente indicadores de eficiência operacional e impacto ambiental, alinhados com as metas ESG do Grupo, incluindo objectivos de redução de emissões operacionais face à linha de base.

Pilar Social (S – Social)

O pilar social continuou a assumir um papel central na estratégia do Banco, com enfoque na educação, inclusão financeira, capacitação económica, saúde, diversidade e apoio comunitário.

Durante o ano, o Banco capacitou 400 fornecedores em gestão sustentável da cadeia de fornecimento e realizou sessões presenciais de formação directa envolvendo 11 fornecedores. Foram igualmente promovidas iniciativas de literacia financeira e workshops sobre acesso ao financiamento, com particular enfoque em estudantes, jovens e empreendedoras.

Ao nível da diversidade e inclusão, 4% da força de trabalho do Banco correspondeu a Pessoas com Deficiência, sendo assegurada acessibilidade total (100%) das instalações.

Desenvolvimento Sustentável e Inclusão Económica

No âmbito do desenvolvimento sustentável, o Access Bank Moçambique definiu metas quantitativas claras acompanhadas ao nível do Comité ESG e do ERMC, incluindo o objectivo estratégico de

alcançar até 500.000 clientes de baixo rendimento sem incremento do rácio de crédito malparado, bem como a integração de 1.600 novas Pequenas e Médias Empresas na base de clientes do Banco.

Marketing, Comunicação e Reputação Institucional

Durante 2025, todas as acções de marketing e comunicação institucional foram alinhadas com os valores da marca Access Bank, os princípios ESG e os requisitos regulatórios aplicáveis. A comunicação foi utilizada como instrumento de transparência, reputação e reforço do compromisso do Banco com práticas responsáveis e sustentáveis.

Conclusão e Perspectiva Futura

O desempenho de 2025 consolidou o Access Bank Moçambique como uma instituição comprometida com práticas bancárias responsáveis, orientada por métricas ESG claras e alinhada com padrões internacionais de sustentabilidade.

O Banco continuará a reforçar a integração da sustentabilidade na sua estratégia, reafirmando o seu compromisso com a visão de ser o banco africano mais respeitado do mundo e com a missão de gerar impacto positivo em Moçambique e em África.

Proposta de Aplicação de Resultados

De acordo com as disposições estatutárias e nos termos da Legislação Moçambicana em vigor, nomeadamente a Lei n.º 20/20 das Instituições de Crédito relativa à constituição de Reservas, é proposto que ao resultado do exercício de 2025, no montante de 8,407,283.30 Meticais, seja dada a seguinte aplicação:





	%	Valor
Reserva Legal	30%	2,522,184.99
Resultados transitados	70%	5,885,098.31

Descubra o

primus⁺

a solução inovadora para pagamentos e gestão financeira empresarial

Chegou a plataforma que simplifica a gestão da sua empresa, tornando as transações mais eficientes e seguras, permitindo-lhe otimizar operações financeiras e dinamizar as tarefas essenciais, como as seguintes:

-  Processar pagamentos locais e internacionais com total facilidade;
-  Realizar transferências bancárias e para carteiras móveis de forma rápida e segura;
-  Efectuar pagamentos de serviços, salários, fornecedores e impostos;
-  Controlar e aceder à informação da conta em tempo real, com relatórios detalhados.

Simplifique os seus processos financeiros e tenha mais tempo para investir no que realmente impulsiona o seu negócio.

Registe-se já no Primus+ e experimente um sistema financeiro eficiente, rápido, seguro e inovador.

Campanha válida até Dezembro de 2027

*Termos e condições aplicáveis

Para mais informações, contacte a nossa linha de Cliente, através dos números 800 724 724/ 92264 ou envie um e-mail para contactcenter.moz@accessbankplc.com

 **access**

mais que um banco

Declaração das Responsabilidades dos Administradores



Declaração das responsabilidades dos administradores

Os administradores são responsáveis pela preparação e apresentação fiel das demonstrações financeiras anuais do Access Bank Mozambique, S.A. que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo nessa data e as notas às demonstrações financeiras, que incluem um resumo de políticas contabilísticas materiais e outras notas explicativas, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF), assim como o Relatório da Administração.

As responsabilidades dos administradores incluem: conceber, implementar e manter controlos internos relevantes para a preparação e fiel apresentação destas demonstrações financeiras livres de distorções materiais, devido a fraude ou erro; seleccionar e aplicar políticas contabilísticas apropriadas; e proceder a estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias. A responsabilidade dos administradores também inclui manter registos contabilísticos adequados e um sistema de gestão de riscos eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação da capacidade de o Banco prosseguir como entidade em continuidade e não têm motivo para julgar que o Banco não se manterá em continuidade no próximo ano.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras anuais do Access Bank Mozambique, S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de Abril de 2026 e foram assinadas em sua representação por:

Rogério Samo Gudo
Presidente do Conselho de Administração

Oludolapo Ogundimu
Administrador Não Executivo

Paulo Oliveira
Administrador Não Executivo

Marta Mapilele
Administradora Não Executiva

Chiwetalu Obikwelu
Administrador Delegado Interino

Abraham Aziegbe
Administrador Não Executivo

Monica Macamo
Administradora Não Executiva

Edifício Sede:
Endereço: Rua dos Desportistas N° 480, 18° andar
Maputo Business Tower - Maputo | Moçambique
Tel: 800 724 724 | Fax: 20600801 | Caixa Postal: 872
E: contactcenter.moz@accessbankplc.com
https://mozambique.accessbankplc.com

Access Bank Mozambique SA – Conselho de Administração
Rogério Samo Gudo (Presidente do Conselho de Administração)
Oludolapo Ogundimu (Administrador não Executivo)
Abraham Ehijator, Aziegbe (Administrador não Executivo)
Paulo Oliveira (Administrador não Executivo)
Chiwetalu Obikwelu (Administrador Delegado Adjunto)



Ernst & Young – Sociedade de
Contabilistas e Auditores Certificados, S.A.
Rua Belmiro Obadias Muianga, N° 179
Caixa Postal 366,
Maputo
Moçambique

Tel: +258 21 35 3000
Fax: +258 21 32 1984
Email: ernst.young@mz.ey.com
NUI: 400 006 245
www.ey.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas do

ACCESS BANK MOÇAMBIQUE, S.A.

Relatório sobre a Auditoria das Demonstrações Financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras do Access Bank Moçambique, S.A. (“Banco”), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de Dezembro de 2025, a demonstração de resultados, a demonstração do rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materiais, a posição financeira do Banco em 31 de Dezembro de 2025, o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Bases para a Opinião

Realizámos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes do Banco de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.



Shape the future
with confidence

Outras Matérias

As demonstrações financeiras do Access Bank Moçambique, S.A. relativas ao ano findo em 31 de Dezembro de 2024, apresentadas para efeitos comparativos, foram auditadas por outro auditor que expressou uma opinião sem reservas sobre essas demonstrações financeiras em 14 de Maio de 2025.

Outra informação

O Conselho de Administração é responsável pela outra informação. A outra informação compreende o Relatório Anual da Administração conforme requerido no Código Comercial, mas não inclui as demonstrações financeiras e o relatório do auditor sobre as mesmas.

A nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não cobre a outra informação e não expressamos qualquer tipo de garantia de fiabilidade sobre essa outra informação.

No âmbito da auditoria das demonstrações financeiras, a nossa responsabilidade é fazer uma leitura da outra informação e, em consequência, considerar se essa outra informação é materialmente inconsistente com as demonstrações financeiras, com o conhecimento que obtivemos durante a auditoria ou se aparenta estar materialmente distorcida. Se, com base no trabalho efectuado, concluirmos que existe uma distorção material nesta outra informação, exige-se que relatem sobre esse facto. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), e pelo controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, o Conselho de Administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho de Administração tenha a intenção de liquidar o Banco ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é, também, responsável pela supervisão do processo de relato financeiro do Banco.



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objectivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos cepticismo profissional durante a auditoria e, também:

- ▶ Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- ▶ Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco;
- ▶ Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pelo Conselho de Administração;
- ▶ Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho de Administração, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade do Banco em continuarem as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que o Banco descontinue as operações;

- ▶ Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas representam as transacções e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicámos com o Conselho de Administração, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

Adicionalmente, declarámos aos encarregados da governação que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Das matérias que comunicámos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que são as matérias relevantes de auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é o Eduardo Caldas.

ERNST & YOUNG - SOCIEDADE DE CONTABILISTAS E AUDITORES CERTIFICADOS, S.A.

Sociedade de Auditores Certificados (Nº 13/SCA/OCAM/2015)

Representada por:



Eduardo Jorge da Costa Caldas (Auditor Certificado nº 33/CA/OCAM/2012)

Maputo, 30 de Abril de 2026



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Aos Accionistas do Access Bank Mozambique, S.A.

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos conferiram em Assembleia Geral, apresentamos o Relatório e Parecer sobre a actividade fiscalizadora desenvolvida no Access Bank Mozambique, S.A. ("Access Bank Mozambique" ou "Banco"), relativamente às Demonstrações Financeiras e o Relatório da Administração, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, os quais são da responsabilidade do Conselho de Administração do Banco.

Relatório

No decurso do exercício acompanhámos com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada à actividade do Access Bank Mozambique e verificámos a regularidade da escrituração contabilística, da respectiva documentação, bem como o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, tendo recebido do Conselho de Administração e dos diversos serviços do Banco as informações e os esclarecimentos solicitados sobre o negócio bem como sobre outras matérias de natureza contabilística, financeira, controlo interno e de gestão de riscos.

No âmbito das nossas funções, contámos com a colaboração do Auditor Independente, EY Moçambique – Sociedade de Auditores e Contabilistas Certificados, Lda., com o qual mantivemos contacto no âmbito da sua auditoria às demonstrações financeiras do exercício em referência.

Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2025, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes Anexos, tendo concluído que os mesmos se apresentam de forma apropriada, satisfazem os requisitos legais e permitem uma adequada compreensão da situação financeira do Access Bank Mozambique bem como os resultados das operações. Os princípios contabilísticos e critérios de mensuração adoptados merecem a nossa concordância.

Apreciámos o Relatório do Conselho de Administração, tendo concluído que o mesmo é suficientemente esclarecedor sobre a conjuntura económica global e nacional, o desempenho dos negócios e da situação do Access Bank Mozambique, evidenciando os aspectos mais significativos.

Adicionalmente, apreciamos o Relatório do Auditor Independente sobre a auditoria às demonstrações financeiras do Access Bank Mozambique referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2025, preparadas pela Administração em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) e demais regulamentos aplicáveis às Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, cujo âmbito e opinião expressa mereceram a nossa consideração.

Parecer

Tendo em consideração os procedimentos expostos acima, e face às informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços do Access Bank Mozambique, bem como as conclusões constantes do Relatório do Auditor Independente somos do parecer favorável à:

- i) Aprovação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2025;
- ii) Aprovação do Relatório de Gestão do Conselho de Administração; e
- iii) Aprovação da proposta de aplicação do resultado apresentada pelo Conselho de Administração.

Maputo, 30 de Abril de 2026

O Fiscal Único

i2A Auditores, S.A.

Representado por



Manuel Fonseca

Partner

Demonstração da posição financeira

Activos	Nota	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Caixa e equivalentes de caixa	12	10,448,702	0,671,329
Aplicações em instituições de crédito	12	3,609,687	3,912,800
Activos financeiros	13	6,463,254	3,590,075
Crédito a clientes	14	6,469,324	4,114,708
Outros activos	15	552,255	613,428
Activos por impostos correntes	16	21,892	14,939
Activos por impostos diferidos	17	319,264	319,264
Activos não correntes detidos para venda	18	901,501	892,749
Activos tangíveis	19	464,818	604,189
Direito de uso de activos	20	225,097	292,892
Activos intangíveis	21	45,101	62,010
Total de activos		29,520,895	25,088,383
Passivos			
Recursos de clientes	22	26,595,052	22,037,284
Empréstimos	23	-	268,583
Outros passivos	24	566,246	760,691
Passivos de locação	24	283,616	334,651
Total de passivos		27,444,914	23,401,209
Capital próprio			
Capital social	25	3,274,900	2,894,500
Reserva legal		17,126	17,126
Resultados transitados		(1,216,045)	(1,224,452)
Total do capital próprio		2,075,981	1,687,174
Total do capital próprio		29,520,895	25,088,383

Demonstração da posição financeira

	Nota	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Juros e rendimentos similares		2,089,653	1,911,031
Juros e encargos similares		712,506	(858,513)
Margem financeira	4	1,377,147	1,052,518
Ganhos/Perdas por imparidade em créditos a clientes	14.1	(62,598)	(38,111)
Margem financeira após a imparidade de activos financeiros		1,314,549	1,014,407
Rendimento com taxas e comissões		417,473	348,161
Gastos com taxas e comissões		(317,398)	(333,532)
Rendimento líquido de taxas e comissões	5	100,075	14,629
Resultado de operações financeiras	6	597,311	426,492
Outros rendimentos operacionais	7	43,958	41,306
Produto bancário		2,055	1,496,834
Gastos com o pessoal	8	(1,029,356)	(1,016,383)
Depreciações e amortizações	19-21	(255,665)	(297,756)
Outros gastos operacionais	9	(483,029)	(598,723)
Perdas por imparidade em outros activos	10	(59,658)	(72,796)
Gastos operacionais		1,827,708	(1,985,658)
Resultado antes de imposto		228,185	(488,824)
Imposto sobre o rendimento	11	(219,778)	(254,553)
Resultado líquido		8,407	(743,377)
Rendimento integral		8,407	(743,377)

Demonstração das variações no capital próprio

	Capital Social	Reserva legal	Resultados transitados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2024	2,894,500	17,126	(481,075)	2,430,551
Prejuízo do exercício			(743,377)	(743,377)
Saldo em 31 de Dezembro de 2024	2,894,500	17,126	(1,224,452)	1,687,174
Saldo em 1 de Janeiro de 2025	2,894,500	17,126	(1,224,452)	1,687,174
Lucro do exercício	-	-	8,407	8,407
Aumento de capital social	380,400	-	-	380,400
Saldo em 31 de Dezembro de 2025	3,274,900	17,126	(1,216,045)	2,075,981

Demonstração de fluxos de caixa

	Nota	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Resultado líquido do exercício		8,407	(743,377)
Ajustamentos para itens não-monetários			
Depreciações e amortizações	19-21	255,665	297,756
Ganhos/Perdas por imparidade em créditos à clientes	14.1	62,598	38,111
Perdas por imparidade em outros activos	10	59,658	72,796
Subtotal		386,328	(334,714)
Variação de crédito a clientes	14	(2,417,214)	1,152,464
Variação de outros activos	15	(5,438)	(44,566)
Variação de recursos de clientes	22	4,557,768	4,451,495
Variação de outros passivos	24	(156,270)	398,504
Loações de activos de curto prazo, baixo valor e pagamentos variáveis	24	1,480	423
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas actividades operacionais		2,366,655	5,623,605
(Aquisição) / Venda provenientes de:			
Activos tangíveis	19	(23,655)	(207,742)
Activos financeiros	13	(2,873,179)	(435,103)
Activos intangíveis	21	(7,935)	(31,418)
Activos não correntes detidos para venda	18	(8,752)	(335,822)
Empréstimos	23	(268,583)	(328,252)
Fluxos de caixa líquidos usados nas actividades de investimento		(3,182,104)	(1,338,337)
Acções emitidas	25	380,400	-
Pagamentos do capital das respons. de contratos de locação financeira	24	(90,690)	(65,471)
Fluxo de Caixa Resultantes das actividades de Financiamento		289,710	(65,471)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14,584,129	10,364,331
Fluxos de caixa líquidos gerados pelas activ. operacionais		2,366,655	5,623,605
Fluxos de caixa líquidos (usados) em activ. de investimento		(3,182,104)	(1,338,337)
Fluxo de caixa resultante das actividades de financiamento		289,710	(65,471)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	12	14,058,389	14,584,129

Notas às demonstrações financeiras

Nota 1 Nota introdutória

O Access Bank Mozambique, S.A. ("Access Bank Mozambique" ou "Banco") é uma sociedade domiciliada em Moçambique. O endereço da sede social do Banco é Rua dos Desportistas n.º 480, 17 / 18º, Maputo Business Tower. O Banco obteve a licença de prestação de serviços bancários completos do Banco de Moçambique em 6 de Fevereiro de 2020. A actividade do Banco é direccionada principalmente ao segmento de banca de retalho, de negócios, corporativo e tesouraria.

O Banco tem um Conselho de Administração devidamente constituído, composto por um Administrador Delegado e quatro Administradores Não Executivos.

No início de 2025, o Banco tinha 12 agências, numero este com que fechou o mesmo exercício económico.

Em termos de tecnologia, o Banco opera com uma infraestrutura de Tecnologia de Informação (TI) que responde às necessidades dos clientes e proporciona-lhes a melhor experiência possível. Esta infraestrutura de TI contém todas as medidas de segurança cibernética.

Nota 2 Base de preparação

O Banco prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras do Banco para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2025 foram preparadas de acordo com as NIRF, conforme emitidas pelo IASB e pelos respectivos órgãos antecessores. Ademais, foram igualmente aplicadas as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) e pelos respectivos órgãos antecessores.

Para efeitos de supervisão, o Banco qualifica-se nos termos da Lei n.º 20/2020 de 31 de Dezembro, sendo, portanto, supervisionado pelo Banco de Moçambique na sua qualidade de Autoridade de Supervisão Financeira. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as NIRF, tal como o disposto no Aviso N.º 4/GBM/2007, de 30 de Março de 2007, do Banco de Moçambique.

Nota 3 Base de preparação

3.1 Adopção de normas novas e emendas a normas que entraram em vigor em 1 de Janeiro de 2025

Norma / Interpretação	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
IAS 21 - Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade (alteração)	Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afecta, ou se espera que afecte, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada. Não existiram impactos materiais decorrentes da aplicação desta norma nas demonstrações financeiras do banco.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2025

3.2 Normas (novas e emendadas) que foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contabilísticos com início em ou após 1 de Janeiro de 2026

Norma / Interpretação	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
Melhorias Anuais às Normas NIRF – Volume 11	Esta alteração foi emitida em Julho de 2024 e o IASB propôs alterações de âmbito restrito às normas NIRF como parte da sua manutenção periódica, centrando-se na clarificação da redação ou na resolução de questões menores. As alterações propostas, detalhadas no Exposure Draft Annual Improvements to NIRF Accounting Standards - Volume 11, abrangem tópicos como a contabilidade de cobertura para adotantes pela primeira vez (NIRF 1), divulgações sobre desreconhecimento e risco de crédito (NIRF 7), desreconhecimento de passivos de locação financeira (NIRF 9), mensuração inicialmente uma conta a receber sem uma componente de financiamento significativa pela quantia determinada pela aplicação da NIRF 15, (NIRF 9), determinação de um "de facto agent" (NIRF 10) e o método do custo nas demonstrações de fluxos de caixa (IAS 7). O banco encontra-se a avaliar o potencial impacto decorrente da adoção desta norma.	Aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2026
Alterações à IAS 21 – Os Efeitos das Alterações nas Taxas de Câmbio: Conversão para uma moeda de apresentação hiperinflação	Esta alteração foi emitida em Novembro de 2025 e diz respeito à conversão para uma moeda de apresentação hiperinflacionária. As alterações exigem que as entidades com uma moeda funcional não hiperinflacionária convertam todos os valores (ativos, passivos, capitais próprios, receitas, despesas e comparativos) para uma moeda de apresentação hiperinflacionária utilizando a taxa de câmbio de fecho do período de reporte mais recente. O banco encontra-se a avaliar o potencial impacto decorrente da adoção desta norma.	Aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2027
NIRF 19: Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	Esta norma foi emitida em Maio de 2024 e visa simplificar as demonstrações financeiras das subsidiárias elegíveis, permitindo-lhes aplicar as normas contabilísticas (NIRF) com requisitos de divulgação reduzidos. As subsidiárias são elegíveis para aplicar a NIRF 19 se não estão sujeitas à obrigação de prestação pública de informação financeira e a sua empresa-mãe aplicar as NIRF na preparação das suas demonstrações financeiras consolidadas. À medida que as NIRF forem desenvolvidas e alteradas, a NIRF 19 será igualmente alterada, sempre com o objetivo de reduzir os requisitos de divulgação para as subsidiárias elegíveis. Esta norma não é aplicável ao banco.	Aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2027

Norma / Interpretação	Descrição / Emenda	Data de entrada em vigor
Alterações à NIRF 19 Subsidiárias não sujeitas à prestação pública de informação financeira: Divulgações	A alteração foi emitida em Agosto de 2025 com o objetivo de: <ul style="list-style-type: none"> reduzir os requisitos de divulgação, excluindo os objetivos de divulgação relacionados a contratos de financiamento com fornecedores, capacidade de troca diminuta, regras do modelo do "Pillar Two", classificação e mensuração de instrumentos financeiros e passivos não correntes com cláusulas restritivas; reduzir os requisitos de divulgação relacionados a contratos de financiamento com fornecedores; excluir os requisitos de divulgação que são, na verdade, orientações e não exigências; substituir os requisitos de divulgação relacionados a indicadores de desempenho definidos pela administração alinhado com a NIRF 18. <p>Esta norma não é aplicável ao banco.</p>	Aplicação a partir de 1 de Janeiro de 2027
Alterações à classificação e mensuração de instrumentos financeiros — Alterações à NIRF 9 e à NIRF 7	Em Maio de 2024, o IASB publicou as Alterações à NIRF 9 e à NIRF 7, Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (as Alterações). As Alterações incluem: <ul style="list-style-type: none"> Esclarecimentos sobre os requisitos para o reconhecimento e desreconhecimento de ativos e passivos financeiros Um esclarecimento de que um passivo financeiro é desreconhecido na «data de liquidação» e a introdução de uma opção de política contabilística (se forem cumpridas condições específicas) para desreconhecer passivos financeiros liquidados através de um sistema de pagamento eletrónico antes da data de liquidação Orientações adicionais sobre como devem ser avaliados os fluxos de caixa contratuais para ativos financeiros com características ambientais, sociais e de governação corporativa (ESG) e características semelhantes Esclarecimentos sobre o que constitui «características de não recurso» e quais são as características dos instrumentos contratualmente ligados A introdução de divulgações para instrumentos financeiros com características contingentes e requisitos de divulgação adicionais para instrumentos de capital classificados ao justo valor através de outros resultados (OCI) <p>O banco encontra-se a avaliar o potencial impacto decorrente da adoção desta norma.</p>	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2026
Contratos relativos à eletricidade proveniente de fontes naturais – Alterações à NIRF 9 e à NIRF 7	Em dezembro de 2024, o IASB publicou as alterações à NIRF 9 e à NIRF 7 — Contratos que fazem referência a eletricidade dependente de fatores naturais. As alterações aplicam-se apenas a contratos que fazem referência a eletricidade dependente de fatores naturais. As alterações: <ul style="list-style-type: none"> Esclarecem à aplicação dos requisitos de «uso próprio» para contratos abrangidos Alteram os requisitos de designação de um item coberto numa relação de cobertura de fluxos de caixa para contratos abrangidos Acrescentam novos requisitos de divulgação para permitir que os investidores compreendam o efeito destes contratos no desempenho financeiro e nos fluxos de caixa de uma empresa. <p>O banco encontra-se a avaliar o potencial impacto decorrente da adoção desta norma.</p>	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2026
NIRF 18 Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras	Em abril de 2024, o IASB publicou a NIRF 18 «Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras», que substitui a IAS 1 «Apresentação das Demonstrações Financeiras». A NIRF 18 introduz novos requisitos para a apresentação na demonstração de resultados, incluindo totais e subtotais específicos. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas na demonstração de resultados numa de cinco categorias: operacional, de investimento, de financiamento, de impostos sobre o rendimento e de operações descontinuadas, sendo que as três primeiras são novas. A norma exige a divulgação de indicadores de desempenho recentemente definidos pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui também novos requisitos para a agregação e desagregação de informação financeira com base nas «funções» identificadas das demonstrações financeiras principais e das notas explicativas. Além disso, foram introduzidas alterações de âmbito restrito na IAS 7 Demonstração de Fluxos de Caixa, que incluem a alteração do ponto de partida para a determinação dos fluxos de caixa das atividades operacionais no âmbito do método indireto, passando de «resultados» para «resultados operacionais», e a eliminação da opcionalidade em torno da classificação dos fluxos de caixa provenientes de dividendos e juros. O Banco está actualmente a trabalhar para identificar os impactos que a norma terá nas demonstrações financeiras principais e nas notas explicativas às demonstrações financeiras. O banco encontra-se a avaliar o potencial impacto decorrente da adoção desta norma.	Períodos de relato anual com início em ou após 1 de Janeiro de 2027

3.3 Resumo de políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. Estas políticas contabilísticas foram todas aplicadas, a menos que esteja indicado o contrário.

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Metical (MZN), a moeda funcional do Banco. Salvo se indicado em contrário, a informação financeira apresentada em Metical foi arredondada ao milhar mais próximo.

(b) Comparativos

As políticas contabilísticas, quando aplicável, foram aplicadas de forma consistente com o ano anterior.

(c) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no princípio da continuidade, de acordo com a convenção do custo histórico, excepto nas situações identificadas especificamente, que decorre da aplicação das NIRF. Durante o exercício, não houve alterações relevantes de políticas contabilísticas e divulgações.

3.4 Juizos de valor, estimativas e premissas contabilísticas materiais

A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as NIRF requer que a Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e o valor dos activos e passivos, rendimentos e encargos. Os resultados reais podem diferir dos montantes estimados. As estimativas e pressupostos subjacentes são revistas de forma contínua e as revisões das estimativas contabilísticas são reconhecidas no exercício em que a estimativa é revista, se a revisão afectar apenas esse exercício, ou no exercício da revisão e exercícios futuros, se a revisão afectar tanto os exercícios actuais como os futuros.

As informações sobre as áreas significativas de incerteza das estimativas e dos julgamentos críticos na aplicação das políticas contabilísticas que têm o efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nestas demonstrações financeiras encontram-se descritas de seguida.

3.4.1 Mensuração de perdas de crédito esperadas (“PCE”)

A mensuração das perdas de crédito esperadas de activos financeiros mensurados ao custo amortizado é uma área que exige a utilização de modelos complexos e premissas significativas sobre condições económicas futuras e comportamento do crédito (por exemplo, a probabilidade de incumprimento dos clientes) e as perdas resultantes.

Também são necessários alguns juízos de valor significativos na aplicação dos requisitos contabilísticos para mensurar PCE, tais como:

- determinar critérios para um aumento significativo do risco de crédito;
- escolher modelos e premissas apropriados para mensuração de PCE;
- estabelecer o número e as ponderações relativas de cenários prospectivos para cada tipo de produto/mercado e as PCE associadas; e
- estabelecer grupos de activos financeiros semelhantes para efeitos de mensurar a PCE.

Para mais pormenores, ver notas 3.15 e 14.

3.4.2 Imposto sobre o rendimento

O Banco está sujeito a imposto sobre o rendimento em Moçambique. São necessárias estimativas significativas para calcular a provisão de imposto sobre o rendimento. Calcular a dotação para imposto do exercício do Banco envolve estimativas e juízos de valor que incluem interpretação das leis fiscais locais e uma avaliação sobre se as autoridades fiscais irão aceitar a posição assumida. Estes juízos de valor têm em conta aconselhamento externo, quando apropriado, e a opinião do Banco quanto a compromissos com as autoridades fiscais relevantes. Há muitas operações e cálculos para os quais a determinação fiscal final é incerta no exercício da actividade normal.

O Banco reconhece passivos para questões previstas em auditorias fiscais com base em estimativas sobre se serão devidos impostos adicionais. Quando o resultado fiscal final destas matérias é diferente dos montantes registados inicialmente, essa diferença vai afectar o imposto sobre o rendimento e as provisões para impostos diferidos no período em que essa determinação é efectuada. O reconhecimento de activos por impostos diferidos de prejuízos fiscais baseia-se na projecção de lucros efectuada pela Administração. Estas projecções consideram os planos de capitalização do Banco e as condições de mercado prevalentes na economia. Para mais pormenores, ver nota 3.8.

3.5 Conversão de moeda estrangeira

As rubricas na moeda funcional e de apresentação incluídas nas demonstrações financeiras das entidades do Banco são mensuradas usando a moeda do ambiente económico primário em que a entidade desenvolve a sua actividade (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em MZN, que é a moeda funcional do Banco.

I. Transacções e saldos

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional tendo por base as taxas de câmbio em vigor nas datas das transacções, ou da avaliação quando os itens voltam a ser mensurados. Os ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação de tais transacções, assim como da conversão dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira às taxas de câmbio do final do exercício, são reconhecidos nos resultados. As diferenças de conversão relacionadas com mudanças no custo amortizado também são reconhecidas nos resultados.

Para a demonstração da posição financeira e do rendimento integral, aplicaram-se as seguintes taxas de câmbio:

Moeda	País	2025		2024	
		No final do exercício	Média do ano	No final do exercício	Média do ano
GBP	Reino Unido	85.86	84.25	80.48	81.67
EUR	União Europeia	75.01	72.21	66.79	69.16
USD	Estados Unidos da América	63.91	63.91	63.91	63.91
ZAR	África do Sul	3.85	3.58	3.41	3.49

Os proveitos como receitas derivadas de comissões de prestação de serviços, margem financeira, comissões, excedentes líquidos resultantes de operações financeiras e outros proveitos são incluídos nos proveitos operacionais.

3.6 Proveitos operacionais

Os proveitos como receitas derivadas de comissões de prestação de serviços, margem financeira, comissões, excedentes líquidos resultantes de operações financeiras e outros proveitos são incluídos nos proveitos operacionais.

3.6.1 Juros

I. Taxa de juro efectiva

Os proveitos e custos de juros são reconhecidos em resultados usando o método da taxa de juro efectiva. A “taxa de juro efectiva” é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro para:

- a quantia escriturada bruta do activo financeiro; ou
- o custo amortizado do passivo financeiro.

Quando calcula a taxa de juro efectiva para instrumentos financeiros que não sejam activos comprados ou originados em imparidade de crédito, o Banco estima os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, excluindo as PCE. Para activos financeiros adquiridos ou originados com imparidade de crédito, é calculada uma taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito usando os fluxos de caixa futuros estimados incluindo as PCE.

O cálculo da taxa de juro efectiva inclui as taxas e comissões contratuais pagas ou recebidas, os custos de transacção e os descontos ou prémios que são parte integrante da taxa de juro efectiva. Os custos da operação incluem custos incrementais directamente imputáveis à aquisição ou emissão do activo ou passivo financeiro.

II. Custo amortizado e quantia escriturada bruta

O custo amortizado de um activo ou passivo financeiro corresponde à quantia pela qual o activo financeiro ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, menos os reembolsos de capital, menos ou mais a amortização acumulada, usando o método da taxa de juro efectiva da eventual diferença entre o montante inicial e o montante no vencimento, ajustado em função de provisões para perdas de crédito esperadas relativamente aos activos financeiros. A quantia escriturada bruta de um activo financeiro corresponde ao custo amortizado de um activo financeiro antes de ajustamento, em função de provisões para perdas de crédito esperadas.

III. Cálculo de proveitos e custos de juros

A taxa de juro efectiva de um activo ou passivo financeiro é calculada no reconhecimento inicial de um activo ou passivo financeiro. No cálculo de proveitos e custos de juros, a taxa de juro efectiva é aplicada à quantia escriturada bruta do activo (quando o activo não estiver em imparidade de crédito) ou ao custo amortizado do passivo. A taxa de juro efectiva é revista em consequência da estimativa periódica de fluxos de caixa de instrumentos de taxa variável para reflectir movimentos das taxas de juro de mercado.

Contudo, para activos financeiros que tenham ficado em imparidade de crédito depois do reconhecimento inicial, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efectiva ao custo amortizado do activo financeiro. Se o activo deixar de estar em imparidade de crédito, o cálculo dos proveitos de juros regressa à base bruta. Para activos financeiros em imparidade de crédito no reconhecimento inicial, os proveitos de juros são calculados aplicando a taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito ao custo amortizado do activo. O cálculo de proveitos de juros não regressa a uma base bruta, mesmo que o risco de crédito do activo melhore.

IV. Apresentação

Os proveitos de juros calculados usando o método da taxa de juro

efectiva apresentados na demonstração do rendimento integral incluem juros de activos financeiros e passivos financeiros mensurados ao custo amortizado. Os outros proveitos de juros apresentados na demonstração do rendimento integral incluem proveitos de juros de locações financeiras.

Os custos de juros apresentados na demonstração do rendimento integral incluem juros de passivos financeiros mensurados ao custo amortizado.

3.6.2 Reconhecimento de Resultados de Serviços e Comissões

Os resultados de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

Quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;

- Quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.
- Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na Margem Financeira.
- Um contracto com um cliente que resulte no reconhecimento de um instrumento financeiro nas demonstrações financeiras do Banco poderá estar parcialmente no âmbito da NIRF 9 e parcialmente no âmbito da NIRF 15. Se este for o caso, o Banco aplica primeiro a NIRF 9 para separar e mensurar a parte do contracto que está no âmbito da NIRF 9 e depois aplica a NIRF 15 ao residual.
- Outras despesas com honorários e comissões referem-se principalmente a taxas de transacção e serviços, que são contabilizadas como despesas quando os serviços são recebidos.”

3.6.3 Resultado de operações financeiras

O resultado de operações financeiras inclui ganhos cambiais na reavaliação e ganhos cambiais não realizados na reavaliação.

3.6.4 Proveitos de rendas

Os proveitos de rendas de propriedades de investimento são reconhecidos na demonstração do rendimento integral em quotas constantes durante o prazo do arrendamento. Os incentivos à locação concedidos são reconhecidos como parte integrante do total de proveitos de rendas.

3.6.5 Outros proveitos

As receitas e proveitos de prestação de serviços são reconhecidos quando o montante dos proveitos e os custos relacionados com a prestação dos serviços, bem como o grau de conclusão, podem ser mensurados com fiabilidade na data de relato.

3.7 Benefícios dos empregados

Benefícios de curto prazo dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados são levados a custos à medida que o serviço relacionado é prestado. São reconhecidos custos de desempenho na medida em que o Banco tenha uma obrigação presente perante os seus empregados que possa ser mensurada com fiabilidade. Estes custos são reconhecidos durante o período do trabalho que os empregados devem prestar para se tornarem elegíveis para os serviços. A obrigação do Banco a respeito de dias de férias acumulados é reconhecida integralmente na demonstração da posição financeira.

O Banco faz contribuições obrigatórias aos planos de contribuição definida junto do Instituto Nacional de Segurança Social.

3.8 Impostos

Os custos com imposto sobre o rendimento compreendem os impostos correntes e diferidos, reconhecidos em resultados excepto na medida em que digam respeito a rubricas reconhecidas directamente no capital próprio ou na demonstração do rendimento integral.

O Banco determinou que os juros e multas relacionados com impostos sobre o rendimento, incluindo tratamentos fiscais incertos, não estão abrangidos pela definição de impostos sobre o rendimento e, por conseguinte, contabilizou-os nos termos da IAS 37: provisões, passivos contingentes e activos contingentes e reconheceu os custos relacionados em outros custos.

I. Impostos correntes

Os impostos correntes compreendem os impostos que se espera pagar ou receber vindos de lucros ou prejuízos tributáveis do exercício, bem como eventuais ajustamentos em impostos a pagar ou a receber relacionados com exercícios anteriores. O valor dos impostos correntes a pagar ou a receber corresponde à melhor estimativa do montante de impostos que se espera pagar ou receber que reflecta a incerteza relacionada com o imposto sobre o rendimento, se a houver. É mensurado usando as taxas de imposto aprovadas ou virtualmente aprovadas na data de relato, de acordo com a lei moçambicana. Os impostos correntes também incluem impostos decorrentes de dividendos. Os activos e passivos por impostos correntes só são compensados se determinados critérios estiverem preenchidos.

II. Impostos diferidos

São reconhecidos impostos diferidos em relação a diferenças temporárias entre as quantias escrituradas de activos e passivos para efeitos de relato financeiro e as quantias utilizadas para efeitos fiscais.

São reconhecidos impostos diferidos em relação a diferenças temporárias no reconhecimento inicial de activos ou passivos de operações que não sejam concentrações de actividades empresariais e que não afectem os lucros ou perdas para efeitos contabilísticos nem fiscais.

São reconhecidos activos por impostos diferidos para prejuízos fiscais não utilizados, créditos de impostos não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis na medida em que seja provável que venha a haver lucros tributáveis futuros que permitam a sua utilização. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças fiscais temporárias relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer um activo por impostos diferidos na totalidade, passam a ser considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados em função da reversão de diferenças temporárias existentes, com base em planos de negócio do Banco.

Os activos por impostos diferidos são revistos em cada data de relato e são reduzidos na medida em que deixe de ser provável que o benefício fiscal relacionado seja realizado; essas reduções são revertidas quando a probabilidade de lucros tributáveis futuros aumente. Os activos por impostos diferidos não reconhecidos são reavaliados em cada data de relato e reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros futuros que permitam a sua utilização.

Os impostos diferidos são mensurados às taxas de imposto que se espera virem a ser aplicadas a diferenças temporárias quando revertidas, usando taxas de imposto aprovadas ou virtualmente aprovadas na data de relato. A mensuração de impostos diferidos reflecte as consequências fiscais que decorreriam da maneira como o Banco espera, na data de relato, recuperar ou liquidar a quantia

escriturada dos seus activos e passivos.

Os activos por impostos correntes e os passivos por impostos correntes só são compensados se houver um direito juridicamente vinculativo de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes e o Banco tencionar liquidá-los em base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. Os activos por impostos diferidos e os passivos por impostos diferidos são compensados com base nos mesmos princípios.

3.9 Imparidade de activos não financeiros

Os valores escriturados dos activos não financeiros do Banco, excepto os activos por imposto diferido, são revistos a cada data de relato para determinar se existe alguma indicação de imparidade. Quando ocorre tal indicação, é estimado o valor recuperável do activo. Com o objectivo de testar a imparidade, os activos que não podem ser testados individualmente são analisados no menor conjunto de activos que gera fluxos de entrada de caixa pelo uso contínuo que sejam amplamente independentes dos fluxos de caixa de outros activos ou conjuntos de activos (a "unidade geradora de caixa" ou UGC). A "quantia recuperável" de um activo ou UGC corresponde ao seu valor de uso ou ao seu justo valor, consoante o que for menor, menos os custos da venda. O "valor de uso" baseia-se nos fluxos de caixa futuros estimados, descontados para o seu valor actual usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte a actual avaliação de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos do activo ou da UGC.

São reconhecidas perdas por imparidade se a quantia escriturada de um activo ou de uma UGC exceder a sua quantia recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados e são alocadas primeiro para reduzir a quantia escriturada do eventual goodwill afecto à UGC e seguidamente para reduzir as quantias escrituradas dos outros activos da UGC em base proporcional. As perdas por imparidade relativas ao goodwill não são revertidas. Para outros activos, as perdas por imparidade só são revertidas na medida em que a quantia escriturada do activo não exceda a quantia escriturada que teria sido apurada, líquida de depreciação ou amortização, se não tivesse sido reconhecida nenhuma perda por imparidade.

3.10 Activos financeiros e passivos financeiros

3.10.1 Reconhecimento e mensuração inicial

O Banco reconhece inicialmente o crédito, depósitos, títulos de dívida e passivos subordinados apenas quando fica vinculado às cláusulas contratuais do instrumento.

Todos os outros instrumentos financeiros (incluindo operações de compra e venda de activos financeiros com liquidação regular (*regular-way*) são reconhecidos na data de negociação, que é a data em que o Banco fica vinculado às cláusulas contratuais do instrumento. Um activo ou passivo financeiro é mensurada inicialmente ao justo valor mais os custos da operação directamente imputáveis à sua aquisição.

3.10.2 Classificação

I. Activos financeiros

No reconhecimento inicial, um activo financeiro é classificado como mensurado ao custo amortizado, ao justo valor através de outro rendimento integral ("JVAORI") ou ao justo valor através de resultados ("JVAR"). Um activo financeiro é mensurado ao custo amortizado se preencher ambas as condições seguintes e não for designado como sendo ao JVAR:

- o activo financeiro é detido ao abrigo de um modelo de negócio cujo objectivo é deter activos para recolher fluxos de caixa contratuais; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são unicamente pagamentos de capital e juros ("UPCJ").

Um instrumento de dívida só é mensurado ao JVAORI se preencher ambas as condições seguintes e não for designado como sendo ao JVAR:

- o activo é detido ao abrigo de um modelo de negócio cujo objectivo é alcançado tanto através da recolha de fluxos de caixa contratuais como da venda de activos financeiros; e
- os termos contratuais do activo financeiro dão origem em datas específicas a fluxos de caixa que são UPCJ.

No reconhecimento inicial de uma participação em capital que não seja detida para negociação, o Banco pode optar por apresentar de forma irrevogável as alterações subsequentes do justo valor no outro rendimento integral ("ORI"). Esta opção é feita numa base investimento a investimento.

Todos os outros activos financeiros são classificados como mensurados ao JVAR.

Além disso, no reconhecimento inicial, o Banco pode designar de forma irrevogável, um activo financeiro que preencheria os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao JVAORI como sendo mensurado ao JVAR, se essa forma de proceder eliminar ou reduzir significativamente uma discrepância contabilística que se verificaria de outro modo.

II. Avaliação do modelo de negócio

O Banco avalia o modelo de negócio ao nível de uma carteira de activos porque reflecte a melhor maneira como gere os activos e como são prestadas informações à Administração. As informações incluem:

- as políticas e os objectivos declarados para a carteira e o funcionamento dessas políticas na prática; em especial, quando a estratégia da Administração se focar em ganhar proveitos de juros contratuais, manter um determinado perfil de taxa de juro, fazer corresponder a duração dos activos financeiros à dos activos que os financiam ou realizar fluxos de caixa através da venda dos activos;
- a forma como o desempenho da carteira é avaliado e comunicado à Administração do Banco;
- os riscos que afectam o desempenho do modelo de negócio (e os activos financeiros detidos ao abrigo desse modelo de negócio) e a estratégia quanto à forma como esses riscos são geridos;
- a forma como os gestores do modelo de negócio são remunerados (por exemplo, se a remuneração se baseia no justo valor dos activos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais recolhidos); e
- a frequência, o volume e a calendarização das vendas em períodos anteriores, as razões dessas vendas e as suas expectativas quanto à actividade de vendas futura; no entanto, as informações sobre actividades de vendas não são consideradas isoladamente, mas sim como parte de uma avaliação global de como é alcançado o objectivo declarado do Banco para a gestão dos activos financeiros e de como são realizados fluxos de caixa.

Os activos financeiros geridos ou detidos para negociação cujo desempenho seja avaliado numa base de justo valor são mensurados ao JVAR porque não são detidos para recolher fluxos de caixa contratuais nem são detidos tanto para recolher fluxos de caixa contratuais como para vender activos financeiros. Segue-se uma avaliação do modelo de negócio do Banco:

a) Deter para receber

Objectivo comercial

A intenção é criar activos financeiros e detê-los até ao vencimento, recebendo os fluxos de caixa contratuais durante o prazo do instrumento.

Características:

- conceder financiamento e criar activos para ganhar proveitos de juros como fluxo de proveitos primário;
- executar actividades de gestão de risco de crédito; e
- os custos incluem custos de fundos, custos da operação e perdas por imparidade.

b) Deter para receber e vender

Objectivo comercial

O objectivo comercial é atingido tanto através da detenção para recolha como pela venda de activos financeiros.

Características:

- carteiras detidas para necessidades de liquidez ou quando um determinado perfil de rendibilidade de juros é mantido ou, ainda, que são normalmente reequilibradas para conseguir a conferência entre a duração de activos e passivos;
- os fluxos de proveitos provêm de proveitos de juros, alterações do justo valor e perdas por imparidade.

c) Activos financeiros designados ao justo valor

Objectivo comercial

Todos os outros objectivos comerciais, incluindo negociação e gestão de activos financeiros numa base de justo valor.

Características:

activos detidos para negociação;

- activos originados, comprados e vendidos para realizar lucros ou actividades de subscrição;
- o desempenho da carteira é avaliado numa base de justo valor; e
- os fluxos de proveitos provêm de alterações do justo valor ou ganhos ou perdas de negociação.

III. Avaliação de se os fluxos de caixa contratuais são compostos unicamente por pagamentos de capital e juros

Para o efeito desta avaliação, "capital" é definido como o justo valor do activo financeiro no reconhecimento inicial e "juros" é definido como a retribuição pelo valor temporal do dinheiro e pelo risco de crédito associado ao montante do capital em dívida durante um determinado período de tempo para outros riscos e custos básicos da concessão de crédito (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), bem como a margem de lucro.

Na avaliação de se os fluxos de caixa contratuais são UPCJ, o Banco considera os termos contratuais do instrumento. Tal inclui avaliar se o activo financeiro contém algum termo contratual que poderia alterar a calendarização ou o montante de fluxos de caixa contratuais de maneira que não cumpriria esta condição. Ao efectuar a avaliação, o Banco considera:

- eventos contingentes que alterariam o montante e a calendarização de fluxos de caixa;
- características de alavancagem;
- termos relativos a reembolso antecipado e prorrogação;
- termos que limitem os direitos do Banco a fluxos de caixa de determinados activos; e
- características que modifiquem a retribuição do valor temporal do dinheiro (por exemplo, refixação periódica de taxas de juro).

IV. Reclasseficações

O Banco não reclassifica os seus activos financeiros depois do seu reconhecimento inicial, salvo em circunstâncias excepcionais em que o Banco modifique o seu modelo de negcio para gerir activos financeiros, adquira, aliene ou cesse algum segmento de negcio. Os passivos financeiros nunca so reclassificados.

Os factos seguintes no constituem alteraes do modelo de negcio:

- alterao na inteno relacionada com certos activos financeiros (mesmo em situaes de alteraes significativas das condies de mercado);
- desaparecimento temporrio de um certo mercado de activos financeiros; e
- transferncia de activos financeiros entre partes da entidade com modelos de negcio diferentes.

O Banco pode optar por reclassificar um activo financeiro no derivado contabilizado ao justo valor atravs de resultados retirando-o da categoria de justo valor atravs de resultados se o activo financeiro deixar de ser detido para efeitos da sua venda no curto prazo. Os activos financeiros que no correspondam a crdito e contas a receber s podem ser reclassificados retirando-os da categoria de detidos para negociao em raras circunstncias decorrentes de um evento nico que seja fora do comum e pouco provvel que se repita no curto prazo. Alm disso, o Banco pode optar por reclassificar activos financeiros que preencheriam a definio de crdito e contas a receber retirando-os das categorias de justo valor atravs de resultados ou justo valor atravs de outro rendimento integral se tiver a inteno e capacidade para deter estes activos financeiros durante o futuro previsvel ou at o vencimento na data de reclassificao.

As reclassificaes so efectuadas ao justo valor na data de reclassificao. O justo valor passa a ser o novo custo ou custo amortizado, consoante o que se aplicar, e no so efectuadas subsequentemente reverses de ganhos ou perdas de justo valor registados antes da data de reclassificao. As taxas de juro efectivas para activos financeiros reclassificados nas categorias de crdito e contas a receber e custo amortizado so determinadas na data de reclassificao. Aumentos adicionais nas estimativas de fluxos de caixa ajustam as taxas de juro efectivas prospectivamente.

Data de reclassificao

O primeiro dia do primeiro ano de relato a seguir a modificao do modelo de negcio que leve a que uma entidade reclassifique activos financeiros. As mudanas no objectivo do modelo de negcio do Banco tm de ser efectuadas antes da data de reclassificao. Todas as reclassificaes aplicam-se prospectivamente a partir da data de reclassificao.

Quando o Banco reclassifica um activo financeiro da categoria de mensurao ao custo amortizado para a categoria de mensurao de justo valor atravs de outro rendimento integral, o reconhecimento de proveitos de juros no alterado e continua a usar a mesma taxa de juro efectiva. No entanto, quando o Banco reclassifica um activo financeiro da categoria de mensurao de justo valor atravs de resultados, a taxa de juro efectiva e determinada com base no justo valor do activo na data de reclassificao.

a) Reclasseficao do custo amortizado

Quando activos financeiros detidos ao custo amortizado so reclassificados em activos financeiros detidos ao justo valor atravs de resultados, a diferena entre o justo valor dos activos na data de reclassificao e o custo amortizado reconhecido anteriormente e reconhecida em resultados.

Para activos financeiros detidos ao custo amortizado que so reclassificados ao justo valor atravs de outro rendimento integral, a

diferena entre o justo valor dos activos na data de reclassificao e o valor escriturado bruto reconhecido anteriormente e reconhecida no outro rendimento integral. Adicionalmente, o montante das perdas de crdito esperadas acumuladas relatadas relativo aos activos financeiros reclassificados e reclassificado de provisoes para perdas de crdito, para uma reserva separada no outro rendimento integral na data de reclassificao.

b) Reclasseficao do justo valor atravs de outro rendimento integral

Quando os activos financeiros detidos ao justo valor atravs de outro rendimento integral forem reclassificados em activos financeiros detidos ao justo valor atravs de resultados, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos anteriormente no outro rendimento integral so transferidos para resultados.

Para activos financeiros detidos ao justo valor atravs de outro rendimento integral que sejam reclassificados em activos financeiros detidos ao custo amortizado, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos anteriormente no outro rendimento integral so ajustados em funao do justo valor do activo financeiro de forma que sejam registados ao valor que teriam se tivessem sido sempre detidos ao custo amortizado. Alm disso, as perdas de crdito esperadas acumuladas relacionadas registadas no outro rendimento integral so revertidas em contrapartida do valor escriturado bruto dos activos reclassificados na data de reclassificao.

c) Reclasseficao do justo valor atravs de resultados

Quando os activos financeiros detidos ao justo valor atravs de resultados so reclassificados em activos financeiros detidos ao justo valor atravs de outro rendimento integral ou activos financeiros detidos ao custo amortizado, o justo valor na data de reclassificao e usado para determinar a taxa de juro efectiva do activo financeiro para o futuro. Alm disso, a data de reclassificao e usada como data de reconhecimento inicial para o clculo das perdas de crdito esperadas. Quando os activos financeiros detidos ao justo valor atravs de resultados so reclassificados em activos financeiros detidos ao custo amortizado, o justo valor na data de reclassificao torna-se o valor escriturado bruto do activo financeiro.

3.10.3 Mensurao subsequente

I. Activos financeiros e passivos financeiros detidos ao custo amortizado

Os activos financeiros e passivos financeiros detidos ao custo amortizado so registados subsequentemente ao custo amortizado usando o mtodo da taxa de juro efectiva (ver Nota 3.6.1). Os ganhos e perdas cambiais so reconhecidos na demonstrao do rendimento integral.

II. Activos financeiros detidos ao JVAORI

Os instrumentos de divida detidos ao JVAORI so subsequentemente registados ao justo valor, com todos os ganhos e perdas no realizados decorrentes de alteraes do justo valor (incluindo ganhos ou perdas cambiais relacionados) a serem reconhecidos no outro rendimento integral e acumulados numa componente separada do capital prprio. Os ganhos e perdas cambiais do custo amortizado so reconhecidos em proveitos. As alteraes das perdas de crdito esperadas so reconhecidas em resultados e so acumuladas no capital prprio. No desconhecimento, os ganhos ou perdas de justo valor acumuladas, liquidas de imparidade para perdas de crdito esperadas acumuladas, so transferidas para resultados.

As participaes em capital designadas ao JVAORI so subsequentemente registadas ao justo valor com todos os ganhos e perdas no realizados decorrentes de alteraes do justo valor (incluindo ganhos ou perdas cambiais relacionados) a serem

reconhecidos no outro rendimento integral e acumulados numa componente separada do capital prprio. No desconhecimento, a proviso acumulada e transferida para resultados transitados e no e reciclada em resultados.

III. Activos e passivos financeiros detidos ao JVAR

Os activos e passivos financeiros detidos obrigatoriamente ao justo valor atravs de resultados e os activos financeiros designados ao justo valor atravs de resultados so subsequentemente registados ao justo valor, com os ganhos e perdas decorrentes de alteraes do valor a serem registados na rubrica de resultados de operaes financeiras, salvo se o instrumento for parte de uma relao de cobertura de fluxos de caixa. Os proveitos de juros contratuais de activos financeiros detidos ao justo valor atravs de resultados so reconhecidos como proveitos de juros.

3.10.4 Desreconhecimento

Activos financeiros

Os investimentos so desconhecidos com base na data de negociao quando a compra ou a venda do investimento est sujeita a um contrato cujos termos exigem entrega do investimento dentro do prazo estabelecido pelo mercado em causa. Os activos financeiros so desconhecidos quando os direitos contratuais de receber os seus fluxos de caixa cessam, quando o Banco transfere substancialmente todos os riscos e vantagens associados a sua titularidade ou quando o Banco no transfere nem mantm substancialmente todos os riscos e vantagens associados a sua titularidade, nem mantm o controlo do activo financeiro.

No desconhecimento de um activo financeiro, a diferena entre a quantia escriturada do activo e a soma (i) da retribuio recebida e (ii) de ganhos ou perdas acumulados que tenham sido reconhecidos da demonstrao do rendimento integral e reconhecida em resultados.

Os ganhos/perdas acumulados reconhecidos na demonstrao do rendimento integral a respeito de ttulos de capital prprio designados ao JVAORI no so reconhecidos em resultados no desconhecimento desses ttulos. Os interesses em activos financeiros transferidos elegiveis para desconhecimento que so originados ou mantidos pelo Banco so reconhecidos como um activo ou um passivo separado.

O Banco realiza operaes em que transfere activos reconhecidos na sua demonstrao da posio financeira, mas mantm a totalidade ou substancialmente a totalidade dos riscos e vantagens dos activos transmitidos ou de parte destes. Nestes casos, os activos transferidos no so desconhecidos. As operaes de emprstimo de ttulos e de venda e recompra de ttulos so exemplos destas operaes.

Quando so vendidos activos a terceiros com uma troca de retorno total sobre os activos transferidos, a operao e contabilizada como uma operao de financiamento garantida, semelhante a operaes de venda e recompra, porque o Banco mantm a totalidade ou substancialmente a totalidade dos riscos e vantagens desses activos.

Nas operaes em que o Banco no mantm nem transfere substancialmente a totalidade dos riscos e vantagens da titularidade de um activo financeiro e mantm o controlo do activo, o Banco continua a reconhecer o activo na medida do seu envolvimento continuado, determinado em funao da medida em que est exposto a alteraes do valor do activo transferido.

Em certas operaes, o Banco mantm a obrigao de servir o activo financeiro transferido em contrapartida de uma comisso. O activo transferido e desconhecido se preencher os critrios para desconhecimento. E reconhecido um activo ou passivo para o contrato de servio se a comisso de servios for mais do que

adequada (activo) ou menos do que adequada (passivo) a execuo do servio.

Passivos financeiros

O Banco desconhece passivos financeiros quando as suas obrigaes contratuais so cumpridas, canceladas ou se extinguem, o que e avaliado tanto qualitativa como quantitativamente.

3.10.5 Modificaes de activos e passivos financeiros

I. Activos financeiros

Se os termos de um activo financeiro forem modificados, o Banco avalia se os fluxos de caixa do activo modificado so substancialmente diferentes.

Se os fluxos de caixa forem substancialmente diferentes, os direitos contratuais aos fluxos de caixa do activo financeiro original consideram-se extintos. Neste caso, o activo financeiro original e desconhecido e um novo activo financeiro e reconhecido ao justo valor mais os custos da operao elegiveis. As comisses recebidas como parte da modificao so contabilizadas como segue:

- so consideradas comisses na determinao do justo valor do novo activo e as comisses que representem reembolso de custos de operao elegiveis so includas na mensurao inicial do activo; e
- as outras comisses so includas em resultados como parte dos ganhos ou perdas no desconhecimento.

Se a modificao de um activo financeiro mensurado ao custo amortizado ou ao JVAORI no resultar no desconhecimento do activo financeiro, o Banco recalcula primeiro a quantia escriturada bruta do activo financeiro usando a taxa de juro efectiva original do activo e reconhece o ajustamento resultante em resultados, como ganhos ou perdas de modificao. Os custos ou comisses incorridos e as comisses recebidas como parte da modificao ajustam a quantia escriturada bruta do activo financeiro modificado e so amortizados durante o prazo remanescente do activo financeiro modificado.

Se essa modificao for efectuada devido a dificuldades financeiras do cliente, os ganhos ou perdas so apresentados juntamente com as perdas por imparidade. Nos outros casos, so apresentados como proveitos de juros calculados usando o mtodo da taxa de juro efectiva.

II. Passivos financeiros

O Banco classifica os seus passivos financeiros, excepto garantias financeiras e compromissos de concessao de crdito, como mensurados ao custo amortizado usando o mtodo da taxa de juro efectiva. Os custos de juros so reconhecidos na demonstrao do rendimento integral. Os depósitos e os ttulos de divida emitidos so as fontes de financiamento por divida do Banco. Quando o Banco vende um instrumento financeiro e simultaneamente celebra um contrato de recompra ou de emprstimo de ttulos para recomprar o activo (ou um activo semelhante) a um preo fixo numa data futura, o contrato e contabilizado como um depsito e o activo subjacente continua a ser reconhecido nas demonstraes financeiras do Banco como activo dado de garantia.

O Banco classifica instrumentos de divida como passivos financeiros ou capital prprio de acordo com os termos contratuais do instrumento. Os depósitos e os ttulos de divida emitidos so inicialmente mensurados ao custo amortizado menos os custos da operao, incrementais e directos, e subsequentemente mensurados ao seu custo amortizado usando o mtodo da taxa de juro efectiva. Na demonstrao da posio financeira, os outros passivos financeiros contabilizados ao custo amortizado incluem os

depósitos de bancos, depósitos de clientes, empréstimos que vencem juros, títulos de dívida emitidos e outros passivos.

O Banco desreconhece um passivo financeiro quando os seus termos forem modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado forem substancialmente diferentes. Neste caso, um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido ao justo valor. A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a retribuição paga é reconhecida em resultados. Se a modificação de um passivo financeiro não for contabilizada como um desreconhecimento, o custo amortizado do passivo é recalculado descontando os fluxos de caixa modificados à taxa de juro efectiva original e os ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos em resultados. Os custos ou comissões incorridos são reconhecidos como um ajustamento à quantia escriturada do passivo e amortizados durante o prazo remanescente do passivo financeiro modificado recalculando a taxa de juro efectiva do instrumento.

3.10.6 Compensação de instrumentos financeiros

Os activos e passivos financeiros são compensados, sendo o valor líquido reflectido na demonstração da posição financeira se, e apenas se, o Banco tiver um direito juridicamente eficaz de proceder a tal compensação dos valores reconhecidos e se houver uma intenção de proceder à liquidação numa base líquida ou realizar o activo e liquidar o passivo simultaneamente. Os proveitos e os custos são apresentados em base líquida apenas quando permitido ao abrigo das NIRF ou quando os ganhos e perdas são decorrentes de um conjunto de operações semelhantes.

3.11 Caixa e equivalentes de caixa

A caixa e equivalentes de caixa incluem notas e moedas em caixa, saldos não sujeitos a restrições mantidos em bancos centrais e activos financeiros com elevado grau de liquidez com vencimentos originais iguais ou inferiores a três meses, a contar da data de aquisição, que estejam sujeitos a um risco insignificante de alteração do seu justo valor e sejam usados pelo Banco na gestão dos seus compromissos de curto prazo.

A caixa e equivalentes de caixa são contabilizados ao custo amortizado na demonstração da posição financeira.

3.12 Crédito

O Access Bank Mozambique tenciona desenvolver a sua actividade em todos os segmentos de clientes do mercado, com foco principal na banca de retalho e de pequenas e médias empresas (BRPME), e na banca de grandes empresas e de investimento (BGEI), nos vários sectores de relevância da economia moçambicana.

BRPME

O Banco tem crédito ao retalho para recolher fluxos de caixa contratuais. O seu modelo de negócios foca-se no crescimento deste crédito dentro de limites aceitáveis de apetência pelo crédito e mantendo práticas de cobrança sólidas.

Os produtos incluídos neste modelo de negócios incluem:

- crédito ao consumo (incluindo o sector público);
- importação e exportação (operações ao estrangeiro) incluindo descobertos.

BGEI

O modelo de negócios do Banco também se foca na recolha de fluxos de caixa contratuais de crédito a empresas e no crescimento deste crédito dentro de limites aceitáveis de apetência pelo crédito. Os produtos incluídos neste modelo de negócios incluem:

- financiamento da tesouraria;
- operações de estrangeiro (cartas de crédito, garantias

bancárias, remessas documentárias e outras);

- crédito de longo prazo (crédito ao investimento, financiamento de projectos, financiamento imobiliário e financiamento de veículos e activos).

3.13 Títulos da carteira de investimento

Os títulos da carteira de investimento na demonstração da posição financeira incluem:

- títulos de dívida mensurados ao custo amortizado; e
- instrumentos de capital próprio não cotados designados ao JVAORI.

Os títulos de dívida mensurados ao custo amortizado incluem activos detidos para obter fluxos de caixa contratuais que representam unicamente pagamentos de capital e juros. Os proveitos de juros desses activos financeiros são incluídos nos juros e rendimentos similares usando o método da taxa de juro efectiva. Os ganhos ou perdas que se verifiquem no desreconhecimento são reconhecidos directamente em resultados e apresentados em ganhos/(perdas) líquidos de títulos da carteira de investimento juntamente com ganhos e perdas cambiais. As perdas por imparidade são apresentadas como uma rubrica separada na demonstração do rendimento integral.

O Banco optou por apresentar no ORI alterações do justo valor de certos investimentos em instrumentos de capital próprio que não são detidos para negociação. Esta opção é feita instrumento a instrumento no reconhecimento inicial e é irrevogável. Os ganhos e perdas destes instrumentos de capital próprio nunca são reclassificados em resultados e não é reconhecida nenhuma imparidade em resultados. Os dividendos são reconhecidos em resultados, salvo se representarem claramente uma recuperação de parte do custo do investimento, caso em que são reconhecidos no ORI. Os ganhos e perdas acumulados reconhecidos no ORI são transferidos para resultados transitados aquando da alienação do investimento.

3.14 Justo valor

Algumas políticas contabilísticas e divulgações do Banco exigem a mensuração do justo valor tanto para activos e passivos financeiros como não financeiros. O Banco tem um quadro de controlo estabelecido a respeito da mensuração do justo valor, que é supervisionada pelo director financeiro do Banco. O Banco também usa avaliadores externos especializados para instrumentos mais complexos do nível 3. A equipa de avaliação do departamento financeiro do Banco revê regularmente dados significativos não observáveis e ajustamentos de avaliação usados para mensurar o justo valor para avaliar se as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que essas avaliações cumprem os requisitos das NIRF, incluindo o nível hierarquia do justo valor em que essas avaliações devem ser classificadas.

3.14.1 Apuramento do justo valor

O justo valor é o preço que seria recebido por vender um activo ou pago para transmitir um passivo numa operação ordeira entre participantes no mercado na data de mensuração.

O justo valor de investimentos cotados baseia-se em preços de oferta correntes. Se o mercado para um activo financeiro não for activo (para títulos não cotados), o Banco apura o justo valor recorrendo a técnicas de avaliação que incluem o uso de operações recentes em condições de plena concorrência, referência a outros instrumentos substancialmente idênticos, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de fixação de preços de opções recorrendo ao máximo de dados de mercado e apoiando-se o mínimo possível em dados específicos da entidade.

O Banco classifica as mensurações do justo valor usando uma hierarquia do justo valor que reflecte a relevância dos dados utilizados para efectuar as mensurações. A hierarquia do justo valor tem os seguintes níveis:

- preços cotados (não ajustados) em mercados activos para activos ou passivos idênticos (nível 1);
- dados diferentes de preços cotados incluídos no 1 que sejam observáveis para o activo ou passivo, quer directamente (isto é, como preços) ou indirectamente (isto é, derivados de preços) (nível 2); e
- dados para o activo ou passivo que não se baseiem em dados de mercado observáveis (dados não observáveis) (nível 3).

3.15 Crédito com Imparidade

O risco de crédito é decomposto segundo as componentes comuns do risco de probabilidade de incumprimento (probability of default ou "PD"), exposição em incumprimento (*exposure at default* ou "EAD") e perda dado o incumprimento (*loss given default* ou "LGD"), modeladas ao nível dos clientes, das linhas e da carteira. Estas componentes do risco são usadas no cálculo de vários parâmetros de risco agregado, como as perdas esperadas (PE). Os modelos usados pelo Banco visam cumprir os requisitos da NIRF 9, de Basileia II e de ordem regulamentar. Estes parâmetros de risco são usados como dados para calcular os montantes de imparidade colectiva. Probabilidade de incumprimento (PD)

A probabilidade que uma contraparte entre em incumprimento durante os 12 meses a seguir à data de relato (estágio 1) ou durante a vida útil do produto (estágio 2) e incorporação do impacto de premissas económicas prospectivas que afectam o risco de crédito, como taxas de juro, taxas de câmbio, crédito em incumprimento sectorial, inflação e projecções do PIB.

As estimativas de PD vão flutuar em função do ciclo económico. As PDs relativas à vida útil (ou ao prazo estrutural) baseiam-se em modelos estatísticos, calibrados usando dados históricos e ajustados para incorporar premissas económicas prospectivas.

Perda dado o incumprimento (LGD)

A perda esperada em caso de incumprimento de um activo financeiro, incorporando o impacto de premissas económicas prospectivas, quando relevante, representa a diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os que o Banco espera receber.

O Banco estima as LGD com base no histórico de taxas de recuperação e considera a recuperação de garantias que sejam parte integrante do activo financeiro, considerando premissas económicas prospectivas, quando relevante.

Exposição em incumprimento (EAD)

A exposição esperada na demonstração da posição financeira no momento do incumprimento, tendo em conta a alteração esperada na exposição durante a vida útil da mesma, incorpora o impacto de levantamento de linhas de crédito, reembolsos de capital e juros, amortizações e reembolsos antecipados, juntamente com o impacto de premissas económicas prospectivas, quando relevante.

Para apurar as perdas de crédito esperadas (PCE), estas componentes são multiplicadas conjuntamente (PD para o período de referência (12 meses ou para a vida útil), x LGD no início do período x EAD no início do período) e descontadas à data de relato usando a taxa de juro efectiva como taxa de desconto.

3.15.1 Perdas de crédito esperadas

O Banco reconhece provisões de PCE relativamente aos seguintes instrumentos financeiros não mensurados ao JVAR:

- crédito a clientes e instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado;
- contratos de garantia financeira emitidos; e
- compromissos de concessão de crédito emitidos.

Não são reconhecidas perdas por imparidade para participações em capital.

As perdas de crédito esperadas representam o valor actual dos défices de caixa esperados durante o prazo residual de um activo financeiro, linha de crédito não utilizada ou garantia financeira. O défice de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos de acordo com os termos contratuais do instrumento e os fluxos de caixa que o Banco espera receber durante a vida contratual do instrumento.

3.15.2 Mensuração

A mensuração da PCE reflecte:

- uma quantia objectiva e ponderada pelas probabilidades, determinada através da avaliação de um conjunto de resultados possíveis;
- o valor temporal do dinheiro; e
- informações razoáveis e sustentáveis que estejam disponíveis sem custos ou esforços indevidos à data de relato sobre eventos passados, condições actuais e previsões de condições económicas futuras.

A estimativa da PCE é apurada multiplicando a probabilidade de incumprimento (PD) pela perda dado o incumprimento (LGD) e pela exposição esperada na data de incumprimento (EAD). Podem verificar-se múltiplos eventos de incumprimento durante a totalidade da vida de um instrumento.

São incorporadas premissas económicas prospectivas na PD, na LGD e na EAD, se relevante e quando influenciam o risco de crédito, como taxas de crescimento do PIB, taxas de juro, inflação e taxa de câmbio. Estas variáveis são incorporadas usando a projecção mais provável do Banco e as projecções são efectuadas usando todas as informações razoáveis e fundamentáveis, que incluem tanto projecções desenvolvidas internamente como disponíveis externamente, e coerentes com as utilizadas para efectuar o orçamento e planeamento do capital.

De forma a considerar a não linearidade de perdas de crédito, são incorporados múltiplos cenários prospectivos no conjunto de resultados possíveis para todas as carteiras significativas.

O período durante o qual são apurados défices de caixa limita-se geralmente ao prazo contratual máximo em que o Banco está exposto ao risco de crédito. No entanto, para determinadas linhas de crédito revogáveis, que incluem descobertos, a exposição do Banco ao risco de crédito não se limita ao prazo contratual. Para estes instrumentos, o Banco estima uma vida apropriada com base no período real em que o Banco está exposto ao risco de crédito, o que inclui o efeito de medidas de gestão do risco de crédito, como o cancelamento de linhas não utilizadas.

Para instrumentos financeiros com imparidade de crédito, a estimativa de défices de caixa pode exigir o recurso à análise do crédito por peritos. A título de exemplo, o Banco pode também mensurar a imparidade de crédito com base no justo valor de um instrumento usando um preço de mercado observável.

A estimativa de PCE de um instrumento financeiro colateralizado reflecte o montante e a calendarização de fluxos de caixa esperados na execução do colateral menos os custos de obtenção e venda do

colateral, independentemente de se a execução é considerada provável.

Os défices de caixa são descontados usando a taxa de juro efectiva (ou taxa de juro efectiva ajustada pelo crédito para instrumentos comprados ou originados em imparidade de crédito (COIC)) do instrumento financeiro como calculada no reconhecimento inicial.

3.15.3 Reconhecimento

I. Perdas de crédito esperadas para 12 meses (estágio 1)

São reconhecidas perdas de crédito esperadas no momento do reconhecimento inicial de um instrumento financeiro que representam os défices de caixa durante a vida útil do instrumento decorrentes de possíveis eventos de incumprimento até 12 meses após a data do balanço.

As perdas de crédito esperadas continuam a ser apuradas nesta base até que se verifique um aumento significativo do risco de crédito de um instrumento ou o instrumento fique em imparidade de crédito. Se deixar de se considerar que um instrumento mostra um aumento significativo do risco de crédito, as perdas de crédito esperadas voltam a ser apuradas numa base de 12 meses.

II. Aumento significativo do risco de crédito (estágio 2)

Se um activo financeiro tiver um aumento significativo do risco de crédito (ASRC) desde o reconhecimento inicial, é reconhecida uma provisão para perdas de crédito esperadas para eventos de incumprimento que possam ocorrer durante a vida útil do activo. O aumento significativo do risco de crédito é avaliado comparando o risco de incumprimento de uma exposição na data de relato com o risco de incumprimento na origem (depois de ter em conta a passagem do tempo). Significativo não significa estatisticamente significativo nem é avaliado no contexto de alterações nas PCE. Se uma alteração do risco de incumprimento é significativa ou não é avaliado usando determinados factores quantitativos e qualitativos, cujo peso depende do tipo de produto e contraparte.

Os activos financeiros que estão em mora há 30 dias, ou mais, e não estão em imparidade de crédito, são sempre considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito. Para carteiras menos significativas, em que é aplicada uma abordagem de taxa de perdas ou de taxa de crédito em mora transitado para o período, o aumento significativo do risco de crédito para calcular as perdas de crédito esperadas baseia-se primariamente no critério dos 30 dias de mora.

Os factores quantitativos incluem uma avaliação sobre o aumento significativo da probabilidade de incumprimento (PD) prospectiva desde a origem. Uma PD prospectiva é uma PD ajustada em função de condições económicas futuras na medida em que estejam correlacionadas com alterações do risco de crédito. O Banco compara a PD durante a vida útil na data de relato com a PD durante a vida útil esperada na data de origem para o mesmo ponto na estrutura temporal e determina se tanto a alteração absoluta como a relativa entre as duas excede os limiares pré-determinados. Se as diferenças entre os parâmetros de incumprimento descritos excedem os limiares definidos, considera-se que o instrumento sofreu um aumento significativo do risco de crédito.

Os factores qualitativos que são avaliados incluem os processos normais de gestão do risco de crédito, como crédito colocado em análise de forma antecipada. Uma conta em análise de forma antecipada é uma conta que evidencia risco ou potenciais problemas significativos e que necessita de maior monitoria, supervisão ou atenção da Administração. As debilidades nestas operações de crédito, se não forem corrigidas, podem levar a uma deterioração das perspectivas de reembolso e à probabilidade de uma redução do rating de crédito. Os indicadores podem incluir uma rápida

deterioração do sector económico de exercício da actividade, preocupações sobre a capacidade da direcção para gerir operações, resultados operacionais negativos ou em deterioração, liquidez sob pressão e saldos em mora, entre outros factores.

III. Exposições em imparidade de crédito (ou em incumprimento) (estágio 3)

Os activos financeiros em imparidade de crédito (ou em incumprimento) correspondem aos activos em mora há 90 dias ou mais, em termos de capital e/ou juros. Também se considera que os activos financeiros estão em imparidade de crédito quando for improvável que os devedores paguem se ocorrer um ou mais eventos observáveis que tenham um impacto negativo nos fluxos de caixa futuros estimados do activo financeiro. Pode não ser possível identificar um único evento isolado, mas o efeito combinado de vários eventos pode fazer com que activos financeiros fiquem em imparidade de crédito.

Os indícios de que um activo financeiro está em imparidade de crédito incluem dados observáveis sobre os seguintes eventos:

- dificuldades financeiras significativas do emitente ou do cliente;
- violação de um contrato, tal como um evento de incumprimento ou mora;
- por motivos económicos ou contratuais relativos a dificuldades financeiras do cliente, os seus mutuantes fizeram-lhe concessões que, de outro modo, não equacionariam, incluindo medidas de reestruturação;
- falência pendente ou efectiva, ou outro tipo de recuperação financeira para evitar ou atrasar o cumprimento das obrigações do cliente;
- desaparecimento de um mercado activo para o activo financeiro em causa devido a dificuldades financeiras do cliente; e
- compra ou origem de um activo financeiro com um forte desconto que reflecte as perdas de crédito incorridas.

As linhas de crédito irrevogáveis concedidas a um devedor em imparidade de crédito que ainda não tiverem sido utilizadas também são incluídas nas provisões para imparidade de crédito no estágio 3, na medida em que a linha possa ser cancelada.

As provisões para perdas de activos financeiros em imparidade de crédito são apuradas com base numa avaliação dos fluxos de caixa recuperáveis num conjunto de cenários, incluindo a realização de colateral detido, quando apropriado. As provisões para perdas detidas representam a diferença entre o valor actual dos fluxos de caixa que se espera recuperar, descontados à taxa de juro efectiva original do instrumento, e o valor contabilístico bruto do instrumento antes de qualquer imparidade de crédito. A definição de incumprimento do Banco segue a definição de incumprimento prevista regulamentarmente.

IV. Melhoria do Risco de Crédito: Reversão de Perdas Esperadas

A transição entre os estágios de imparidade (Stages) é dinâmica. Para que um ativo retorne do Stage 2 (Perdas Esperadas ao Longo da Vida - ECL Life-time) para o Stage 1 (Perdas Esperadas a 12 Meses), deve-se verificar uma melhoria significativa no risco de crédito.

- Critérios para a Passagem (Stage 2 para Stage 1): Para que ocorra a reversão para perdas a 12 meses, o Banco deve avaliar: Ausência de Desvio Significativo: O risco de incumprimento na data de reporte deve ter reduzido de tal forma que já não seja considerado um "aumento significativo do risco de crédito" (SICR) desde o reconhecimento inicial.
- Período de Observação (Probation Period): exige-se que o cliente demonstre um comportamento de pagamento regular durante um período mínimo 12 para confirmar que a melhoria é estável e não meramente transitória, para casos de melhoria por via de reestruturação do crédito.

Analise do crédito por peritos

Para crédito a empresas, os clientes são classificados pela Gestão do Risco de Crédito numa escala de notação do crédito que vai de crédito vivo a créditos em incumprimento. Depois de um crédito mostrar sinais de deterioração do crédito, transita na escala de notação do crédito na carteira de crédito vivo e a avaliação do crédito e a supervisão do financiamento é normalmente executada pelo Comité de Crédito do Banco quando é classificado com o grau de crédito menção especial.

Os clientes classificados em "menção especial" mostram debilidades bem definidas em áreas como gestão e/ou desempenho, mas não há expectativas actuais de perdas de capital ou juros. Quando a avaliação da imparidade indicar que vai haver uma perda de capital de um financiamento, o cliente é classificado em "muito duvidoso", ao passo que clientes com financiamentos com outras imparidades de crédito são classificados em "duvidoso".

Os instrumentos classificados em "vencido", "duvidoso" ou "muito duvidoso" são considerados créditos em incumprimento, isto é, estágio 3 ou exposições em imparidade de crédito.

Para activos financeiros individualmente significativos do estágio 3, a Administração do Banco pondera todos os juízos de valor que tenham impacto nos fluxos de caixa futuros esperados do activo. Incluem: as perspectivas comerciais, o ambiente sectorial e geopolítico do cliente, a qualidade do valor realizável do colateral, a posição jurídica do Banco relativamente a outros credores e eventuais opções de renegociação / reestruturação / modificação.

A diferença entre a quantia escriturada do crédito e os fluxos de caixa futuros esperados descontados corresponde ao montante da imparidade de crédito no estágio 3. O cálculo dos fluxos de caixa futuros envolve juízos de valor e estimativas significativas. Sempre que há informações novas e que existem negociações ou reestruturações, as estimativas dos fluxos de caixa futuros são revistas.

Para activos financeiros que não são individualmente significativos, como a carteira de crédito de retalho, que compreende um grande número de créditos homogéneos que partilham características semelhantes, usam-se estimativas e técnicas estatísticas, bem como análises da classificação do crédito.

Os clientes de crédito de retalho são considerados em imparidade de crédito quando estão em mora há mais de 90 dias. Os produtos de crédito de retalho também são considerados em imparidade de crédito se o cliente requerer a falência ou outro tipo de programa de recuperação, falecer ou a empresa for encerrada no caso de uma pequena empresa, se o cliente renunciar ao colateral ou se houver uma fraude identificada na conta. Adicionalmente, se a conta não for garantida e o cliente tiver outras contas de crédito junto do Banco que sejam consideradas em imparidade de crédito, a conta também pode ficar em imparidade de crédito.

As técnicas utilizadas para calcular os montantes de imparidade usam modelos que analisam as taxas históricas de reembolso e incumprimento durante um determinado horizonte temporal. Quando são utilizados vários modelos, é necessário recorrer a juízos de valor para analisar as informações disponíveis fornecidas e escolher o modelo ou combinação de modelos apropriado a ser utilizado. Também se recorre à análise crédito por peritos para determinar se são necessários alguns ajustamentos posteriores ao modelo para elementos de risco de crédito que ainda não estejam a ser considerados no modelo.

3.15.4 Instrumentos financeiros modificados

Quando os termos contratuais originais de um activo financeiro tiverem sido modificados por motivos de crédito e o instrumento não tiver sido desreconhecido, as perdas de modificação resultantes

são reconhecidas na imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral, com uma diminuição correspondente do valor contabilístico bruto do activo. Se a modificação envolveu uma concessão de crédito que o Banco não teria equacionado de outro modo, o instrumento é considerado em imparidade de crédito e é considerado reestruturado.

As PCE para activos financeiros modificados que não tenham sido desreconhecidos e não estejam considerados em imparidade de crédito são reconhecidas numa base de 12 meses ou até à sua maturidade se houver um aumento significativo do risco de crédito. Estes activos são avaliados para apurar se houve um aumento significativo do risco de crédito posterior à modificação.

Embora os empréstimos possam ser modificados por motivos não relacionados com crédito, pode verificar-se um aumento significativo do risco de crédito. Para além do reconhecimento de ganhos e perdas de modificação, o valor contabilístico revisto dos activos financeiros modificados tem impacto no cálculo das perdas de crédito esperadas com aumento ou diminuição das perdas de crédito esperadas reconhecidas na imparidade.

3.15.5 Abates de instrumentos em imparidade de crédito e reversão de imparidade

Na medida em que um instrumento financeiro de dívida for considerado irrecuperável, a parte aplicável do valor contabilístico bruto é abatida por contrapartida da provisão de imparidade associada. Estes créditos são abatidos depois de todos os necessários procedimentos terem sido concluídos, se se decidir que não existe nenhuma probabilidade realista de recuperação e o montante das perdas tiver sido apurado.

As recuperações posteriores de montantes abatidos anteriormente reduzem o montante da provisão para imparidade de crédito na demonstração do rendimento integral. Se, num período subsequente, o montante das perdas por imparidade de crédito diminuir e a diminuição puder ser relacionada objectivamente com um evento que se tenha verificado depois da imparidade de crédito ter sido reconhecida (como uma melhoria da notação de crédito do devedor), as perdas por imparidade de crédito reconhecidas anteriormente são revertidas ajustando a conta de imparidade. O montante da reversão é reconhecido na demonstração do rendimento integral.

3.15.6 Provisões para perdas de instrumentos comprados ou originados em imparidade de crédito (COIC)

O Banco mensura as perdas de crédito tendo em conta a maturidade dos instrumentos COIC durante toda a vida do instrumento. No entanto, não são reconhecidas perdas de crédito esperadas no reconhecimento inicial para instrumentos COIC dado que as perdas de crédito esperadas para a vida útil são inerentes à quantia bruta contabilizada inicialmente. O Banco reconhece as alterações das perdas de crédito esperadas para a vida útil que se verifiquem depois do reconhecimento inicial na demonstração do rendimento integral e as alterações acumuladas como uma imparidade. Quando as perdas de crédito esperadas para a vida útil de instrumentos COIC são inferiores às do reconhecimento inicial, as diferenças favoráveis são reconhecidas como ganhos de imparidade na demonstração do rendimento integral (e como perdas por imparidade, quando as perdas de crédito esperadas forem maiores).

3.15.7 Melhoria do risco de crédito/sanação

Existe um período desde o ponto em que instrumentos passam para perdas de crédito esperadas até à maturidade (estágio 2 ou estágio 3) e são reclassificados novamente em perdas de crédito esperadas para 12 meses (estágio 1). Para activos financeiros em imparidade de crédito (estágio 3), a transferência para o estágio 2 ou para o estágio 1 só é permitida quando o instrumento deixar de ser considerado em imparidade de crédito. Um instrumento deixa de ser considerado em imparidade de crédito quando não existir défice de fluxos de caixa comparado com os termos contratuais originais.

Para activos financeiros no estágio 2, só podem ser transferidos para o estágio 1 quando deixarem de ser considerados como tendo sofrido um aumento significativo do risco de crédito.

Quando o aumento significativo do risco de crédito tiver sido apurado usando parâmetros quantitativos, os instrumentos são transferidos automaticamente de volta para o estágio quando os critérios de transferência baseados na PD original tiverem deixado de ser cumpridos. Quando forem transferidos instrumentos para o estágio 2 devido a uma avaliação de factores qualitativos, os problemas que levaram à reclassificação devem ser sanados antes de os instrumentos poderem ser reclassificados no estágio 1. Abrange os casos em que actos da Administração tenham levado aos instrumentos serem classificados no estágio 2, exigindo que esses actos sejam resolvidos antes de os créditos serem reclassificados no estágio 1.

Um crédito reestruturado só pode ser retirado da divulgação (sanado) se estiver em cumprimento (estágio 1 ou 2) e for cumprido um período probatório adicional de 2 anos. Para um crédito reestruturado que esteja a cumprir, os seguintes critérios têm de ser cumpridos:

- ter-se passado pelo menos um ano sem nenhum incumprimento com base nos termos do contrato reestruturado;
- for provável que o cliente pague integralmente as suas obrigações sem realização de garantias; e
- o cliente não tiver nenhuma imparidade acumulada quanto ao montante em dívida.

Posteriormente aos critérios referidos acima, tem de cumprir um prazo probatório adicional de dois anos, em que são efectuados pagamentos regulares pelo cliente e não existe mora há mais de 30 dias nas exposições do cliente.

3.16 Garantias financeiras e compromissos de concessão de crédito

Os contratos de garantia financeira são contratos que obrigam o emitente a fazer determinados pagamentos para reembolsar ao titular perdas que este sofra devido a um determinado devedor não ter feito pagamentos na data devida, de acordo com os termos de um instrumento de dívida. São dadas garantias financeiras a bancos, instituições financeiras e outras organizações por conta de clientes para garantir empréstimos, descobertos e outras linhas bancárias.

Os compromissos de concessão de crédito são compromissos firmes de conceder crédito sujeito a termos e condições pré-definidos.

As garantias financeiras e os compromissos de concessão de crédito concedidos a uma taxa de juro inferior ao mercado são inicialmente reconhecidos nas demonstrações financeiras ao justo valor na data em que a garantia ou o compromisso de concessão de crédito foi concedido, ao passo que os contratos de garantia financeira e os compromissos de concessão de crédito concedidos a taxas de juro de mercado são registados em contas extrapatrimoniais. Subsequentemente, são mensurados como

imparidade calculada de acordo com a NIRF 9 e o montante inicialmente reconhecido, consoante o que for maior, menos, quando apropriado, o montante acumulado de proveitos reconhecidos de acordo com os princípios da NIRF 15.

3.17 Adiantamentos e outras contas a receber

Os adiantamentos e outras contas a receber são activos financeiros e são contabilizados ao custo amortizado. Os riscos de incumprimento identificáveis são contabilizados através de imparidades.

3.18 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são contabilizados ao custo menos depreciação e perdas por imparidade acumuladas. Quando as partes de um elemento de activo fixo tangível tiverem vidas úteis diferentes, são contabilizadas como activos fixos tangíveis em separado. Os imóveis são detidos para uso na prestação de serviços ou para efeitos administrativos.

A depreciação é reconhecida na demonstração de resultados em quotas constantes, durante a vida útil estimada do activo fixo tangível. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas são as seguintes:

• Edifícios:	40-50 anos
• Computadores e equipamento de escritório:	3-5 anos
• Mobiliário e decoração:	5-20 anos
• Veículos:	5 anos

Os valores residuais dos activos, os métodos de depreciação e as vidas úteis são revistos e ajustados, se apropriado, à data de relato. Os custos posteriores são incluídos na quantia escriturada do activo ou reconhecidos como um activo separado, consoante for apropriado, apenas quando for provável que os benefícios económicos futuros associados ao activo revertam para o Banco.

Os custos de assistência diária a activos fixos tangíveis são reconhecidos, quando incorridos, na demonstração do rendimento integral.

Os ganhos ou perdas na alienação de activos fixos tangíveis são reconhecidos na demonstração do rendimento integral.

3.19 Activos não correntes detidos para venda

Os activos não correntes são classificados como activos detidos para venda quando o seu valor contabilístico for recuperado principalmente através de uma operação de venda e a venda é considerada altamente provável. São contabilizados pela quantia escriturada ou pelo justo valor, consoante o que for menor, menos custos da venda.

O colateral recuperado corresponde a acções, imóveis de investimento ou outros investimentos recuperados de clientes e utilizados para liquidar as suas obrigações em dívida. Os activos recuperados não são incluídos na demonstração da posição financeira até que sejam vendidos para recuperar a dívida por liquidar ou sejam utilizados a título de liquidação para reduzir a dívida por liquidar. Quando é recuperado um colateral para satisfazer um crédito, a conta a receber é anulada por contrapartida da provisão para imparidade.

O colateral recuperado é incluído nas demonstrações financeiras com base na forma como o Banco tenciona realizar lucros a partir desse colateral como "activos não correntes detidos para venda" e é contabilizado ao custo ou ao justo valor estimado, consoante o que for menor, menos custos da venda, se o Banco tencionar vender, ou ao custo menos depreciação acumulada, se for para ser usado no desenvolvimento da actividade normal. Os ganhos ou perdas na alienação de activos não correntes detidos para venda (calculados como a diferença entre o produto líquido da alienação e o valor contabilístico do activo) são reconhecidos na demonstração do rendimento integral no ano em que se verificarem.

3.20 Activos intangíveis

Os activos intangíveis são contabilizados de acordo com a NIC 38 activos fixos intangíveis. Os activos fixos intangíveis incluem nomes comerciais, relações com clientes, software, licenças e outros contratos. São inicialmente reconhecidos quando são separáveis ou decorrem de direitos contratuais ou outros direitos legais, o custo pode ser mensurado com fiabilidade e, no caso de activos fixos intangíveis não adquiridos no contexto de uma concentração de actividades empresariais, quando for provável que benefícios económicos futuros imputáveis aos activos fluam do seu uso.

Os activos intangíveis são contabilizados ao custo (que é, no caso de activos adquiridos no contexto de uma concentração de actividades empresariais, o justo valor na data de aquisição), menos amortizações e provisões para imparidade, se as houver, e são amortizados ao longo das suas vidas úteis de uma forma que reflecta o padrão com que contribuem para fluxos de caixa futuros, geralmente durante 4 anos. Os activos intangíveis são revistos em termos de imparidade sempre que há indicadores de imparidade.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos em cada data de relato e ajustados, se apropriado.

3.21 Locações

No início de um contrato, o Banco avalia se este constitui, ou contém, uma locação. Um contrato constitui ou contém uma locação se incluir o direito de controlar a utilização de um activo identificado durante um certo período de tempo, em troca de uma retribuição. Para avaliar se um contrato contém o direito de controlar o uso de um activo identificado, o Banco usa a definição de locação da NIRF 16. Esta política aplica-se a contratos celebrados (ou alterados) em 1 de Janeiro de 2019 ou data posterior.

I. Banco como locatário

Na altura do início ou da alteração de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco imputa a retribuição prevista no contrato a cada componente de locação com base no preço individual. No entanto, para arrendamentos de agências e instalações para escritórios, o Banco optou por não separar as componentes que não sejam de locação e contabiliza as componentes de locação e as que não sejam de locação como uma única componente de locação.

O Banco reconhece o direito de uso de activos e um passivo de locação na data de início da locação. O direito de uso de activos é inicialmente mensurado pelo custo, que inclui o montante inicial do passivo da locação ajustado em função de pagamentos de locação efectuados na data de entrada em vigor, ou antes desta, acrescidos dos custos directos iniciais incorridos e de uma estimativa dos custos com o desmantelamento e a remoção de benfeitorias em agências ou instalações para escritórios.

O direito de uso de activos é subsequentemente depreciado de acordo com o método de quotas constantes desde a data de início até à data de termo da locação. Além disso, o direito de uso de

activos é reduzido periodicamente em função de perdas por imparidade, se as houver, e ajustado em função de certas remensurações dos passivo de locação.

O passivo de locação é mensurado inicialmente pelo valor actual dos pagamentos de locação, que não estejam pagos na data de início, descontados segundo a taxa de juro implícita na locação ou, se essa taxa não puder ser facilmente determinada, à taxa incremental de financiamento do Banco. Em geral, o Banco usa a sua taxa incremental de financiamento como taxa de desconto.

O Banco determina a sua taxa incremental de financiamento analisando os seus financiamentos de várias fontes externas e procede a certos ajustamentos para reflectir os termos da locação e o tipo de activo locado.

Os pagamentos da locação incluídos na mensuração do passivo da locação compreendem o seguinte:

- os pagamentos fixos, incluindo os pagamentos fixos em substância;
- os pagamentos de locação variáveis que dependam de um índice ou taxa, mensurados inicialmente utilizando o índice ou a taxa à data de entrada em vigor;
- as quantias que deverão ser pagas pelo locatário a título de garantias de valor residual;
- o preço de exercício de uma opção de compra que o Banco esteja razoavelmente certo de exercer;
- os pagamentos da locação num prazo de renovação opcional, se o Banco tiver uma certeza razoável de exercer a opção de prorrogação; e
- os pagamentos de sanções por rescisão antecipada da locação, salvo se o Banco tiver uma certeza razoável de que não vai rescindir antecipadamente.

O passivo de locação é mensurado ao custo amortizado usando o método da taxa de juro efectiva. É remensurado quando se verifica uma alteração em pagamentos futuros da locação decorrente de alterações de um índice ou taxa, se houver uma alteração na estimativa do Banco do montante esperado como devido ao abrigo de garantias do valor residual, se o Banco alterar a sua avaliação sobre vir a exercer uma opção de compra, prorrogação ou rescisão, ou se houver um pagamento da locação fixo em substância revisto.

Quando o passivo da locação é remensurado desta forma, é feito um ajustamento correspondente à quantia escriturada do direito de uso de activos ou é registado em resultados se a quantia escriturada do direito de uso de activos se tiver reduzido a zero. O Banco apresenta o direito de uso de activos e o passivo de locação em linhas separadas na demonstração da posição financeira.

Locações de curto prazo e activos de pouco valor

O Banco optou por não reconhecer o direito de uso de activos e passivos de locação para locações de activos de pouco valor e locações de curto prazo, incluindo locações de equipamento informático. O Banco reconhece os pagamentos da locação associados às locações como uma despesa em quotas constantes ao longo do prazo da locação.

II. Banco como locador

Na altura do início ou da alteração de um contrato que contém uma componente de locação, o Banco imputa a retribuição prevista no contrato a cada componente de locação com base nos seus preços de venda. Quando o Banco intervém como locador, determina no início da locação se é uma locação operacional ou uma locação financeira. Para classificar cada locação, o Banco avalia de forma global se a locação transfere substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do activo subjacente. Se for esse o caso, a locação é uma locação financeira; caso contrário, é uma locação operacional. Como parte desta avaliação, o Banco considera

certos indicadores incluindo se a locação é aplicável à maior parte da vida económica do activo.

O Banco aplica os requisitos de desreconhecimento e imparidade da NIRF 9 ao investimento líquido na locação. O Banco revê ainda regularmente os valores residuais estimados e não garantidos para calcular o investimento bruto na locação.

3.22 Provisões e passivos contingentes

São reconhecidas provisões quando o Banco tem uma obrigação presente ou construtiva como resultado de um acontecimento passado, for provável que seja necessário um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos para liquidar a obrigação e possa ser feita uma estimativa fiável da quantia da obrigação. As provisões são calculadas descontando os fluxos de caixa futuros esperados usando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as actuais avaliações de mercado do valor temporal do dinheiro e, quando apropriado, os riscos específicos do passivo.

É reconhecida uma provisão para contratos onerosos quando os benefícios que o Banco espera que sejam recebidos segundo o contrato são inferiores aos custos inevitáveis para satisfazer as suas obrigações segundo o contrato. A provisão é mensurada ao valor actual do custo esperado de resolver o contrato e o custo esperado líquido de manter o contrato, consoante o que for menor. Antes de ser criada uma provisão, o Banco reconhece as eventuais perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.

É reconhecida uma provisão para taxas bancárias quando a condição que desencadeia o pagamento da taxa se verifica. Se uma obrigação de taxa estiver sujeita a um limiar mínimo de actividade de forma que o evento que gera a obrigação se consubstancia em atingir uma actividade mínima, uma provisão é reconhecida quando esse limiar mínimo de actividade é atingido.

Os passivos contingentes, que incluem certas garantias diferentes de garantias financeiras, e cartas de crédito dadas de penhor a título de garantia, são obrigações que podem eventualmente resultar de acontecimentos passados cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não verificação de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob controlo do Banco. Não são reconhecidos passivos contingentes nas demonstrações financeiras, mas são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3.23 Capital social

O capital emitido é o montante pago pelas acções emitidas ao seu valor nominal.

I. Custos de emissão de acções

Os custos incrementais directamente imputáveis à emissão de instrumentos de capital próprio são deduzidos da mensuração inicial dos instrumentos de capital próprio.

II. Dividendos

Os dividendos são reconhecidos como um passivo no período em que são aprovados pelos accionistas. Os dividendos declarados são reconhecidos directamente no capital próprio.

Nota 4 Margem financeira

Os proveitos e custos de juros decompõem-se como segue:

	2025	2024
Juros e rendimentos similares		
Juros de crédito a clientes	1,002,561	1,176,170
Juros de aplicações em Instituições de Crédito	271,832	171,322
Juros sobre activos financeiros	815,260	563,539
Total de juros e rendimentos similares	2,089,653	1,911,031
Juros e encargos similares		
Encargos de juros sobre recursos de clientes	(664,918)	(707,916)
Encargos de juros sobre empréstimos obtidos	-	(1,731)
Encargos de juros sobre recursos de instituições de crédito locais	-	(45)
Encargos de juros sobre recursos de instit. financeiras internacionais	-	-
Encargos de juros sobre títulos de dívida	(7,933)	(102,750)
Outros encargos de juros	(39,655)	(46,071)
Total de juros e encargos similares	(712,506)	(858,513)
Margem financeira	1,377,147	1,052,518

Nota 5 Rendimento líquido de taxas e comissões

Os proveitos e custos de comissões decompõem-se como segue:

	2025	2024
Rendimento com taxas e comissões		
Comissões da banca digital	222,348	177,607
Transferências e outros pagamentos	72,052	58,477
Cartas de crédito e garantias	24,844	43,558
Títulos de negociação	41,890	15,411
Comissão sobre créditos	21,948	24,337
Outras receitas com taxas e comissões	34,391	28,771
Total do rendimento com taxas e comissões	417,473	348,161
Gastos com taxas e comissões		
Encargos bancários	(18,014)	(16,035)
Despesas de financiamento ao comercio externo	(1,037)	(5,922)
Comissões e encargos com canais digitais	(276,592)	(293,147)
Outras comissões e encargos	(21,755)	(18,428)
Total de gastos com taxas e comissões	(317,398)	(333,532)
Rendimento líquido de taxas e comissões	100,075	14,629

Nota 6 Resultado de operações financeiras

Os resultados de operações financeiras respeitam a ganhos e perdas cambiais decompõem-se como segue:

	2025	2024
Comissões da bancOperações cambiais	597,311	427,845
Outros ganhos por reavaliação da moeda	-	(1,353)
Total	597,311	426,492

Nota 7 Outros rendimentos operacionais

Os outros rendimentos operacionais decompõem-se como segue:

	2025	2024
Outros rendimentos operacionais		
Rendas e alugueres	36,419	600
Prémios de seguro	-	12,916
Ganhos com a venda de activos tangíveis	1,255	246
Outros rendimentos	6,283	27,544
Total de outros rendimentos operacionais	43,958	41,306

Nota 8 Gastos com o pessoal

Os gastos com o pessoal decompõem-se como segue:

	2025	2024
Salários	(415,100)	(445,667)
Subsídios	(272,399)	(286,580)
Assistência médica	(78,053)	(66,039)
Segurança social	(25,672)	(28,360)
Outros gastos com pessoal	(238,132)	(189,737)
Total	(1,029,356)	(1,016,383)

Nota 9 Outros gastos operacionais

Os outros gastos operacionais decompõem-se como segue:

	2025	2024
Tecnologia e informação	(79,088)	(113,481)
Comunicação, royalties sobre software e telefone	(64,615)	(69,484)
Perdas de risco operacional	(56,445)	(50,859)
Serviços de segurança	(40,244)	(39,858)
Honorários de auditorias e advocacia	(32,092)	(23,553)
Deslocações e estadas	(14,073)	(42,711)
Rendas	(27,238)	(15,206)
Custos com intercompanhias	(38,325)	(81,792)
Marketing, publicidade e representação	(11,696)	(17,050)
Eventos, caridades e patrocínios	(5,787)	(13,078)
Reparação e manutenção	(20,510)	(21,327)
Serviços de consultoria	(17,529)	(17,194)
Seguros	(19,344)	(19,965)
Artigos de papelaria, franquia e impressão	(15,204)	(21,697)
Encargos com banca digital	(1,378)	(895)
Recrutamento e formação	(3,951)	(7,785)
Outros gastos administrativos	(35,509)	(42,786)
Total	(483,029)	(598,723)

Nota 10 Perdas por imparidade em outros activos

	2025	2024
Activos não correntes detidos para venda	(9,658)	-
Outros activos	(50,000)	(72,796)
Total de perdas por imparidades em outros activos	(59,658)	(72,796)

Nota 11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento apresenta-se como segue:

	2025	2024
Impostos correntes	(219,778)	(140,826)
Impostos diferidos	-	(113,727)
Total	(219,778)	(254,553)

O custo com impostos correntes, reconhecido no exercício, decorre das retenções na fonte sobre rendimentos de bilhetes e obrigações de tesouro que têm a característica de imposto à final.

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Lucro/(prejuízo) antes de imposto	228,185	(488,824)
Custos não dedutíveis fiscalmente		
Reintegrações e amortizações	17,879	20,426
Despesas com publicidade	-	-
Correcção do efeito da NIRF 16	20,362	56,136
Benefícios aos colaboradores	63,558	74,066
Imparidades de outros activos	50,000	72,547
Outros	62,555	60,213
Juros sobre investimentos em títulos de dívida	(1,024,628)	(655,265)
Lucro/(prejuízo) fiscal	(582,090)	(860,701)
Imposto à taxa nominal de 32%	(186,269)	(275,424)
Imposto diferido constituído/utilizado	-	275,424

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Impostos sobre o rendimento		
Imposto diferido sobre o prejuízo fiscal	-	275,424
Desreconhecimento de activos por impostos diferidos não realizáveis	-	(428,673)
Imparidade de títulos de dívida	-	23,215
NIRF 16	-	16,307
Impostos retidos a título definitivo (20%)	(219,778)	(140,826)
Total de imposto sobre o rendimento	(219,778)	(254,553)

Nota 12 Caixa e equivalentes de caixa

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Numerário e saldos em outros bancos	1,530,366	1,596,355
Disponibilidades no Banco Central excluindo as reservas obrigatórias	2,259,029	1,115,967
Reservas obrigatórias	6,659,307	7,959,007
Total de caixa e equivalentes de caixa	10,448,702	10,671,329

Aplicações em outras instituições de crédito

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Aplicações em outras instituições de crédito	3,609,687	3,912,800
Total de aplicações em instituições de crédito	3,609,687	3,912,800
Total de caixa e equivalente de caixa nos fluxos de caixa	14,058,389	14,584,129

Nota 13 Activos financeiros

Nota 13.1 Instrumentos de capital próprio não cotados designados ao justo valor através de outro rendimento integral

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Instrumentos de capital próprio não cotados designados ao justo valor através do outro rendimento integral	37,295	37,295

Os instrumentos de capital próprio não cotados incluem acções da Sociedade Interbancária de Moçambique (SIMO) e da Diamond Seguros, foram classificados como instrumentos de capital próprio que não integram a carteira de negociação e foram designados no reconhecimento inicial como estando mensurados ao justo valor através de outro rendimento integral (JVAORI). A mensuração ao JVAORI foi considerada a mais apropriada porque se trata de investimentos estratégicos que o Banco não tenciona vender. Não houve dividendos reconhecidos no período em causa.

Nota 13.2 Títulos da carteira de investimento mensurados ao custo amortizado

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Bilhetes de Tesouro	5,682,486	2,632,197
Com maturidade até 3 meses	5,628,359	543,107
Com maturidade após 3 meses	54,127	2,089,090
Obrigações do Tesouro	402,676	477,513
Eurobonds	465,847	518,620
Total de títulos da carteira de investimento	6,551,009	3,628,330
Perdas de imparidade de títulos da carteira de investimento	(125,050)	(75,550)
Títulos da carteira de investimento líquido	6,425,959	3,552,780
Total de títulos da carteira de investimento	6,463,254	3,590,075

Análise dos movimentos na imparidade de títulos da carteira de investimento mensurados ao custo amortizado:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	75,550	3,003
Nova imparidade líquida criada	49,500	72,547
Aumento de imparidade	50,000	72,547
Redução de imparidade	(500)	-
Saldo no fim do exercício	125,050	75,550

Nota 14 Crédito a clientes

	Crédito corporativo		Crédito comercial		Crédito ao consumo		Total	
	Dez 2025	Dez 2024	Dez 2025	Dez 2024	Dez 2025	Dez 2024	Dez 2025	Dez 2024
Em '000 MZN								
Crédito a clientes								
<i>Análise por tipo</i>								
Descobertas bancários	200,487	419,514	440,680	74,713	8,679	9,938	649,846	504,165
Cartões de créditos	401	-	1,379	-	8,510	853	10,290	853
Empréstimos a prazo	2,240,630	800,473	771,960	201,612	2,839,208	3,130,642	5,851,797	4,132,728
Créditos hipotecários	-	-	-	-	298,053	-	298,053	-
Outros	2,264	-	7,811	-	14,842	-	24,917	-
Empréstimos brutos	2,443,782	1,219,987	1,221,830	276,326	3,169,292	3,141,433	6,834,904	4,637,745
Menos: imparidade	(38,350)	(24,944)	(16,243)	(6,940)	(310,986)	(491,154)	(365,580)	(523,037)
Crédito líquido a Clientes	2,405,431	1,195,043	1,205,586	269,386	2,858,306	2,650,279	6,469,324	4,114,708
<i>Análise por Estágio</i>								
Valor bruto								
Estágio 1	22,401,820	1,168,569	1,119,901	125,989	2,503,314	1,951,580	6,025,035	3,246,138
Estágio 2	-	9,145	17,405	62,475	306,386	320,693	323,791	392,313
Estágio 3	38,004	42,272	88,481	87,863	359,593	869,159	486,078	999,295
Total	2,439,825	1,219,987	1,225,787	276,326	3,169,292	3,141,433	6,834,904	4,637,745
Imparidade								
Estágio 1	12,944	7,187	3,358	595	48,806	17,503	60,118	25,285
Estágio 2	-	19	56	550	66,347	42,039	79,883	42,609
Estágio 3	25,407	17,737	12,829	5,794	195,833	431,612	225,579	455,143
Total	38,350	24,944	16,243	6,940	310,986	491,154	365,580	523,037

14.1 Análise dos movimentos nas perdas por imparidade de crédito a clientes

Análise dos movimentos na imparidade do crédito a clientes:

	2025	2024
Saldo em 1 de Janeiro	523,037	511,364
Créditos abatidos durante o exercício	(464,471)	(320,618)
Nova imparidade líquida criada	124,099	153,243
Aumento de imparidade	438,428	205,296
Redução de imparidade	(314,328)	(52,053)
Outros	182,914	179,047
Saldo em 31 de Dezembro	365,580	523,037
Inclui:		
Imparidade do estágio 3	225,579	455,143
Imparidade do estágio 1 e 2	140,001	67,894
Total	365,580	523,037

Decomposição da imparidade na demonstração do rendimento integral:

	2025	2024
- Nova imparidade criada	(124,099)	(153,243)
- Recuperações do período	61,502	115,132
Imparidade na demonstração do rendimento integral	(62,598)	(38,111)

14.2 Reconciliação do valor bruto do crédito a clientes

O quadro seguinte apresenta a reconciliação do valor bruto do crédito a clientes

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses (Estágio 1)	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil (Estágio 2)	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado) (Estágio 3)	Total
Em 1 de Janeiro de 2025	17,126	392,313	999,295	4,637,208
<u>Estágio 1</u>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	78,457	(78,457)	2,069	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	2,069	-	-	-
<u>Estágio 2</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	(38,024)	38,024	(13,974)	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	-	13,974	-	-
<u>Estágio 3</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	(42,915)	(38,971)	(42,915)	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	-	38,971	-
Activos financeiros desconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	-	(464,471)	(464,471)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	3,649,578	25,212	18,172	3,692,962
Alterações devido a modificações que não resultaram em imparidade	(354,599)	(7,669)	(27,035)	(389,302)
Liquidação e pagamentos antecipados	(499,304)	(20,635)	(105,726)	(625,664)
Outros	(15,829)	-	-	(15,829)
Em 31 de Dezembro de 2025	6,025,035	323,791	486,078	6,834,904

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses (Estágio 1)	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil (Estágio 2)	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado) (Estágio 3)	Total
Em 1 de Janeiro de 2024	4,033,857	644,824	1,137,966	5,816,647
<u>Estágio 1</u>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	144,929	(144,929)	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	3,479	-	(3,479)	-
<u>Estágio 2</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	-	-	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	(145,514)	145,514	-	-
<u>Estágio 3</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	-	8,921	(8,921)	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	-	-	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	(33,922)	-	33,922	-
	-	(108,659)	108,659	-
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	-	-	(320,618)	(320,618)
Alterações devido a modificações que não resultaram em imparidade	1,220,610	68,781	15,116	1,304,507
	(670,563)	(63,304)	(92,439)	(826,306)
Liquidação e pagamentos antecipados	(1,303,562)	(158,836)	129,088	(1,333,310)
Outros	(3,175)	-	(1)	(3,176)
Em 31 de Dezembro de 2024	3,246,138	392,313	999,295	4,637,745

14.3 Reconciliação das perdas por imparidade de crédito a clientes

O quadro seguinte apresenta a reconciliação das perdas por imparidade de crédito a clientes.

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses (Estágio 1)	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil (Estágio 2)	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado) (Estágio 3)	Total
2025				
Em 1 de Janeiro de 2025	27,269	42,609	453,160	523,037
<u>Estágio 1</u>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	2,089	(2,089)	(1,126)	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	1,126	-	-	-
<u>Estágio 2</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	-	219	(7,704)	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	(219)	7,704	-	-
<u>Estágio 3</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	-	-	204	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	(204)	(1,698)	1,698	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	-	(464,471)	(464,471)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	19,248	1,516	4,392	25,156
Liquidação e pagamentos antecipados	15,869	18,143	199,098	233,110
Outros	(5,059)	13,480	40,328	48,748
Em 31 de Dezembro de 2025	60,118	79,883	225,579	365,580

	Sujeito a perda de crédito esperada de 12 meses (Estágio 1)	Sujeito a perda de crédito esperada, vida útil (Estágio 2)	Imparidade de crédito (excluindo o adquirido/originado) (Estágio 3)	Total
2024				
Em 1 de Janeiro de 2024	8,963	28,626	473,776	511,364
<u>Estágio 1</u>				
Transferência de estágio 2 para o estágio 1	11,908	(11,908)	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 1	406	-	(406)	-
<u>Estágio 2</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 2	(477)	477	-	-
Transferência de estágio 3 para o estágio 2	-	5,479	(5,479)	-
<u>Estágio 3</u>				
Transferência de estágio 1 para o estágio 3	(157)	-	157	-
Transferência de estágio 2 para o estágio 3	-	(2,658)	2,658	-
Activos financeiros desreconhecidos durante o período (incluindo créditos abatidos)	-	-	(320,618)	(320,618)
Novos activos financeiros originados ou adquiridos	5,258	3,375	4,214	12,847
Liquidação e pagamentos antecipados	(1,685)	15,975	357,175	371,465
Outros	1,070	3,241	(56,333)	(52,022)
Em 31 de Dezembro de 2024	25,285	42,609	455,143	523,037

14.4 Perdas de imparidade por produto

	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
2025				
Crédito ao consumo	11,251	624	53	10,574
Crédito com hipoteca	15,353	1,357	3,384	10,612
Veículos	815	66	-	749
Empréstimo digital	160,538	16,731	52,995	90,811
Cartões de crédito	498	416	37	46
Empréstimos	128,906	29,702	22,768	76,437
Descobertos	5,461	-	-	5,461
Total PCE no retalho	322,822	48,895	79,236	194,690
Crédito com hipoteca	-	-	-	-
Veículos	51	51	-	-
Empréstimos de curto prazo	12,698	7,740	49	4,909
Empréstimos	27,491	1,390	598	25,503
Descobertos	2,518	2,041	-	477
Total PCE banca corporativa	42,758	11,223	647	30,889
PCE do Banco	365,580	60,118	79,883	225,579

2024	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3
Crédito ao consumo	485,125	17,197	41,665	426,263
Crédito com hipoteca	2,548	140	20	2,388
Veículos	121	5	116	-
Emprestimo digital	44	44	-	-
Cartoes de crédito	8	8	-	-
Empréstimos	4,101	317	529	3,255
Descobertos	3,567	387	260	2,920
Total PCE no retalho	495,514	18,098	42,590	434,826
Crédito com hipoteca	-	-	-	-
Veículos	17,733	-	-	17,733
Empréstimos de curto prazo	2,362	2,362	-	-
Empréstimos	4,582	1,984	19	2,579
Descobertos	2,846	2,841	-	5
Total PCE banca corporativa	27,523	7,187	19	20,317
PCE do Banco	523,037	25,285	42,609	455,143

14.5 Estágio 3 por produto e sector

Decomposição por produto do estágio 3 em Dezembro de 2025:

2025	Valor bruto	PCE
Crédito ao consumo	19,744	10,574
Crédito com hipoteca	27,974	10,612
Veículos	10,508	749
Emprestimo digital	185,679	90,811
Cartoes de crédito	72	46
Empréstimos	107,150	76,437
Descobertos	8,466	5,461
Total exposição no estágio 3 no retalho	359,593	194,690
Empréstimos de curto prazo	-	-
Veículos	17,358	-
Empréstimos	85,581	4,909
Descobertos	23,547	25,503
Total exposição no estágio 3 da banca corporativa	126,486	30,411
Exposição no estágio 3 do Banco	486,078	225,101

2024	Valor bruto	PCE
Crédito ao consumo	838,359	426,263
Crédito com hipoteca	22,299	2,388
Veículos	3,476	-
Empréstimos de curto prazo	9,074	-
Projectos financeiros	-	-
Créditos de renda	56,093	3,255
Descobertos	27,721	2,920
Total exposição no estágio 3 no retalho	957,022	434,826
Empréstimos de curto prazo	-	-
Veículos	41,081	17,733
Créditos de renda	1,182	2,579
Descobertos	10	5
Total exposição no estágio 3 da banca corporativa	42,273	20,317
Exposição no estágio 3 do Banco	999,295	455,143

Decomposição por sector do estágio 3 em Dezembro de 2025:

2025	Valor bruto	PCE
Agricultura	-	-
Construção	36	10
Distribuição, retalho e armazém	118,880	31,135
Individuais	359,593	194,148
Tecnologia e informação	-	-
Indústrias e agro-processamento	-	-
Outros	6,233	-
Serviços incluindo financeiros	1,333	284
Turismo	1	-
Transportes	3	1
Exposição no estágio 3 do Banco	486,078	225,579

2024	Valor bruto	PCE
Agricultura	-	-
Construção	33	14
Distribuição, retalho e armazém	129,787	23,384
Individuais	869,159	429,628
Tecnologia e informação	-	-
Indústrias e agro-processamento	-	-
Outros	1	1,984
Serviços incluindo financeiros	312	132
Turismo	-	-
Transportes	3	1
Exposição no estágio 3 do Banco	999,295	455,143

14.6 Informações prospectivas

Nos seus modelos de imparidade, o Banco recorre a uma gama alargada de dados económicos como informações prospectivas. As variáveis macroeconómicas consideradas para o ajustamento das probabilidades de incumprimento são indicadas seguidamente:

- Inflação;
- taxas de juro;
- taxas de câmbio (USD/MZN); e
- taxa de juro da política monetária.

Os dados e modelos usados para calcular as PCE podem nem sempre registar todas as características do mercado na data das demonstrações financeiras. Por conta disso, são feitos ocasionalmente ajustamentos qualitativos ou sobreposições a título de ajustamentos temporários quando essas diferenças são significativamente relevantes.

As PCE incluem informações prospectivas que se traduzem numa margem para alterações nas condições macroeconómicas e nas projecções quando se estima as PCE para a vida útil do activo. É importante compreender o efeito de alterações projectadas do ambiente macroeconómico nas PCE, de forma que possa ser criado um nível apropriado de imparidades.

Foi construído um modelo de regressão para explicar e prever o impacto de indicadores macroeconómicos nas taxas de incumprimento. Estes modelos de regressão são normalmente construídos com base no histórico de taxas de incumprimento e variáveis macroeconómicas que cobrem pelo menos um ciclo económico, mas preferencialmente mais.

O modelo gera projecções da melhor estimativa para três cenários diferentes: base, pessimista e optimista.

Para cada um dos cenários, foram projectados parâmetros macroeconómicos críticos, como segue:

	Cenário optimista	Cenário base	Cenário pessimista
PIB (%)	8,00%	4,40%	0,80%
Taxa de juro	15,04%	15,80%	16,56%

O quadro seguinte mostra a sensibilidade da imparidade para PCE e o rácio de cobertura das PCE no crédito corporativo e de retalho em cada cenário (optimista, base e pessimista) se a probabilidade atribuída a cada um dos cenários fosse aumentada para 100%:

31 Dezembro 2025	Retalho				Corporativo				Total			
	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)
Posição em 31 de Dezembro	3,169,292	322,732	2,846,560	10%	3,665,612	42,848	3,622,764	1%	6,834,904	365,580	6,469,324	5%
Cenários												
Base	3,169,292	323,746	2,845,546	10%	3,665,612	42,860	3,622,751	1%	6,834,904	366,607	6,468,297	5%
Optimista	3,169,292	276,347	2,892,945	9%	3,665,612	40,433	3,625,178	1%	6,834,904	316,781	6,518,123	5%
Pessimista	3,169,292	376,500	2,792,792	12%	3,665,612	45,638	3,619,973	1%	6,834,904	422,138	6,412,765	6%

31 Dezembro 2024	Retalho				Corporativo				Total			
	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)
Posição em 31 de Dezembro	3,417,758	498,093	2,919,665	15	1,219,987	24,944	1,195,043	2%	4,637,745	523,037	4,114,708	11%
Cenários												
Base	3,417,758	91,319	3,326,440	3%	1,219,987	445,826	774,160	37%	4,637,745	537,145	4,100,600	12%
Optimista	3,417,758	97,292	3,320,466	3%	1,219,987	368,539	851,448	30%	4,637,745	465,831	4,171,914	10%
Pessimista	3,417,758	56,749	3,361,009	2%	1,219,987	514,612	705,375	42%	4,637,745	571,361	4,066,384	12%

14.7 Crédito a clientes renegociado por estágio

O quadro seguinte resume o crédito renegociado por segmento e por sector:

31 Dezembro 2025	Retalho				Corporativo				Total			
	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)	Bruto	ECL	Liquido	Rácio de cobertura (%)
Posição em 31 de Dezembro	3,169,292	322,732	2,846,560	10%	3,665,612	42,848	3,622,764	1%	6,834,904	365,580	6,469,324	5%
Cenários												
Base	3,169,292	323,746	2,845,546	10%	3,665,612	42,860	3,622,751	1%	6,834,904	366,607	6,468,297	5%
Optimista	3,169,292	276,347	2,892,945	9%	3,665,612	40,433	3,625,178	1%	6,834,904	316,781	6,518,123	5%
Pessimista	3,169,292	376,500	2,792,792	12%	3,665,612	45,638	3,619,973	1%	6,834,904	422,138	6,412,765	6%

31-Dez-2025	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL
Banca corporativa	-	-	-	-	-	-	-	-
Banca comercial	-	-	15,499	15,499	6,360	6,360	21,859	21,859
Individuais	-	-	68,499	3,475	22,365	6,487	90,864	9,962
Posição em 31 de Dezembro	-	-	83,998	18,974	28,725	12,848	112,724	31,821

31-Dez-2024	Estágio 1		Estágio 2		Estágio 3		Total	
	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL	Bruto	ECL
Banca corporativa	-	-	9,145	19	-	-	9,145	19
Banca comercial	-	-	25,230	329	-	-	25,230	329
Individuais	-	-	96,205	3,541	2,537	1,217	98,742	4,758
Posição em 31 de Dezembro	-	-	130,579	3,889	2,537	1,217	133,117	5,106

Nota 15 Outros activos

Os outros activos decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Contas a receber	337,237	392,619
Activos contingentes da fusão	34,602	35,320
Adiantamentos	68,306	59,568
Outros activos	94,102	125,923
Contas de compensação	18,008	-
Total	552,255	613,428

Nota 16 Activos por impostos correntes

Os activos por impostos correntes decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Impostos correntes	21,892	14,939
Total	21,892	14,939

Nota 17 Activos por impostos diferidos

O movimento dos activos por impostos diferidos é o seguinte:

	2025	2024
01 de Janeiro	319,264	432,990
Prejuízos fiscais	-	275,424
Impostos diferidos de exercícios anteriores desreconhecidos	-	(428,673)
Ganhos cambiais não realizados	-	-
Imparidade de títulos de dívida	-	23,215
NIRF 16	-	16,307
Total activos por impostos diferidos em 31 de Dezembro	319,264	319,264

Nota 17.1 Activos por impostos diferidos

O movimento dos activos por impostos diferidos é o seguinte:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Activo por impostos diferidos		
NIRF 16	20,624	20,624
Imparidade de títulos de dívida	23,215	23,215
Ganhos cambiais não realizados	-	-
Prejuízos fiscais	275,424	275,424
Total activos por impostos diferidos	319,264	319,264

Segundo o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas, o Banco tem o direito de recuperar os prejuízos fiscais do exercício durante os 5 anos seguintes. A administração apurou que a recuperabilidade dos prejuízos fiscais acumulada é certa quando é provável que existam lucros tributáveis futuros que o Banco pode utilizar para absorver estes prejuízos.

Anos a expirar	Montante por utilizar
2025	522,349
2026	-
2027	46,580
2028	524,630
2029	860,701
2030	582,090
	2,536,350
Total activos por impostos diferidos potenciais	811,632
Impostos diferidos não registados	536,208
Total de impostos diferidos registados	275,424

Nota 18 Activos não correntes detidos para venda

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Activos não correntes detidos para venda	901,501	892,749
Total	901,501	892,749

A administração do Banco aprovou a alienação de todos os imóveis detidos e que não pretende usá-los no futuro. Espera-se que a venda seja concluída durante o ano de 2026, e os requisitos da NIRF 5 Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas (NIRF 5), foram cumpridos durante o ano de 2025 e, com base nestes, os activos estão divulgados separadamente como activos não correntes detidos para venda na demonstração da posição financeira. Os activos são mensurados pelo menor valor entre a quantia escriturada e o justo valor menos os custos de venda. O justo valor, menos os custos de venda, baseia-se numa avaliação feita por empresas especializadas, as quais emitem relatórios de avaliação. Durante o exercício de 2025, estas propriedades registaram numa imparidade de 9.658 milhares de Meticais, sendo que em 31 de Dezembro de 2025 a quantia escriturada ascendia a 901.501 milhares de Meticais, conforme abaixo discriminado:

Activos não correntes detidos para venda

MZN'000

Propriedade	Propriedade	2025	2024
Decostone Limitada	Bairro da Matola Gare - parcela 3379/H8	121,407	131,407
Mirage Limitada	Bairro do Fomento, fracção A10	29,736	29,736
ADC, S.A	Bairro Machava, Talhão Nº 1 1/ B E C	160,704	172,362
Boane property	Matola-Rio, Bairro Djuba, Rua S/N	14,500	14,500
Beira property 2	Beira 3 imóveis do Rio Savane Zona Nhangau	5,806	5,806
Beira property 3	Beira rua padre Rafael de Assuncao	6,497	6,497
Nacala property 1	Nacala registo nr. 2804 Livro Folhas 124 Livro B-8	9,934	9,934
Nacala property 2	Nacala registo nr. 2804 folhas 124 livro B-8	22,966	22,966
RECOL, LDA	Apartamento T2, Bairro Central - Rua 12 Pemba	4,306	4,306
RECOL, LDA	Moradia T3, B.Central - Rua 12, Pemba	23,102	23,102
RECOL, LDA	Fração Autón. Comercial, Av. do Chai, Pemba	26,715	26,715
Kanes Alfaias, Lda	Fração em Beluluane-Reg. nr. 2419, Livro B/7	4,992	4,992
START, Lda	Zona de Muhala Expansão, Rua das FPLM nº 104	78,000	78,000
Cuamba Serviços e Transporte	Maputo, Avenida Mao Tse Tung, Nr. 57, 9º andar-esquerdo	10,809	10,809
APS Moçambique	Rua das Palmeiras Parcela 804/120 Bairro Triunfo-Moradia T5 Maputo	15,795	15,795
Cimento Nacional	Parque Industrial de Beluluane, Parcela Nr.1161 Matola-Rio	294,007	294,007
Emily Imobiliária	8 Moradias T4, Bairro Mutava-Rex, Cidade de Nampula Condomínio Djuba Vila, talhao 15, parcela 3.864 - Boane	41,815	41,815
Jovito Nunes	Condominio Djuba Vila, talhao 15, parcela 3.864 - Boane	5,447	-
Hassan Jama	Bairro de Namicopo, Qt.01, U/C 25 de Junho, EN1, Muhala, Cidade de Nampula	3,231	-
Cuamba Serviços e Transporte	Bairro Central B, Av Ahmed Sekou Touré, Nº 1076, 2º Andar Drto, Cidade de Maputo.	11,732	-
Total		901,501	892,749

Nota 19 Activos tangíveis

O movimento nos activos tangíveis foi o seguinte:

31 de Dezembro de 2025	Benfeitorias em propriedade arrendada	Terrenos e edifícios	Equipamento IT e outros equipamentos	Mobiliás e utensílios	Veículos a motor	Imobilizado em curso	Total
Saldo inicial a 1 Janeiro de 2025	449,301	302,165	319,385	47,443	134,142	55,888	1,308,323
Adições	-	5,245	11,516	734	-	6,159	23,655
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	47,241	-	-	(47,241)	-
Alienações	-	(21)	-	-	-	-	(21)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total de custos de aquisição em 31 de Dezembro de 2025	449,301	307,388	378,142	48,177	134,142	14,806	1,331,956
Depreciação acumulada em 1 de Janeiro de 2025	212,475	181,929	205,745	21,161	82,824	-	704,134
Depreciação	50,185	32,368	52,236	5,350	22,887	-	163,026
Abates	-	(21)	-	-	-	-	(21)
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Depreciação acumulada em 31 de Dezembro de 2025	262,660	214,275	257,980	26,511	105,712		867,138
Valor contabilístico líquido em 31 de Dezembro de 2025	186,641	93,113	120,162	21,666	28,430	14,806	464,818

31 de Dezembro de 2024	Benfeitorias em propriedade arrendada	Terrenos e edifícios	Equipamento IT e outros equipamentos	Mobiliários e utensílios	Veículos a motor	Imobilizado em curso	Total
Saldo inicial a 1 Janeiro de 2024	422,178	417,331	360,697	108,393	118,642	8,577	1,435,819
Adições	27,123	26,490	59,141	2,880	16,096	52,429	184,159
Reclassificações	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	-	-	-	-	-
Alienações	-	5,118	-	-	-	(5,118)	-
Outros	-	(146,775)	(100,454)	(63,830)	(597)	-	(311,655)
Total de custos de aquisição em 31 de Dezembro de 2024	449,301	302,165	319,385	47,443	134,142	55,888	1,308,323
Depreciação acumulada em 1 de Janeiro de 2024	161,788	295,172	252,926	80,023	56,155	-	846,064
Depreciação	50,687	33,531	53,225	4,968	27,266	-	169,678
Abates	-	-	-	-	-	-	(311,608)
Outros	-	(146,775)	(100,407)	(63,830)	(597)	-	704,134
Depreciação acumulada em 31 de Dezembro de 2024	212,475	181,929	205,745	21,161	82,824	-	604,189
Valor contabilístico líquido em 31 de Dezembro de 2024	236,826	93,113	113,640	26,282	51,318	55,888	604,189

Nota 20 Direito de uso de activos

	2025	2024
Custo		
Saldo inicial a 1 Janeiro	541,028	517,399
Adições	-	23,630
Alienações	-	-
Saldo 31 de Dezembro	541,028	541,028
Depreciações		
Saldo inicial a 1 Janeiro	248,137	178,241
Adições	67,795	69,896
Alienações	-	-
Depreciação acumulada em 31 de Dezembro	315,931	248,137
Total	225,097	292,892

O contrato mais significativo do Banco é o da Sede, tem um prazo de 10 anos e um pagamento adiantado de montante equivalente a 5 anos.

Montantes reconhecidos na demonstração do rendimento integral:

	2025	2024
Custo de amortização dos activos em regime de direito de uso	67,795	46,071
Despesas com juros (incluas nos custos financeiros)	39,655	69,896
Despesas com contratos de locação de curto prazo	4,837	3,061
Despesas com contratos de locação de activos de baixo valor	898	803
Ajustamentos relativos à pagamentos variáveis de locação	(4,255)	(3,442)
Total de custos com direito de uso de activos	108,930	116,390

Total das saídas de caixa relativamente a locações incorridas no período de reporte:

	2025	2024
Fluxo de caixa total relativo a contratos de locação	90,690	65,471

Nota 21 Activos intangíveis

O movimento nos activos intangíveis foi o seguinte:

	2025	2024
Software		
Total de custos de aquisição em 1 de Janeiro	377,825	316,451
Adições	6,817	29,040
Trabalhos em curso	1,118	2,378
Transferências	2,378	32,334
Total de custos de aquisição em 31 de Dezembro	388,138	380,202
Depreciação acumulada em 1 de Janeiro	318,192	260,010
Depreciações do ano	24,844	58,183
Depreciação em 31 de Dezembro	343,036	318,192
Valor contabilístico líquido em 31 de Dezembro	45,101	62,010

Nota 22 Recursos de clientes

Consistem em depósitos à ordem, depósitos de poupança e depósitos a prazo. O quadro seguinte apresenta uma decomposição por grupos de clientes:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Contas correntes	17,065,285	16,343,983
- Individuais	2,301,897	2,249,152
- Empresas	14,763,388	14,094,831
Conta poupança	139,653	138,704
- Individuais	139,653	138,704
- Empresas	-	-
Depósito a prazo	9,390,114	5,554,597
- Individuais	1,941,260	2,215,200
- Empresas	7,448,854	3,339,397
Total	26,595,052	22,037,284

Nota 23 Empréstimos

Os empréstimos decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Papel Comercial	-	268,583
Empréstimos de médio e longo prazo	-	-
Total	-	268,583

Relativamente ao programa de emissão de Papel Comercial por séries, não houve novas subscrições durante o exercício de 2025, tendo havido vencimento das subscrições de 2024, no montante global de 240.000.000,00MT (duzentos e quarenta milhões de Meticais) que tinham uma maturidade de 1 (um) ano.

Nota 24 Outros passivos

Os outros passivos decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Credores	200,516	182,711
Acréscimos de custos	154,266	233,244
Compensação	53,245	270,150
Outros passivos	94,374	11,837
Proveitos diferidos	34,688	9,204
Impostos	29,158	53,545
Total	566,246	760,691

24.1 Passivos de locação

Os passivos de locação decompõem-se como segue:

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Saldo em 1 de Janeiro	334,651	331,451
Adições	-	22,600
Reembolsos de passivos de locação	(90,690)	(65,471)
Gastos de juros	39,655	46,071
Em 31 de Dezembro	283,616	334,651

Nota 25 Capital social

Durante o exercício, a estrutura accionista foi a seguinte:

Estrutura do capital social em 31 de Dezembro de 2025	Número de acções	%	Volume de participação
Access Bank Plc	28,942,586	88.377%	2,894,259
Access Holdings Plc	3,804,000	11.616%	380,400
Herbert Wigwe	980	0.003%	98
Obinna Nwosu	980	0.003%	98
Benjamim Alfredo	227	0.001%	23
Douglas Munatsi	227	0.001%	23
Total de votos em capital	32,749,000	100 %	3,274,900

Estrutura do capital social em 31 de Dezembro de 2024	Número de acções	%	Volume de participação
Access Bank Plc	28,942,586	99.992%	2,894,259
Herbert Wigwe	980	0.003%	98
Obinna Nwosu	980	0.003%	98
Benjamim Alfredo	227	0.001%	23
Douglas Munatsi	227	0.001%	23
Total de votos em capital	28,945,000	100%	2,894,500

Nota 26 Operações com partes relacionadas

O Banco é uma subsidiária detida 88,38% pelo Access Bank Plc, constituído na Nigéria. Há cinco accionistas minoritários que detêm 11,62%.

No exercício normal da actividade, são movimentadas contas correntes e são aplicadas divisas junto da empresa-mãe e outras empresas do Grupo a taxas de juro de acordo com o mercado. Os saldos relevantes são os seguintes:

a) Outros saldos e operações com partes relacionadas

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Caixa e equivalentes de caixa	20,089	551,630
Aplicações	323,918	410,354
Outros activos	39,952	44,056
Outros passivos	-	-
Saldo líquido das partes relacionadas	383,959	1,006,040

O crédito a empresas controladas por administradores ou pelas suas famílias e o crédito a pessoal chave da Administração do Banco é normalmente relatado no crédito a clientes.

b) Crédito a partes relacionadas

	2025	2024
Saldo no início do ano	92,297	35,384
Movimentos durante o ano	(52,968)	56,913
Saldo no final do ano	39,329	92,297

O crédito a empresas controladas por administradores ou pelas suas famílias e o crédito a pessoal chave da Administração do Banco é normalmente relatado no crédito a clientes.

c) Depósitos de partes relacionadas

	2025	2024
Saldo no início do ano	18,384	6,339
Movimentos durante o ano	(15,663)	12,045
Saldo no final do ano	2,721	18,384

O crédito a empresas controladas por administradores ou pelas suas famílias e o crédito a pessoal chave da Administração do Banco é normalmente relatado no crédito a clientes.

d) Remuneração dos administradores

	2025	2024
Salários	55,278	72,214
Subsídios	52,246	63,327
Total de remuneração dos administradores	107,524	135,541

Nota 27 Justo valor

O justo valor de instrumentos financeiros transaccionados em mercados activos à data da demonstração da posição financeira baseia-se nos preços de mercado cotados ou preços cotados por operadores de mercado (preço de compra para posições longas e preço de venda para posições curtas), sem dedução de custos da operação. Para todos os outros instrumentos financeiros não transaccionados em mercados activos, o justo valor é determinado usando técnicas de avaliação apropriadas.

As técnicas de avaliação incluem técnicas de valor actual líquido, comparação com instrumentos semelhantes para os quais existem preços de mercado observáveis, modelos de fixação de preços de opções e outros modelos de avaliação relevantes.

Esses instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao preço de aquisição, que é o melhor indicador do justo valor, embora o valor obtido do modelo de avaliação relevante possa diferir.

À data de 31 de Dezembro de 2025, o Banco não tinha instrumentos financeiros mensurados ao justo valor.

2025 Activos financeiros	Justo Valor			Custo amortizado MZN	Outros activos/passivos não financeiros MZN	Valor Contabilístico MZN	Justo Valor MZN
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	10,448,702	-	10,448,702	10,448,702
Activos financeiros	-	-	-	6,463,254	-	6,463,254	6,621,917
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	3,609,687	-	3,609,687	3,609,687
Crédito a clientes	-	-	-	6,469,324	-	6,469,324	5,945,857
Outros activos	-	-	-	-	552,255	552,255	552,255
	-	-	-	26,990,967	552,255	27,543,222	27,178,418
Passivos financeiros							
Recursos de clientes	-	-	-	26,595,052	-	26,595,052	26,574,852
Outros passivos	-	-	-	-	566,246	566,246	566,246
	-	-	-	26,595,052	566,246	27,161,298	27,141,098

2024 Activos financeiros	Justo Valor			Custo amortizado MZN	Outros activos/passivos não financeiros MZN	Valor Contabilístico MZN	Justo Valor MZN
	Nível 1	Nível 2	Nível 3				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	10,671,329	-	10,671,329	10,671,329
Activos financeiros	-	-	-	3,590,075	-	3,590,075	3,665,638
Aplicações em instituições de crédito	-	-	-	3,912,800	-	3,912,800	3,912,800
Crédito a clientes	-	-	-	4,114,708	-	4,114,708	4,315,026
Outros activos	-	-	-	-	613,428	613,428	613,428
	-	-	-	22,288,912	613,428	22,902,340	23,178,221
Passivos financeiros							
Recursos de clientes	-	-	-	268,583	-	268,583	10,671,329
Outros passivos	-	-	-	22,037,284	-	22,037,284	3,665,638
	-	-	-	-	760,691	760,691	3,912,800
	-	-	-	22,305,867	760,691	23,066,558	4,315,026

Nota 28 Gestão do risco

28.1 Gestão do perfil de risco global do Banco

As actividades do Banco expõem-no a vários riscos financeiros e essas actividades implicam a análise, avaliação, aceitação e gestão de algum grau de risco ou de uma combinação de riscos. Assumir risco está no cerne da actividade financeira e os riscos operacionais são uma consequência inevitável de desenvolver a actividade. O objectivo do Banco é, portanto, conseguir um equilíbrio apropriado entre risco e retorno e minimizar potenciais efeitos adversos sobre o seu desempenho financeiro.

A gestão de risco é um processo realizado conjuntamente pelo Conselho de Administração, a Gerência e demais colaboradores do Banco, é aplicado na definição da estratégia de todas as operações do Banco, e destina-se a identificar potenciais eventos que possam afectar o Banco, garantir que as exposições ao risco do Banco estão dentro dos parâmetros definidos e oferecem garantia razoável quanto ao cumprimento dos objectivos do Banco.

A gestão de risco considera as actividades a todos os níveis do Banco, de modo a proporcionar orientações adequadas a todos os accionistas, para garantir que as acções do Banco são consistentes com a necessidade de fazer face aos desafios competitivos e estão em conformidade com os requisitos regulamentares, ao mesmo tempo que reduzem a exposição do Banco aos riscos diários inerentes às suas actividades. Os processos em vigor no Banco são capazes de:

- estabelecer a cultura de risco do Banco e considerar todos os demais aspectos da operação que possam afectar a sua cultura de risco;
- estabelecer uma filosofia relativa à gestão de riscos que reconheça eventos inesperados e esperados;
- identificar e definir toda a gama de riscos que enfrenta;
- avaliar, mensurar e quantificar os riscos;
- desenvolver técnicas de mitigação, controlo e monitoria de riscos; e

- cumprir os requisitos regulamentares locais e internacionais em relação às práticas de gestão de risco.

Estrutura de gestão do risco

A estrutura de gestão do risco do Banco incorpora a participação efectiva do Conselho de Administração e da Direcção de topo a diferentes níveis para o desempenho de funções de supervisão e garantia de um ambiente adequado de gestão de risco. O Conselho de Administração exerce a sua supervisão da gestão de risco como um todo e também através do Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração Executivo, Comité de Crédito do Conselho de Administração e outros comités e departamentos de gestão de risco. O Conselho de Administração articula o grau de risco que o Banco está disposto a aceitar no decurso normal das actividades (apetite de risco) e define o perfil de risco global para o Banco.

A gestão do risco compreende um conjunto abrangente de políticas, normas, procedimentos e processos concebidos para identificar, mensurar, monitorar, mitigar e reportar exposições a risco significativos de uma forma uniforme e eficaz em todo o Banco.

A Administração, através do Comité de Crédito da Gestão (CCG), o Comité de Activos e Passivos (ALCO), o Comité de Gestão do Risco Empresarial (CGRE) e o Comité de Gestão do Risco Operacional (CGRO), assegura que todas as directivas do Conselho de Administração relativa à gestão de riscos são implementadas.

28.2 Gestão de capital

28.2.1 Objectivos

O capital e reservas livres evidenciam o compromisso dos accionistas de assegurar a continuidade da actividade e a solvência do Banco. O risco de solvência é mensurado através do rácio de solvabilidade, que mensura a relação dos fundos próprios com a classificações de activos ponderados pelo risco.

De um modo geral, o Banco não pode assumir mais risco do que aquele que é capaz de suportar. Esta regra é posta em prática usando limites específicos para todos os tipos de riscos e um modelo de capacidade de assunção de riscos que estipula que o capital económico predefinido de nível 1 e de nível 2 deve estar disponível para cobrir perdas potenciais.

A gestão de capital do Banco tem os seguintes objectivos:

- garantir que o Banco tem o volume e qualidade de capital suficiente para fazer face a perdas potenciais decorrentes de diversos riscos, mesmo em circunstâncias extremas;
- respeitar integralmente os requisitos de capital externo;
- manter o nível mínimo de capital regulamentar;
- atender aos requisitos mínimos de solvabilidade definidos internamente;
- salvaguardar a capacidade do Banco de prosseguir as suas actividades para continuar a proporcionar retorno para os accionistas e benefícios a outras partes interessadas; e
- permitir que o Banco implemente seus planos de crescimento contínuo ao mesmo tempo que segue a sua estratégia comercial.

28.2.2 Conformidade com os requisitos de capital externos e internos

O requisito externo de capital mínimo é imposto e monitorado pelo Banco de Moçambique, que exige a manutenção de um rácio de solvabilidade mínimo de 12%. Os accionistas definiram o requisito de capital mínimo interno e um rácio de solvabilidade mínimo de 20%.

A solvabilidade e a utilização dos fundos próprios regulamentares são monitoradas regularmente pela Administração do Banco, recorrendo a técnicas baseadas nas directrizes fixadas pelo Banco de Moçambique, para efeitos de supervisão. As informações exigidas são apresentadas mensalmente ao Banco de Moçambique. Durante o período de relato, o Banco cumpriu tanto os rácios de solvabilidade definidos pelo regulador como as normas mínimas definidas internamente.

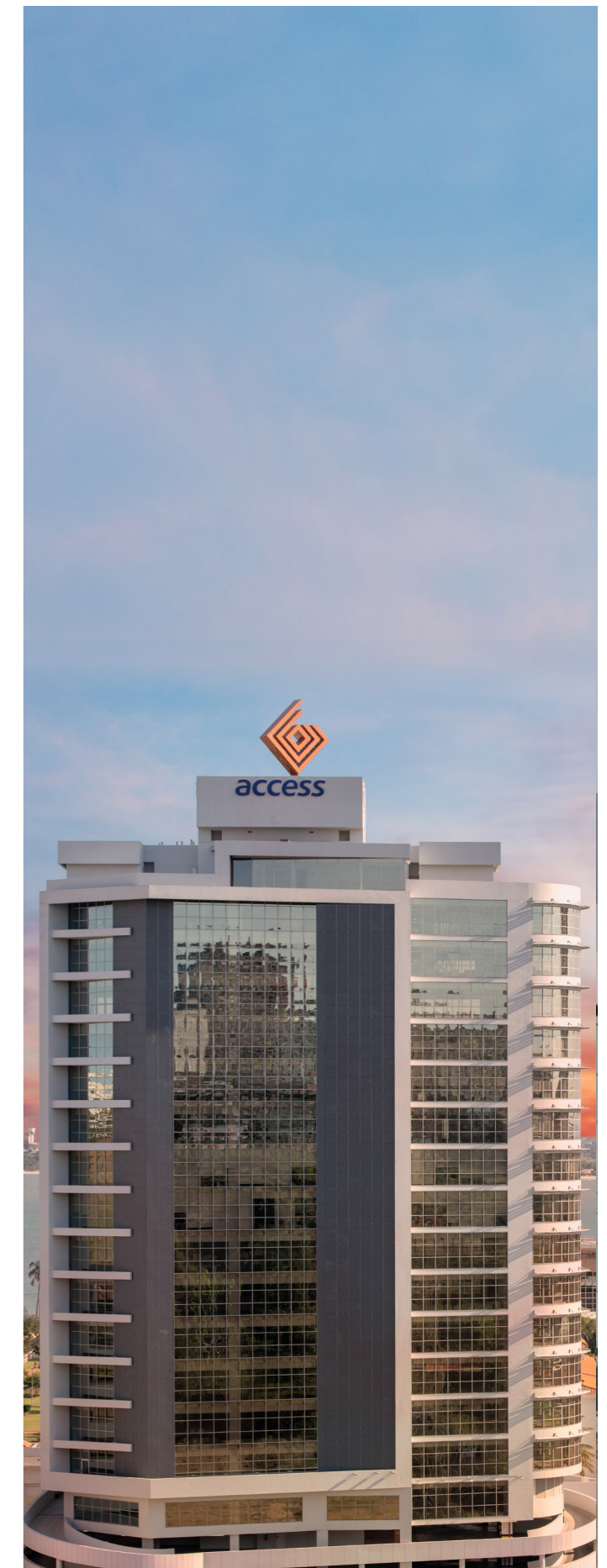
Para assegurar que os objectivos referidos acima são atingidos a tempo inteiro, o Banco usa indicadores como o rácio de solvabilidade. Os fundos próprios regulamentares do Banco geridos pelo seu Departamento de Gestão do Risco são divididos em dois níveis:

- fundos próprios do nível 1:** capital social (líquido do valor contabilístico de acções próprias), interesses minoritários decorrentes da consolidação de interesses no capital próprio permanente dos accionistas, resultados transitados e reservas criadas através da aplicação de resultados transitados; o valor contabilístico do goodwill é deduzido para calcular os fundos próprios do nível 1; e
- fundos próprios do nível 2:** empréstimos subordinados elegíveis, provisões para imparidade colectiva e ganhos não realizados decorrentes da justa avaliação de instrumentos de capital próprio detidos para negociação.

Os investimentos em associadas são deduzidos aos fundos próprios do nível 1 e 2 para calcular os fundos próprios regulamentares.

Os activos ponderados pelo risco são mensurados através de uma hierarquia de cinco ponderadores de risco, classificados de acordo com a natureza, de forma a reflectir uma estimativa do risco de mercado de crédito e outros riscos associados a cada activo e contraparte tendo em conta o colateral ou garantias elegíveis. Um

tratamento semelhante é adoptado para a exposição extrapatrimonial, com alguns ajustamentos para reflectir a natureza mais contingente das perdas potenciais.



28.2.3 Cálculo do rácio de solvabilidade

	31 de Dezembro 2025	31 de Dezembro 2024
Capital social	3,274,900	2,894,500
Reserva legal	17,125	17,125
Resultados transitados	(1,224,451)	(481,075)
Prejuízos do exercício	-	(743,377)
Insuficiência de provisões	(178,739)	(447,442)
Activos intangíveis	(45,101)	(62,010)
Capital nível 1	1,843,733	1,177,721
0,0125% do Risco de crédito	1,401	1,091
Capital nível 2	1,401	1,091
Total do capital regulamentarantes das deduções	1,845,134	1,178,812
Imobilizado recebido em reembolso de crédito próprio	81,138	33,388
Total de deduções	81,138	33,388
Total do capital regulamentar	1,763,996	1,145,424
Risco de crédito	11,208,800	8,725,901
Risco de mercado	9,747	53,749
Risco operacional	314,370	302,967
Total dos riscos	11,532,917	9,082,617
Rácio de solvabilidade	15.3%	12.6%

28.2.4 Gestão do risco de crédito

No Access Bank Moçambique, todos os colaboradores estão envolvidos na gestão do risco de crédito, cabendo ao Conselho de Administração a responsabilidade final. O Banco aplica o modelo das três linhas de defesa, que potencia a compreensão da gestão do risco de crédito e do controlo clarificando os papéis e deveres de cada um.

As três linhas de defesa incluem as unidades de negócio, que são a primeira linha de defesa, dado que capta novos clientes que devem ser filtrados de acordo com o mercado alvo e a apetência pelo risco do Banco. A segunda linha de defesa é a unidade de Gestão do Risco de Crédito, que é responsável por rever todos os pedidos comerciais de crédito. A unidade assegura que todos os riscos específicos do cliente e do mercado em aplicações são devidamente identificados e mitigados antes da aprovação.

28.2.5 Principais políticas de crédito

De seguida, encontram-se algumas das principais políticas de crédito do Banco:

- Política de gestão do risco de crédito: o objectivo principal é permitir a maximização de retornos numa base ajustada pelo risco das exposições de risco de crédito da carteira bancária que recaem no âmbito da política de gestão do risco de crédito. São aplicados sistemas de gestão do risco de crédito robustos, que possibilitam a identificação e mensuração do risco, a criação de limites de exposição ao risco, a monitoria e controlo do risco e a divulgação do risco de crédito da carteira bancária.

- Política de notação do risco de crédito: o objectivo desta política é criar notação do risco do devedor (RRDs) e notação do risco do financiamento (RRFs), fiáveis e uniformes, para providenciar directrizes para notação de risco para as exposições de crédito de retalho e corporativo na carteira de crédito e de investimento do Banco.

28.2.6 Responsabilidades das unidades de negócio e gestão independente do risco de crédito

No Access Bank Moçambique, as unidades de negócio e a gestão independente do risco de crédito têm responsabilidade conjunta pela exactidão global das notações de risco atribuídos às operações de crédito e aos clientes. Os gestores de conta são responsáveis por atribuir os RRDs e os RRFs de acordo com a política aprovada. A gestão independente do risco de crédito valida as notações. Independentemente de quem atribui o rating de risco, a Gestão do Risco de Crédito é responsável por rever e garantir a correcção dos RRDs e RRFs atribuídos às operações de crédito e a clientes.

Esta revisão tem o objectivo de garantir a uniformização do processo de notação de risco do negócio na política de notação de risco do Banco; a aplicação adequada e contínua do processo e de ferramentas de notação do risco; revisão de dados de juízos de valor e dados qualitativos no processo de notação do risco; assegurar a pontualidade e abrangência das revisões de notação do risco; e garantir que a documentação do processo de notação do risco está completa e actualizada.

A Gestão do Risco de Crédito possui a decisão final caso exista alguma questão quanto a uma determinada notação.

28.2.7 O processo de crédito

O processo de crédito do Banco começa com o planeamento da carteira e identificação do mercado alvo que é aprovado pelo Conselho de Administração. Nos mercados alvo identificados, os créditos são iniciados pelos gestores de conta dos clientes. Os créditos propostos são sujeitos a revisão e aprovações pelos níveis relevantes de aprovação de crédito. Depois das devidas aprovações, os créditos são desembolsados a favor dos beneficiários.

A gestão dos créditos é executada tanto pelas equipas de gestores de conta de clientes como pela unidade de Gestão do Risco de Crédito do Banco. O processo aplica-se em todo o Banco.

Se uma análise preliminar de uma proposta de crédito de um gestor de conta indicar que é necessário um maior escrutínio, a mesma é analisada com mais pormenor pelo gestor de conta e posteriormente pela unidade de Gestão do Risco de Crédito. A análise da unidade de Gestão do Risco de Crédito é obrigatória para a prorrogação de créditos. Quando a proposta de crédito é aprovada pela unidade de Gestão do Risco de Crédito, é apresentada ao nível seguinte de aprovação apropriado com base na dimensão e na notação do risco dos financiamentos.

O processo base de avaliação do crédito baseia-se tanto em elementos quantitativos das demonstrações financeiras como numa variedade de factores qualitativos. São recolhidas informações sobre o cliente, bem como dados macroeconómicos pertinentes, tais como as perspectivas para o sector relevante. Estes factores são avaliados pelo analista e pelas pessoas envolvidas no processo de aprovação de crédito, apoiando-se não só em factores quantitativos, mas também no conhecimento profundo da empresa em questão e da sua gestão.

Escala de notação de risco e equivalência a notações externas

O Access Bank tem uma escala de notação de risco com 12 graus numéricos. A escala de notação de risco vai de 1 a 8. A notação 1 representa os melhores devedores e financiamentos, ao passo que a notação 8 representa os piores devedores e financiamentos. A escala de notação de risco incorpora subgraus e graus inteiros que reflectem padrões reais de migração de crédito.

O risco país (ou soberano) faz parte do risco de crédito global e é gerido como parte da função de gestão do risco de crédito, dado que tem um impacto substancial na capacidade de cumprimento das contrapartes individuais. A Administração gere de forma cuidada a sua exposição ao risco de crédito. As exposições a crédito decorrem principalmente de crédito a clientes, títulos de dívida e outras obrigações. Também há risco de crédito associado a acordos extrapatrimoniais, como compromissos de concessão de crédito. A equipa do risco do Banco revê regularmente as exposições ao risco e reporta ao Conselho de Administração.

O Conselho de Administração definiu e documentou uma política de crédito para o Banco que constitui a base das decisões de crédito. Esta política inclui um quadro de limites e delegação de poderes de aprovação de crédito que são rigorosamente cumpridos. Nenhum colaborador sozinho tem poderes para aprovar operações de crédito. A Comissão Executiva reporta ao Conselho de Administração e é responsável pela aprovação de decisões de crédito superiores aos limites da Direcção, recomendações sobre limites de exposição e políticas de imparidade. Existe também um Comité de Crédito do Conselho de Administração que aprova créditos superiores ao limite da Comissão Executiva.

O Banco adoptou políticas de imparidade que cumprem as directrizes prudenciais do Banco de Moçambique e a NIRF 9. As imparidades são apuradas mensalmente e sujeitas a revisão regular pela equipa do risco do Banco. Depois de uma operação de crédito ser aprovada, o Banco estabelece processos de monitoria da exposição ao risco com o objectivo de a manter dentro de níveis aceitáveis. Estes processos de gestão de riscos incluem:

- Controlo da documentação e do desembolso;

- Monitoria do reembolso atempado;
- Controlo e avaliação do colateral;
- Revisão do estado da exposição;
- Revisão anual de todas operações, clientes, sectores, produtos, programas de crédito, etc.;
- Revisão mensal dos compromissos de clientes – análise do nível de depósitos e das demonstrações financeiras regulares do cliente e assegurar que o cliente está a cumprir todas as obrigações de acordo com os critérios e a documentação do financiamento.

28.2.8 Controlo dos limites de risco e políticas de mitigação do risco

O Banco gere, limita e controla as concentrações de risco de crédito relativas a contrapartes e bancos individuais e a sectores económicos. O Banco estrutura os níveis de risco de crédito que assume, através da fixação de limites para o montante de risco aceite em relação a um cliente ou grupos de clientes e segmentos geográficos ou sectoriais. A monitoria dos riscos é feita de forma contínua e são sujeitos a uma revisão anual ou mais frequente, quando considerado necessário. Os limites do nível de risco de crédito por produto e sector são aprovados e revistos pelo Conselho de Administração de forma regular. A exposição ao risco de crédito também é gerida através de análise regular da capacidade de clientes e potenciais clientes cumprirem as suas obrigações de reembolso de capital e pagamento de juros e da alteração desses limites de concessão de crédito, quando apropriado. Algumas das medidas específicas de controlo e mitigação encontram-se descritas de seguida:

(i) Garantias

O Banco emprega uma variedade de políticas e práticas para mitigar o risco de crédito. A mais tradicional é a obtenção de garantias de crédito, que constitui uma prática comum. O Banco implementa directrizes quanto à aceitabilidade de determinadas classes de garantias para mitigação do risco de crédito.

Os principais tipos de garantias para crédito são:

- garantias em numerário;
- ónus sobre activos financiados;
- hipotecas sobre imóveis para fins residenciais e comerciais;
- ónus sobre activos comerciais, como instalações, inventário e contas a receber; e
- ónus sobre instrumentos financeiros, como títulos de dívida e acções.

O crédito para empresas geralmente é garantido. Para minimizar as perdas de crédito, o Banco procura obter garantias adicionais das contrapartes logo que sejam identificados indicadores de imparidade no crédito individual relevante.

Os títulos de dívida, os bilhetes de tesouro e outras obrigações elegíveis geralmente não são garantidos.

(ii) Reconhecimento de sinais antecipadamente

A antecipação, detecção precoce e comunicação atempada de possíveis problemas são a chave para identificar e gerir com sucesso exposições problemáticas. O objectivo é reconhecer problemas/fraquezas enquanto existirem alternativas adequadas de acção. As responsabilidades individuais para monitorar a exposição ao risco são claramente definidas. Para antecipar problemas, o Banco coloca questões "E se...?" ao conduzir a iniciação de crédito. Na maioria das contas classificadas de problemáticas são gerados regularmente "Memorandos de crédito classificado". Estes relatórios contêm indicadores-chave de desempenho, incluindo os seguintes aspectos:

- obrigações vencidas;
- a documentação legal do cliente incompleta, se aplicável;
- a estratégia de recuperação de crédito ou desreconhecimento; e
- informações sobre a quantidade total de transacções e perda potencial por cliente, sector da indústria.

Classificação dos créditos:

A classificação de activos respeita as directrizes prudenciais. Há cinco categorias que indicam graus crescentes de potencial risco de perdas. O objectivo do processo de classificar os activos é estabelecer uma abordagem uniforme ao reconhecimento de problemas, classificação, medidas correctivas e criação de reservas para exposições a crédito que são geridas numa base estratégica.

O processo está desenhado para:

- identificar créditos problemáticos para análise e acção;
- categorizar problemas por gravidade do risco de perda real ou potencial; e
- comunicar créditos problemáticos à Administração para revisão e aprovação de acordo com a gravidade da classificação.

Definição de categorias de classificação

Os activos financeiros são segmentados em cinco classes de rating. A escala de rating do Banco, abaixo descrita, reflecte o intervalo de probabilidades de incumprimento definido para cada classe de rating. Significa, em princípio, que as exposições migram entre classes à medida que a avaliação da sua probabilidade de incumprimento se altera. As ferramentas de notação são revistas e actualizadas quando necessário e o Banco valida regularmente o desempenho da notação e a capacidade de detecção de eventos de incumprimento.

Categoria	Descrição
Crédito vivo	O crédito aparenta ser satisfatório.
Menção especial	O crédito aparenta ser satisfatório mas mostra potencial para debilidades inerentes que, se não forem tratadas, podem enfraquecer o activo ou as perspectivas de cobrança integral, por exemplo, quando a documentação é deficiente.
Crédito vencido	O crédito tem debilidades definidas que podem pôr em causa a liquidação da dívida, isto é, a capacidade de pagamento do cliente é duvidosa, inadequada ou superior a 90 dias mas inferior a 180 dias.
Crédito duvidoso	Créditos com as debilidades referidas acima e que se tenham degradado mais, na medida em que, mesmo que existam garantias, a recuperação integral não será possível, em mora superior a 180 dias mas inferior a 12 meses.
Crédito muito duvidoso	Créditos cuja cobrança é considerada impossível ou sem garantias realizáveis ou mora superior a 12 meses.

Imparidade/crédito em incumprimento e imparidade para perdas de crédito

O crédito em imparidade ou crédito em incumprimento deixa de gerar e contabilizar rendimentos. Estão nesta situação as seguintes categorias:

- créditos classificados como duvidoso ou muito duvidoso; e
- créditos classificados como vencido, quando o capital, juros ou outros tipos de pagamentos estiverem em mora há 90 dias ou mais.

Gestão correctiva

A unidade de Gestão do Risco de Crédito efectua a monitoria das exposições vencidas com vista a maximizar as recuperações de crédito. Depois de uma conta ser classificada como crédito vencido ou duvidoso, deve ser gerida de acordo com um processo correctivo próprio. A responsabilidade por estas contas deve ser atribuída à unidade de Gestão do Risco de Crédito - unidade de recuperações. A função de resolução deve ser segregada da função de originação de crédito. Os recursos adicionais e o foco mais concentrado de um departamento especialista em recuperação normalmente melhoram os resultados de cobrança.

A decisão de transferir créditos em incumprimento para a unidade de Gestão do Risco de Crédito - unidade de Recuperações deve ser tomada no Comité de Activos com Incidentes (CAC), que se reúne sob a presidência do administrador delegado ou do director financeiro. Os métodos de recuperação utilizados pelo Banco incluem:

- Contacto/ acompanhamento frequente com os devedores através de cartas e contactos pessoais para recuperação normal; contacto com o fiador se o crédito estiver coberto por uma garantia.
- O acordo de compromisso/negociação: a redução do

incumprimento pode ser alcançada através de uma estratégia de compromisso entre o devedor e o Banco com o objectivo de minimizar a perda. A abordagem do Banco é recuperar o máximo possível do empréstimo vencido através da negociação e compensação. Os determinantes básicos dos acordos de compromisso são:

- reduzir o nível de crédito em incumprimento através da sua recuperação acelerada;
- melhorar a rentabilidade reduzindo o crédito em incumprimento; e
- reciclar os fundos recuperados em activos em cumprimento; a abordagem do Banco é de recuperar o máximo possível através de negociação e eliminar crédito problemático para limpar a carteira; as determinantes básicas de liquidações através de compromisso são as causas de incumprimento, a necessidade de um compromisso, o processo de compromisso, os modos de reembolso e o valor realizável do colateral / garantias.

- O penhor e compensação: o penhor pode ser exercido pelo Banco em todos os títulos que venham a ser detidos pelo Banco no decurso das negociações com o cliente. Se o Banco tiver em nome do mesmo devedor pode exercer o seu direito de compensação em relação ao endividamento do devedor;
- Cessão: trata-se da transferência de um crédito passível de exercício. Quando o Banco financia com base em garantias constituídas por apólices de seguros de vida, carteiras de dívida e facturas de fornecimentos a departamentos governamentais e o devedor entra em incumprimento, o Banco recupera a dívida reclamando-a à parte que é responsável por pagar o crédito passível de exercício através deste mecanismo extrajudicial. Um pré-aviso adequado deve ser dado pelo cedente ao devedor.
- A acção judicial: uma vez constatado que o devedor está a entrar em situação de incumprimento intencional, o Banco recorre aos procedimentos de recuperação legais adequados e cria sistemas e procedimentos adequados para garantir que a

taxas do Banco são reconhecidas através de recursos legais; e

- A venda de garantias: sempre que existirem garantias disponíveis em caso de incumprimento por parte do devedor, o Banco dispõe de garantias cobradas a seu favor. Antes da venda, o Banco dá um aviso razoável aos devedores para reembolsar o crédito e pode vir a executar e vender as garantias detidas pelo Banco. O processo de venda deve ser em leilão público ou através de quaisquer procedimentos previstos na lei do país.

O quadro seguinte mostra o contributo do crédito de cada categoria para as correspondentes PCE.

Categoria	2025		2024	
	Montante (%)	Contribuição no total do PCE (%)	Montante (%)	Contribuição no total do PCE (%)
Vivo	90%	22%	74%	6%
Menção especial	3%	19%	4%	7%
Vencido	3%	32%	16%	71%
Duvidoso	0%	5%	2%	7%
Muito duvidoso	3%	22%	4%	8%
	100%	100%	100%	100%

28.2.7 O processo de crédito

A finalidade primária destes instrumentos é garantir que os fundos são disponibilizados a clientes quando são necessários. As garantias e as cartas de crédito têm o mesmo risco de crédito que os créditos propriamente ditos.

Os créditos documentários e as cartas de crédito comerciais - que são compromissos escritos do Banco por conta de um cliente a autorizar um terceiro a sacar cheques sobre o Banco até um montante estipulado sujeito a determinados termos e condições - são garantidos pela expedição subjacente de bens a que dizem respeito e, por conseguinte, acarretam menos risco do que um crédito directo.

Os compromissos de concessão de crédito representam a parte não utilizada de autorizações de concessão de crédito sob a forma de empréstimos, garantias ou cartas de crédito.

A respeito do risco de crédito de compromissos de concessão de crédito, o Banco está potencialmente exposto a perdas de um montante igual ao total não utilizado dos compromissos. No entanto, o montante provável das perdas é menor do que o total não utilizado dos compromissos, dado que a maioria dos compromissos de concessão de crédito estão condicionados aos clientes manterem certos padrões de crédito.

O Banco acompanha os compromissos de concessão de crédito tendo em conta a maturidade dos mesmos uma vez que compromissos de longo prazo em geral têm um grau de risco de crédito maior do que os de curto prazo.

Categoria	2025		2024	
	Montante (%)	Contribuição no total do PCE (%)	Montante (%)	Contribuição no total do PCE (%)
Garantias bancárias	37%	72%	81%	97%
Cartas de crédito	10%	21%	0%	3%
Compromisso de crédito	53%	7%	19%	0%
	100%	100%	100%	100%

28.2.10 Análise da exposição máxima a risco de crédito antes da obtenção de melhorias do risco de crédito

As exposições de risco de crédito relacionadas com a demonstração da posição patrimonial dos activos financeiros são as seguintes:

	Dezembro 2025	Dezembro 2024
Caixa e disponibilidades	10,448,702	10,671,329
Activos financeiros	3,609,687	3,912,800
Aplicações em Instituições de Crédito	6,463,254	3,590,075
Crédito a clientes	6,469,324	4,114,708
Outros activos	552,255	613,428
	27,543,222	22,902,340
As exposições de risco de crédito extrapatrimonial:		
Garantias bancárias		656,834
Cartas de crédito		-
Compromissos de crédito		154,817
Total		811,651
Saldo total em 31 de Dezembro		23,713,991

O quadro acima representa o pior cenário de exposição a risco de crédito para o Banco à data de 31 Dezembro, sem ter em conta o justo valor de garantias detidas ou a obtenção de outras melhorias do risco de crédito associadas. Para os activos em balanço, as exposições indicadas acima baseiam-se no valor contabilístico de acordo com a demonstração da posição financeira.

A Administração está confiante na sua capacidade de continuar a controlar e sustentar uma exposição mínima ao crédito mínima resultante da carteira de crédito do Banco com base no seguinte:

- 88% da carteira de crédito é considerado não vencido nem afectado por imparidade (2024: 70%); e
- o Banco tem um processo de selecção rigoroso na concessão de crédito.

O quadro seguinte mostra a exposição máxima a risco de crédito por classe de activo financeiro. Mostra igualmente o total do justo valor das garantias, o eventual excesso de garantias (na medida em que o justo valor das garantias detidas é superior à exposição a que diz respeito) e a exposição a risco de crédito líquida.

31 Dezembro 2025 Tipo de colateral ou fortalecimento do crédito

Balanço:

Caixa e aplicações de curto prazo
Aplicações em instituições de crédito
Activos financeiros
- Obrigações do tesouro
- Bilhetes do tesouro
- Eurobonds
- Investimentos não cotados
Crédito a clientes
- Empresas
- PME
- Retalho

Total do balanço

Extrapatrimoniais

Garantias
Cartas de crédito
Compromissos de crédito
Total extrapatrimoniais

TOTAL

Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor do total da garantia				Total de garantias	Exposição líquida
	Caixa	Garantias e Letras de crédito	Imóveis	Outros		
14,058,389	-	-	-	-	-	14,058,389
14,058,389	-	-	-	-	-	14,058,389
6,588,304	-	-	-	-	-	6,588,304
402,676	-	-	-	-	-	402,676
5,682,486	-	-	-	-	-	5,682,486
465,847	-	-	-	-	-	465,847
37,295	-	-	-	-	-	37,295
6,834,904	1,260,208	-	1,808,649	330,354	3,399,210	3,435,693
2,439,825	991,300	-	886,110	200,926	2,078,336	361,488
1,225,787	261,397	-	673,958	93,217	1,028,572	197,215
3,169,292	7,511	-	248,581	36,210	292,302	2,876,990
27,481,597	1,260,208	-	1,808,649	330,354	3,399,210	24,082,387
398,139	356,182	-	-	-	356,182	41,957
108,326	-	-	101,225	-	101,225	7,101
578,747	-	-	-	-	-	578,747
1,085,212	356,182	-	101,225	-	457,407	627,805
28,566,809	1,616,390	-	1,909,874	330,354	3,856,617	24,710,192

31 Dezembro 2024 Tipo de colateral ou fortalecimento do crédito

Balanço:

Caixa e aplicações de curto prazo
Aplicações em instituições de crédito
Activos financeiros
- Obrigações do tesouro
- Bilhetes do tesouro
- Eurobonds
- Investimentos não cotados
Crédito a clientes
- Empresas
- PME
- Retalho

Total do balanço

Extrapatrimoniais

Garantias
Cartas de crédito
Compromissos de crédito
Total extrapatrimoniais

TOTAL

Exposição máxima ao risco de crédito	Justo valor do total da garantia				Total de garantias	Exposição líquida
	Caixa	Garantias e Letras de crédito	Imóveis	Outros		
14,584,129	-	-	-	-	-	14,584,129
14,584,129	-	-	-	-	-	14,584,129
3,665,625	-	-	-	-	-	3,665,625
477,513	-	-	-	-	-	477,513
2,632,197	-	-	-	-	-	2,632,197
518,620	-	-	-	-	-	518,620
37,295	-	-	-	-	-	37,295
4,637,745	132,622	-	4,364,881	447,176	4,944,679	(306,934)
1,219,987	81,866	-	3,659,988	29,026	3,770,880	(2,550,893)
276,326	33,811	-	96,548	149,113	279,472	(3,146)
3,141,433	16,945	-	608,345	269,037	894,327	2,247,106
22,887,499	132,622	-	4,364,881	447,176	4,944,679	17,942,820
656,834	123,335	-	12,568	2,018,147	2,154,050	(1,497,216)
-	-	-	-	-	-	-
154,817	-	-	-	-	-	154,817
811,651	123,335	-	12,568	2,018,147	2,154,050	(1,342,399)
23,699,150	255,957	-	4,377,449	2,465,323	7,098,729	16,600,421

28.2.11 Montantes decorrentes de perdas de crédito esperadas (PCE)

Aumento significativo do risco de crédito

Quando determina se o risco de incumprimento de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial, o Banco considera informações razoáveis e fundamentáveis relevantes e disponíveis sem custos ou esforços desproporcionados, que inclui tanto informações como análises quantitativas e qualitativas com base na experiência histórica e na avaliação do crédito por peritos do Banco, incluindo informações prospectivas.

O objectivo desta avaliação é identificar se houve um aumento significativo do risco de crédito para uma exposição comparando:

- a probabilidade de incumprimento (PD) para a vida útil remanescente à data de relato; com
- a PD para a vida útil remanescente para este ponto no tempo que foi estimada no momento do reconhecimento inicial da exposição (ajustada, quando relevante, em função de alterações das expectativas de reembolso antecipado).

O Banco usa três critérios para determinar se se verificou um aumento significativo do risco de crédito:

- um teste quantitativo baseado no movimento da PD;
- indicadores qualitativos; e
- uma barreira de 30 dias de mora.

Graus de risco de crédito

O Banco afecta cada exposição a um grau de risco de crédito com base numa variedade de dados, que são determinados para preverem o risco de incumprimento e na análise histórica do mesmo. Os graus de risco de crédito são definidos usando indicadores quantificáveis do risco de incumprimento.

Estes indicadores variam em função da natureza da exposição e do tipo do cliente. Os graus de risco de crédito são definidos e calibrados de forma a que o risco de crédito piora exponencialmente quando se verifica um aumento do risco de incumprimento. Por exemplo, a diferença no risco de incumprimento entre graus de risco de crédito "vivo" e "menção especial" é menor do que a diferença entre graus de risco de crédito "menção especial" e "vencido".

Cada exposição é alocada a um grau de risco no reconhecimento inicial com base em informações disponíveis sobre o cliente. As exposições são sujeitas a monitoria permanente que pode levar a que uma exposição seja transferida para um grau de risco de crédito diferente.

Escala de rating de risco e equivalência a ratings externos

O Access Bank tem uma escala de rating de risco com 12 graus numéricos. A escala de rating de risco vai de 1 a 8. O rating 1 representa os melhores devedores e financiamentos, ao passo que o rating 8 representa os piores devedores e financiamentos. A escala de rating de risco incorpora subgraus e graus inteiros que reflectem padrões de migração de crédito realistas. A escala de rating de risco e a equivalência a ratings externos é discriminada abaixo:

Rating externo equivalente	Grau	Rating de risco
AAA	Investimento	1
AA	Investimento	2+
A	Investimento	2
BBB	Investimento	2-
BB+	Standard	3+
BB	Standard	3
BB-	Standard	3-
B	Sem grau de investimento	4
B-	Sem grau de investimento	5
CCC	Sem grau de investimento	6
C	Sem grau de investimento	7
D	Sem grau de investimento	8

Determinar um aumento significativo do risco de crédito

O Banco avalia se houve um aumento significativo do risco de crédito desde o reconhecimento inicial em cada data de relato. Determinar se um aumento do risco de crédito é significativo depende das características do instrumento financeiro, do cliente e do tipo de carteira. Também se pode considerar que o risco de crédito aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial com base em factores qualitativos ligados a processos de gestão do risco de crédito do Banco que podem, de outro modo, não estar plenamente reflectidos atempadamente na sua análise quantitativa. Será o caso de exposições que preenchem determinados critérios

de risco acrescido, como fazerem parte de uma lista de vigilância. Estes factores qualitativos baseiam-se na sua apreciação especializada e em experiência histórica relevante

Como barreira, o Banco considera que se verifica um aumento significativo do risco de crédito o mais tardar quando um activo fica em mora há mais de 30 dias. Os dias de mora são calculados contando o número de dias decorridos desde a dívida que se venceu primeiro até à data em que o pagamento integral não foi recebido. As datas de vencimento são determinadas sem considerar eventuais períodos de carência de que o cliente possa beneficiar.

Se houver sinais de que deixou de haver um aumento significativo do risco de crédito relativamente ao reconhecimento inicial, a imparidade do instrumento volta a ser mensurada tendo em conta os 12 meses. Alguns indicadores qualitativos de um aumento do risco de crédito, como incidentes ou reestruturações, podem indicar um risco de incumprimento acrescido que persiste depois de o próprio indicador ter deixado de existir. Nestes casos, o Banco determina um período probatório durante o qual activo financeiro tem de mostrar bom desempenho para dar provas de que o seu risco de crédito decresceu.

O Banco acompanha a eficácia dos critérios utilizados para identificar aumentos significativos do risco de crédito através de revisões regulares com o objectivo de confirmar que:

- os critérios conseguem identificar aumentos significativos do risco de crédito antes de uma exposição entrar em incumprimento;
- os critérios não estão alinhados em função do ponto no tempo em que um activo fica com 30 dias de mora;
- o tempo médio entre a identificação de um aumento significativo do risco de crédito e o incumprimento parece ser razoável;
- em geral, as exposições não são transferidas directamente da mensuração das PCE para 12 meses para crédito com imparidade; e
- não existe nenhuma volatilidade indesejada nas provisões para perdas de transferências entre a PD para 12 meses (estágio 1) e a PD até à maturidade (estágio 2).

Definição de incumprimento

O Banco considera que uma exposição está em incumprimento quando:

- é improvável que o cliente pague integralmente as suas obrigações creditícias ao Banco, sem recurso a actos como execução de garantias (se as tiver);
- o cliente está em mora há mais de 90 dias, os descobertos são considerados em mora quando o cliente viola um limite comunicado ou lhe é comunicado um limite menor do que o montante em dívida nesse momento; ou
- é provável que o cliente reestruture o activo em consequência de falência ou devido à sua incapacidade de pagar as suas obrigações creditícias.

Com o objectivo de avaliar se o cliente está em incumprimento, o Banco considera os seguintes indicadores:

- qualitativos: por exemplo, violações de compromissos;
- quantitativos: por exemplo, mora ou falta de pagamento de outra obrigação do mesmo cliente perante o Banco; e
- dados desenvolvidos internamente e obtidos de fontes externas.

Os dados usados na avaliação do potencial incumprimento do instrumento financeiro podem variar ao longo do tempo para reflectir alterações das circunstâncias. A definição de incumprimento aplicada pelo Banco está, em grande parte, alinhada para efeitos do cálculo dos fundos próprios regulamentares.

Incorporação de informação prospectiva

O Banco incorpora informação prospectiva tanto na avaliação do aumento significativo do risco de crédito de um instrumento desde o seu reconhecimento inicial, como na mensuração das PCE. Periodicamente, o Banco realiza testes de esforço de choques mais extremos para calibrar o apuramento de cenários optimistas e pessimistas que sejam representativos. Periodicamente, são realizados testes de esforço da carteira / segmento de crédito para prever vulnerabilidades decorrentes de condições adversas e iniciar atempadamente o devido dimensionamento e planos de mitigação. Adicionalmente, os reguladores determinam a realização de testes de esforço que abrangem para avaliar a capacidade de o Banco continuar a cumprir os seus requisitos de fundos próprios durante um choque adverso plausível na sua actividade.

Activos financeiros modificados

Os termos contratuais de um crédito podem ser modificados por vários motivos, incluindo alterações das condições de mercado, retenção de cliente e outros factores não relacionados com uma deterioração do crédito do cliente real ou potencial. Um crédito existente cujos termos tenham sido modificados pode ser desreconhecido e renegociado como um novo crédito ao justo valor, de acordo com a política contabilística descrita acima. Quando os termos de um activo financeiro forem modificados e a modificação não levar ao desreconhecimento, a determinação do aumento significativo do risco de crédito reflecte a comparação da PD para a vida útil remanescente na data de relato com base nos termos modificados com a PD para a vida útil remanescente estimada com base em dados no reconhecimento inicial e os termos contratuais originais.

Quando uma modificação se traduz no desreconhecimento, um crédito novo é reconhecido e classificado no estágio 1 (assumindo que não está em imparidade de crédito nessa altura). O Banco renegocia créditos de clientes em dificuldades financeiras (designado como "actividades de reestruturação") para maximizar as oportunidades de cobrança e minimizar o risco de incumprimento. Nos termos da política de reestruturação do Banco, a reestruturação de crédito é concedida numa base selectiva se o devedor estiver na altura em incumprimento da sua dívida ou se houver um risco significativo de incumprimento, se houver sinais de que o devedor desenvolveu todos os esforços razoáveis para pagar de acordo com os termos contratuais originais e se esperar que o devedor seja capaz de cumprir os termos revistos.

Os termos revistos usualmente incluem a prorrogação do vencimento, alteração da calendarização dos pagamentos de juros e alteração dos termos dos compromissos associados ao crédito. Tanto o crédito de retalho como o corporativo está sujeito a actividades de reestruturação. Para activos financeiros modificados como parte da política de reestruturação do Banco, a estimativa da PD reflecte se a modificação melhorou ou restaurou a capacidade do Banco de recolher juros e capital e a experiência anterior do Banco quanto a actos de reestruturação semelhantes. Como parte deste processo, o Banco avalia o desempenho de pagamento do cliente à luz dos termos contratuais modificados e considera vários indicadores comportamentais. Geralmente, a reestruturação é um indicador qualitativo de um aumento significativo do risco de crédito e a expectativa de uma reestruturação pode constituir um sinal de que uma exposição está em imparidade de crédito. O cliente tem de demonstrar uniformemente um bom comportamento de pagamento durante algum tempo antes de a exposição deixar de ser considerada em imparidade de crédito/em incumprimento ou se considerar que a PD se reduziu de tal forma que a imparidade volta a ser mensurada a um montante igual ao do estágio 1.

Activos financeiros modificados

Os principais dados utilizados na mensuração de PCE são a estrutura temporal das seguintes variáveis:

- probabilidade de incumprimento (PD);
- perda dado o incumprimento (LGD); e
- exposição em incumprimento (EAD).

As PCE para exposições do estágio 1 são calculadas multiplicando a PD para 12 meses pela LGD e pela EAD. As PCE para a vida útil do activo (estágio 2) são calculadas multiplicando a PD para a vida útil pela LGD e pela EAD. Os graus de risco de crédito são um dado primário da determinação da estrutura temporal da PD das exposições. O Banco recolhe informações de desempenho e incumprimento sobre as suas exposições a risco de crédito, analisadas por tipo de produto e cliente bem como por grau de risco de crédito. Para algumas carteiras, também são usadas informações compradas a agências de referência externas de informações de crédito. O Banco emprega modelos estatísticos para analisar os dados recolhidos calculando estimativas da PD para a vida útil remanescente das exposições e a probabilidade de as mesmas alterarem tendo em conta o efeito temporal.

A LGD corresponde à magnitude das perdas prováveis no caso de incumprimento. O Banco estima parâmetros de LGD com base no histórico de taxas de recuperação de créditos relativamente a contrapartes em incumprimento. Os modelos de LGD consideram a estrutura, as garantias, a maturidade do crédito, o sector da contraparte e os custos de recuperação de garantias que sejam parte integrante dos activos financeiros. Para o crédito hipotecário, os rácios entre o valor do empréstimo e o valor do activo dado em garantia (loan-to-value ou "LTV") são um parâmetro crucial para determinar a LGD. As estimativas da LGD são recalibradas para diferentes cenários económicos e, para o crédito hipotecário, para reflectir eventuais alterações dos preços dos imóveis. São calculadas numa base de fluxos de caixa descontados usando a taxa de juro efectiva como factor de desconto.

A EAD representa a exposição esperada em caso de incumprimento. O Banco calcula a EAD com base na exposição actual da contraparte e potenciais alterações compromisso de crédito contratado e decorrente de amortizações. A EAD de um activo financeiro corresponde à sua quantia escriturada bruta no momento do incumprimento. Para compromissos de concessão de crédito, a EAD representa o montante da exposição garantida quando a garantia financeira se torna devida.

Conforme descrito acima, tendo em conta o uso dos 12 meses de PD para activos financeiros do estágio 1, o Banco mensura as PCE considerando o risco de incumprimento durante o prazo contratual máximo (incluindo eventuais opções de prorrogação do crédito) durante o qual está exposto a risco de crédito, mesmo que, para efeitos de gestão do risco de crédito o Banco considere um prazo mais longo. O prazo contratual máximo estende-se até à data em que o Banco tem o direito de requerer o reembolso de um crédito ou pôr termos a um compromisso de concessão de crédito ou a uma garantia.

No entanto, para descobertos bancários que incluem tanto uma componente de empréstimo como uma componente de linha de crédito não utilizada, o Banco mensura as PCE durante um prazo mais extenso que o prazo contratual máximo, se a capacidade contratual do Banco de exigir o reembolso e cancelar a linha de crédito não utilizada não limitar a exposição do Banco a perdas de crédito ao prazo contratual de pré-aviso. Estas linhas não têm um prazo fixo nem uma estrutura de reembolso fixa e são geridas em base colectiva. O Banco pode cancelá-las com efeitos imediatos, mas este direito contratual não é exercido na gestão normal do dia a dia, mas apenas quando o Banco toma conhecimento de um aumento do risco de crédito ao nível da linha. Este prazo mais longo é estimado considerando os actos de gestão do risco de crédito que o Banco espera praticar e serve para mitigar as PCE. Incluem uma redução dos limites, cancelamento da linha e/ou conversão do saldo em dívida num empréstimo com termos de reembolso fixos.

Quando a modelação de um parâmetro é executada em base colectiva, os instrumentos financeiros são agrupados com base em características de risco partilhadas que incluem:

- o tipo de instrumento;
- o grau de risco de crédito;
- o tipo de garantias;
- o LTV para credor hipotecário;
- a data de reconhecimento;
- o prazo remanescente até ao vencimento;
- o sector de actividade; e
- a localização geográfica do cliente.

O crédito é objecto de revisão regular para garantir que as exposições dentro de um determinado grupo se mantêm devidamente homogéneas. Para carteiras para as quais o Banco tenha dados históricos limitados, usam-se informações de referência externas para complementar os dados disponíveis internamente. O cálculo da imparidade é efectuado com base num modelo que combina as directrizes das provisões regulamentares do Banco de Moçambique e a política de imparidade para perdas de crédito das NIRF.

Banco de Moçambique - directrizes prudenciais: logo que um crédito seja identificado como crédito com incidentes, devem ser criadas provisões adequadas para perdas de crédito de acordo com os requisitos das directrizes prudenciais e a política de crédito do Banco conforme descrito seguidamente. Para créditos classificados como vencidos, duvidosos ou muito duvidosos: os juros em mora há mais de 90 dias devem ser suspensos e reconhecidos apenas numa base de caixa. Os reembolsos de capital em mora há mais de 90 dias devem ser provisionados e reconhecidos apenas numa base de caixa. Para reembolsos de capital de crédito em incumprimento ainda não devidos, a provisão deve ser efectuada de acordo com o modelo da NIRF 9 adoptado.

Política de imparidade para perdas de crédito da NIRF 9: o Banco deve avaliar em base prospectiva as perdas de crédito esperadas (PCE) associadas aos seus instrumentos de dívida contabilizados ao custo amortizado, à exposição decorrente de compromissos de concessão de crédito e aos contratos de garantias financeiras. Nos termos da abordagem geral, em cada data de relato, o Banco deve reconhecer uma imparidade baseadas nas PCE para 12 meses ou nas PCE para a vida útil, dependendo se houve um aumento significativo do risco de crédito do instrumento financeiro desde o reconhecimento inicial. As alterações do saldo da imparidade devem ser reconhecidas em resultados como um ganho ou perda de imparidade. O montante de PCE reconhecido como uma provisão ou reserva para perdas depende da extensão da deterioração do crédito desde o reconhecimento inicial.

Nos termos da abordagem geral, há duas bases de mensuração:

- PCE para 12 meses (estágio 1), que se aplica a todos os itens (desde o reconhecimento inicial) enquanto não ocorre um aumento significativo do risco de crédito; e
- PCE para a vida útil (estágio 2 e 3), que se aplica quando se verifica um aumento significativo do risco de crédito.

Avaliação de risco	2025		2024	
	Montante bruto	PCE	Montante bruto	PCE
1	-	-	-	-
2+	-	-	-	-
2	272,452	1,272	1,953	1
2-	-	-	-	-
3+	6,968	163	6,753	40
3	659,688	11,311	114,425	2,551
3-	5,163,146	60,549	4,003,753	422,514
4	216,197	60,745	141,237	6,803
5	516,453	231,540	369,087	91,128
6	-	-	-	-
7	-	-	-	-
8	-	-	-	-
Total	6,834,904	365,580	4,637,208	523,037

Avaliação Externa Equivalente	Nível	Avaliação de Risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
			Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
AAA	Investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	Investimento	2+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	Investimento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBB	Investimento	2-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB+	Standard	3+	6,968	-	-	6,968	163	-	-	163	6,805
BB	Standard	3	550,701	25,541	25,541	576,242	9,006	2,256	-	11,263	564,979
BB-	Standard	3-	1,937,730	38,299	38,299	1,976,029	39,636	13,700	-	53,336	1,922,693
B	Sem grau de investimento	4	-	212,171	212,171	212,171	-	60,689	-	60,689	151,483
B-	Sem grau de investimento	5	-	30,374	359,593	389,967	-	2,591	194,690	197,281	192,686
CCC	Sem grau de investimento	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C	Sem grau de investimento	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D	Sem grau de investimento	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contabilístico			2,495,399	306,386	359,593	3,161,378	48,806	79,236	194,690	322,732	2,838,646

Avaliação Externa Equivalente	Nível	Avaliação de Risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
			Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
AAA	Investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	Investimento	2+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	Investimento	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BBB	Investimento	2-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB+	Standard	3+	6,753	-	-	6,753	40	-	-	40	6,713
BB	Standard	3	83,078	31,346	-	114,424	394	2,156	-	2,550	111,874
BB-	Standard	3-	2,094,265	134,275	706,517	2,935,057	19,647	31,699	363,962	415,308	2,519,749
B	Sem grau de investimento	4	-	141,237	-	141,237	-	6,803	-	6,803	134,434
B-	Sem grau de investimento	5	-	76,310	250,505	326,815	-	1,931	74,052	75,983	250,832
CCC	Sem grau de investimento	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C	Sem grau de investimento	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D	Sem grau de investimento	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contabilístico			2,184,096	383,168	957,022	3,524,286	20,081	42,589	438,014	500,684	3,023,602

Crédito sobre clientes corporativos

Avaliação Externa Equivalente	Nível	Avaliação de Risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
			Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
AAA	Investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	0
AA	Investimento	2+	-	-	-	-	-	-	-	-	0
A	Investimento	2	272,452	-	-	272,452	8,000	-	-	8,000	264,451
BBB	Investimento	2-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
BB+	Standard	3+	-	-	-	-	-	-	-	-	0
BB	Standard	3	83,446	-	-	83,446	48	-	-	48	83,398
BB-	Standard	3-	3,173,738	13,379	-	3,187,117	3,264	591	-	3,855	3,183,262
B	Sem grau de investimento	4	-	4,026	-	4,026	-	56	-	56	3,970
B-	Sem grau de investimento	5	-	-	126,486	126,486	-	-	30,889	30,889	95,597
CCC	Sem grau de investimento	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C	Sem grau de investimento	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D	Sem grau de investimento	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contabilístico			3,529,635	17,405	126,486	3,673,526	11,312	647	30,889	42,848	3,630,679

Avaliação Externa Equivalente	Nível	Avaliação de Risco	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total	Valor
			Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	Montante Bruto	PCE	PCE	PCE	PCE	Contabilístico
AAA	Investimento	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-
AA	Investimento	2+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
A	Investimento	2	-	1,953	-	1,953	-	1	-	1	1,952
BBB	Investimento	2-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB+	Standard	3+	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB	Standard	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-
BB-	Standard	3-	1,168,570	7,193	-	1,175,762	7,187	18	-	7,205	1,168,557
B	Sem grau de investimento	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-
B-	Sem grau de investimento	5	-	-	42,272	42,272	-	-	17,737	17,737	24,535
CCC	Sem grau de investimento	6	-	-	-	-	-	-	-	-	-
C	Sem grau de investimento	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-
D	Sem grau de investimento	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor Contabilístico			1,168,570	9,146	42,272	1,219,988	7,187	19	17,737	24,943	1,195,045

Concentração de riscos de activos financeiros com exposição a risco de crédito

a) Sectores geográficos

Em '000 MZN	SADC	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10,448,702	-	10,448,702
Aplicações em Instituições de crédito	3,000,782	608,905	3,609,687
Investimento em títulos	6,037,187	426,067	6,463,254
Crédito a clientes:	6,469,324	-	6,469,324
Outros activos	552,255	-	552,255
Total do Balanço	26,508,250	1,034,972	27,543,222
Garantias bancárias	217,272	180,867	398,139
Cartas de crédito	108,326	-	108,326
Compromissos de crédito	578,747	-	578,747
Total de compromissos de crédito	904,345	180,867	1,085,212
Em 31 Dezembro 2025	27,412,596	1,215,839	28,628,434

Em '000 MZN	SADC	Outros	Total
Caixa e equivalentes de caixa	9,998,334	672,995	10,671,329
Aplicações em Instituições de crédito	3,502,446	410,354	3,912,800
Investimento em títulos	3,071,455	518,620	3,590,075
Crédito a clientes:	4,114,708	-	4,114,708
Outros activos	613,428	-	613,428
Total do Balanço	21,300,371	1,601,969	22,902,340
Garantias bancárias	656,834	-	656,834
Cartas de crédito	-	-	-
Compromissos de crédito	154,817	-	154,817
Total de compromissos de crédito	811,651	-	811,651
Em 31 Dezembro 2025	22,112,022	1,601,969	23,713,991

b) Sectores de actividade

Sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2025:

	Instituições Financeiras	Comércio	Indústria	Governo	Minas e construção	Outros serviços	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10,448,702	-	-	-	-	-	10,448,702
Aplicações em Instituições de Crédito	3,609,687	-	-	-	-	-	3,609,687
Activos financeiros	-	-	-	6,463,254	-	-	6,463,254
Crédito a clientes	271,918	213,925	155,446	-	14,031	5,814,004	6,469,324
Outros activos	-	-	-	-	-	552,255	552,255
Balanco	14,330,307	213,925	155,446	6,463,254	14,031	6,366,259	27,543,222
Garantias bancarias	184,063	9,556	19,250	-	29,229	156,042	398,139
Cartas de crédito	-	-	-	-	-	108,326	108,326
Compromissos de crédito	-	75,482	-	-	2,000	501,266	578,747
Total de compromissos de crédito	184,063	85,038	19,250	-	31,229	765,634	1,085,212
Em 31 de Dezembro de 2025	14,514,370	298,962	174,696	6,463,254	45,260	7,131,892	28,628,434

Sectores de actividade em 31 de Dezembro de 2024:

	Instituições Financeiras	Comércio	Indústria	Governo	Minas e construção	Outros serviços	Total
Caixa e equivalentes de caixa	10,671,329	-	-	-	-	-	10,671,329
Aplicações em Instituições de Crédito	3,912,800	-	-	-	-	-	3,912,800
Activos financeiros	-	-	-	3,590,075	-	-	3,590,075
Crédito a clientes	200,004	431,070	78,853	-	24,160	3,380,621	4,114,708
Outros activos	-	-	-	-	-	613,428	613,428
Balanco	14,784,133	431,070	78,853	3,590,075	24,160	3,994,049	22,902,340
Garantias bancarias	3,498	331,063	495	-	-	321,798	656,854
Cartas de crédito	-	-	-	-	-	-	-
Compromissos de crédito	-	154,817	-	-	-	-	154,817
Total de compromissos de crédito	3,498	485,880	495	-	-	321,798	811,671
Em 31 de Dezembro de 2025	14,787,631	916,950	79,348	3,590,075	24,160	4,315,847	23,714,011

28.2.12 Aquisição de bens dados em garantia

Durante o exercício, o Banco obteve os seguintes activos dados em garantia:

	2025	2024
Natureza do activo:		
Propriedades	20,410	335,822
Valor contabilístico	20,410	335,822

A política do banco é a de realizar as garantias atempadamente e de forma ordeira. O Banco geralmente não usa garantias numa moeda diferente das suas operações. Os bens adquiridos ao abrigo de garantias são vendidos assim que possível e o produto da venda é utilizado para reduzir a quantia em dívida. Os bens dados em garantia são moderadamente líquidos e com um mercado facilmente disponível. O Banco normalmente recupera 100% da quantia escriturada de cada bem.

28.2.13 Análise da qualidade do crédito

(i) Garantias financeiras, compromissos de concessão de crédito e outras rubricas extrapatrimoniais

O quadro seguinte apresenta a análise do crédito para compromissos de concessão de crédito, garantias financeiras e outras rubricas extrapatrimoniais. Os montantes que constam do quadro representam os montantes objecto de compromisso ou garantidos, respectivamente.

Concentração significativa de risco de crédito em 31 de Dezembro de 2025

	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			Total
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	
Garantias	398,139	-	-	398,139
Compromissos de crédito	578,747	-	-	578,747
Cartas de Crédito	108,326	-	-	108,326
Total	1,085,212	-	-	1,085,212

Concentração significativa de risco de crédito em 31 de Dezembro de 2024

	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			Total
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	
Garantias	656,834	-	-	656,834
Compromissos de crédito	154,817	-	-	154,817
Cartas de Crédito	-	-	-	-
Total	811,651	-	-	811,651

(ii) Crédito a clientes

O quadro seguinte mostra a decomposição do crédito sobre clientes e sobre bancos com base na classificação anterior:

	2025			Total
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	
Banca corporativa	2,405,777	-	38,004	2,443,782
Banca comercial	1,115,943	17,405	88,481	1,221,830
Banca do retalho	2,503,314	306,386	359,593	3,169,292
Total	6,025,035	323,791	486,078	6,834,904

	2024			
	Sujeito a PCE para tempo de vida útil			
	Sujeito a PCE a 12 meses (Estágio 1)	Activos sem imparidade de crédito (Estágio 2)	Activos com imparidade de crédito – excluindo adquiridos ou originados (Estágio 3)	Total
Banca corporativa	1,168,569	9,145	42,272	1,219,987
Banca comercial	125,989	62,475	87,863	276,326
Banca do retalho	1,951,580	320,693	869,159	3,141,433
Total	3,246,13	392,313	999,295	4,637,745

28.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez advém da possibilidade de o Banco ser incapaz de obter o financiamento necessário, de contrair empréstimos a taxas de juros ou prazos de vencimento favoráveis, ou de vender activos em tempo oportuno e a um preço razoável e de não conseguir vender activos num contexto de tensão do mercado sem incorrer em perdas significativas.

O Banco desenvolveu a gestão de liquidez com base num modelo estatístico assente em premissas conservadoras sobre entradas de fundos e liquidez de passivos. Além disso, foram realizados testes de esforço de liquidez assumindo cenários extremos de levantamentos. Estes testes de esforço especificam requisitos de liquidez adicionais a serem cumpridos através da detenção de activos líquidos.

A liquidez do Banco manteve-se uniforme e substancialmente acima do rácio de liquidez mínimo e dos requisitos dos seus testes de esforço. As actividades globais da gestão do risco de liquidez estão centralizadas na Tesouraria do Banco. A Administração considera que uma abordagem centralizada à gestão do risco de liquidez possibilita uma melhoria na capacidade de o Banco monitorar as necessidades de liquidez, maximiza o acesso a fontes de financiamento, minimiza os custos de financiamento e facilita respostas atempadas a eventos de liquidez.

O Conselho de Administração aprova a política de liquidez e o plano de financiamento de contingência do Banco, que inclui o estabelecimento de níveis de tolerância ao risco de liquidez.

O Comité de Activos e Passivos (ALCO) do Banco, em conjunto com o Conselho de Administração e as suas comissões, monitora a posição de liquidez e revê o impacto de decisões estratégicas sobre a liquidez.

As posições de liquidez são mensuradas calculando o diferencial de liquidez líquido do Banco e comparando rácios e com objectivos definidos de acordo com o manual de gestão do risco de liquidez.

28.3.1 Supervisão pelo Conselho de Administração

Cabe primordialmente ao Conselho de Administração compreender o perfil de risco de liquidez do Banco e as ferramentas utilizadas para gerir o risco de liquidez.

28.3.2 Processo de gestão do risco de liquidez

A gestão activa de liquidez só é possível com a existência de supervisão apropriada. O processo de supervisão foca-se em carteiras de financiamento, no balanço projectado e em indicadores

gerais; quando relevante, informações e dados são comparados com os limites que tenham sido estabelecidos.

A Tesouraria do Banco é responsável por manter liquidez suficiente e um rácio suficientemente elevado de activos líquidos e financiamento disponível para passivos de curto prazo. A medida de liquidez garantida é calculada e monitorizada pela Gestão do Risco. O aumento de levantamentos de fundos de curto prazo é monitorado através de mensurações da base de depósito do Banco. O risco de liquidez é reportado trimestralmente ao Conselho de Administração. O plano de liquidez e financiamento inclui indicadores de alerta rápido de risco de liquidez para auxiliar na identificação imediata do risco de liquidez no Banco. Os principais indicadores adoptados para identificação do risco de liquidez são:

- rápido crescimento de activos, financiado por grandes depósitos voláteis;
- concentrações em activos ou passivos;
- deterioração da qualidade da carteira de crédito;
- tendência negativa ou aumento do risco em qualquer unidade de negócios ou linha de produtos;
- declínio no desempenho de ganhos ou projecções;
- existência de exposições extrapatrimoniais significativas; e
- deterioração da avaliação do Banco por parte de terceiros.

a) Mensuração do risco de liquidez

O Access Bank adoptou abordagens qualitativas e quantitativas para mensurar o risco de liquidez. Especificamente, o Banco adoptou as seguintes abordagens:

- criação de um plano de financiamento e liquidez;
- análise de diferenciais; e
- análise de rácios.

O plano de financiamento e liquidez define as fontes e os canais de utilização de fundos do Banco. O limite do risco de liquidez é quantificado calculando rácios de liquidez e mensurando/acompanhando o diferencial acumulado entre os activos e os passivos do Banco.

A análise do diferencial de liquidez quantifica o diferencial diário e acumulado numa situação de normalidade. O diferencial de um determinado grupo temporal representa os fundos utilizados na concessão de empréstimos ou aplicados no mercado para substituir passivos ou activos que se vençam.

Banco monitora o diferencial acumulado em + 20% do total de activos de risco e o diferencial em + 20% do total de passivos de depósitos. Para além da análise de fluxos de caixa, o Banco usa uma variedade de rácios e limites para quantificar o seu risco de liquidez à luz de requisitos de liquidez de referência regulamentar e do

accionista.

São definidos limites para os seguintes indicadores de risco de liquidez:

- total do crédito/total dos depósitos;
- total do crédito/total do capital próprio;
- empréstimos/total do activo;
- depósitos individuais/total de depósitos;
- nível de exposição em termos de compromissos; e
- activos líquidos/total de depósitos.

Os principais elementos do processo de gestão do risco de liquidez do Banco são:

definição da estratégia de liquidez do Banco;
identificação de risco de liquidez;
mensuração do risco de liquidez; e
monitoria e divulgação do risco de liquidez.

b) Plano de financiamento de contingência

O Banco tem um plano de financiamento de contingência que incorpora indicadores de alerta precoce para monitorar as condições do mercado. O Banco acompanha a sua posição de liquidez e as suas estratégias de financiamento numa base contínua, mas reconhece que eventos inesperados, condições económicas ou de mercado, problemas ao nível dos lucros ou situações fora do seu controlo podem causar uma crise de liquidez de curto ou longo prazo. O plano de financiamento de contingência é revisto anualmente.

Para controlar a liquidez e o financiamento, a Tesouraria do Banco prepara uma folha de cálculo da liquidez que projecta as fontes e os usos de fundos. A folha de cálculo incorpora o impacto do risco e situações de crise moderados. A folha de cálculo faz parte integrante do plano de financiamento de contingência.

Embora seja improvável que uma crise de financiamento de algum grau significativo se possa verificar, o Banco considera importante avaliar este risco e formular planos de contingência para o caso de ocorrer uma crise desta natureza.

O plano de financiamento de contingência cobre: as fontes disponíveis de financiamento de contingência para complementar a escassez de fluxos de caixa; os prazos para obter esse financiamento; os papéis e as responsabilidades dos colaboradores envolvidos nos planos de contingência; e os requisitos de comunicação quando indicadores antecipados de alerta assinalarem a deterioração nas condições de mercado.

As crises de financiamento de curto e longo prazo são tratadas no plano de financiamento de contingência.

O plano de liquidez e financiamento (PLF) do Banco contém uma estratégia que é documentada numa circular anual e descreve:

- a composição de activos e passivos; e
- a diversificação e sensibilidade de passivos.

A tabela a seguir mostra os fluxos de caixa dos instrumentos financeiros de acordo com suas maturidades contratuais remanescentes. A maturidade contratual remanescente é definida como o período entre a data do balanço e a data de execução contratualmente acordada do activo ou passivo ou a data de vencimento de um pagamento parcial nos termos do contrato de um activo ou passivo.

31 de Dezembro de 2025	Até um mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	acima de 5 anos	Sem maturidade	Total
Passivos							
Recursos de clientes	(1,166,207)	(2,089,237)	(6,114,002)	-	-	(17,225,607)	(26,595,052)
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	(447,151)	-	(90,672)	(28,381)	-	(41)	(566,246)
Total de passivos financeiros	(1,613,358)	(2,089,237)	(6,204,674)	(28,381)	-	(17,225,648)	(27,161,298)
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	10,448,702	10,448,702
Activos financeiros	1,785,743	319,550	-	-	-	1,504,394	3,609,687
Aplicações em instituições de crédito	344,374	3,000	6,115,880	-	-	-	6,463,254
Crédito a clientes	2,180,668	82,578	2,307,926	1,682,403	581,328	(365,580)	6,469,324
Outros activos	552,255	-	-	-	-	-	552,255
Total dos activos	4,863,041	405,128	8,423,806	1,682,403	581,328	11,587,516	27,543,222
Activos disponíveis para gerir liquidez	3,249,683	(1,684,109)	2,219,132	1,654,022	581,328	(5,638,132)	381,925

31 de Dezembro de 2025	Até um mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	acima de 5 anos	Sem maturidade	Total
Passivos							
Recursos de clientes	(19,363,769)	(914,305)	(1,778,255)	-	-	-	(22,056,329)
Empréstimos	-	(276,579)	-	-	-	-	(276,579)
Outros passivos	(490,541)	-	-	-	(270,150)	-	(760,691)
Total de passivos financeiros	(19,854,310)	(1,190,884)	(1,778,255)	-	(270,150)	-	(23,093,599)
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	10,671,329	10,671,329
Activos financeiros	146,129	406,973	2,113,028	818,237	327,904	(75,550)	3,736,721
Aplicações em instituições de crédito	3,508,559	413,090	-	-	-	-	3,921,649
Crédito a clientes	143,129	227,489	832,026	1,778,390	415,583	476,258	3,872,875
Outros activos	613,428	-	-	-	-	-	613,428
Total dos activos	4,411,244	1,047,552	2,945,054	2,596,627	743,487	11,072,037	22,816,001
Activos disponíveis para gerir liquidez	(15,443,066)	(143,332)	1,166,799	2,596,627	473,337	11,072,037	(277,598)

28.4 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de perdas financeiras devido a movimentos adversos do mercado que afetem o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira devido a alterações adversas em variáveis de mercado como taxas de câmbio, taxas de juro, preços de acções e preços de mercadorias. O risco de mercado do Access Bank Mozambique é mensurado pela soma de todos os instrumentos financeiros do Banco e as exposições em moeda estrangeira.

O objectivo da política de gestão de risco de mercado do Banco é garantir que todos os riscos de mercado significativos são identificados, mensurados, avaliados, priorizados, geridos, monitorados e tratados de forma consistente e eficaz em todo o Banco, a fim de estabilizar os lucros e o capital sob uma ampla gama de condições de mercado.

O Conselho de Administração articula declarações de apetite de risco de mercado tendo por base a política de gestão de risco de mercado, enquanto o gestor de risco, juntamente com a unidade de risco de mercado e a tesouraria, garantem a implementação das directrizes da política dada pelo Conselho de Administração.

A unidade de risco de mercado, sob a supervisão do gestor de risco, desempenha uma função de coordenação, agregação, facilitação e habilitação, define padrões de gestão de risco de mercado, desenvolve e distribui ferramentas, técnicas, metodologias, linguagem comum de risco, níveis de risco, análise, relatórios, comunicação e formação.

O director de risco de mercado do Banco, o ALCO e o Administrador executivo recomendam, para aprovação pelo Conselho de Administração, os vários limites de risco e planos de contingência de liquidez para o Banco e trabalham em estreita colaboração com o tesoureiro para garantir a adesão.

A gestão de risco acompanha constantemente as exposições ao risco de mercado e garante que sejam mantidas dentro de níveis prudenciais em todos os momentos. A unidade de risco de mercado também trabalha em estreita colaboração com o director de risco operacional para garantir que todos os controlos recomendados sobre as funções de operações de tesouraria são rigorosamente cumpridos.

O ALCO é responsável pela supervisão e gestão do risco de mercado do Banco. Os membros do ALCO reúnem-se quinzenalmente e, com mais frequência se necessário, dadas as condições de mercado, para rever a liquidez do Banco e as necessidades de financiamento, a estrutura e o preço dos activos e passivos do Banco e o risco de mercado envolvido em novos produtos.

O comité articula a visão da taxa de juro do Banco e decide sobre o perfil de maturidade necessário e a combinação de activos e passivos incrementais.

a) Âmbito da gestão do risco de mercado

O risco de mercado é definido pelo potencial impacto de alterações nas condições de mercado sobre o valor de carteiras de negociação até à maturidade, resultando numa perda para o Banco.

O risco de mercado de posições de negociação é definido pela potencial alteração do valor económico actual de uma posição, ou seja, no seu valor de mercado devido a mudanças nos factores de risco de mercado subjacentes associados, como por exemplo, as taxas de câmbio e as taxas de juro.

b) Identificação do risco de mercado

A tesouraria mantém intervalos para registar os movimentos e posições de balanço dos instrumentos negociados. O Banco identifica o risco de mercado através da monitoria diária dos níveis e saldos de lucros e perdas das posições de negociação e não negociação. O controlo interno efectuado pela gestão de riscos monitora as actividades diárias de negociação para garantir que as exposições ao risco assumidas estão dentro dos limites de preço aprovados, e dos níveis globais de tolerância ao risco definidos pelo Conselho de Administração, e acompanha os indicadores de liquidez para garantir que o Banco cumpre sempre as suas obrigações financeiras.

c) Mensuração do risco de mercado

O Banco analisa posições líquidas para mensurar a sua exposição ao risco da taxa de juro. Através desta análise, o Banco compara os valores dos activos sensíveis à taxa de juro e dos passivos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços em vários períodos no futuro. Uma diferença sensível à taxa de juro é positiva quando o valor dos activos de taxa de juro excede o valor dos passivos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços dentro de um determinado período.

Uma diferença sensível à taxa de juro é negativa quando o valor dos passivos sensíveis à taxa de juro excede o valor dos activos sensíveis à taxa de juro que atingem a maturidade ou a reavaliação de preços dentro de um determinado período. Uma instituição com uma posição líquida positiva espera que os rendimentos líquidos com juros aumentem com o aumento das taxas de juro do mercado e diminua com taxas de juro do mercado em queda.

O risco cambial é mensurado através da conta de ganhos e perdas e o risco de liquidez é mensurado pela diversificação das fontes e prazo de vencimento dos depósitos.

d) Monitoria e controlo do risco de mercado

O tesoureiro do Banco controla o risco da taxa de juros através de análises diárias, semanais e mensais da estrutura e avaliação de preços de activos e passivos. O tesoureiro analisa o impacto de eventos improváveis, mas não impossíveis, através de uma análise de cenários que permite à Administração obter um melhor entendimento dos riscos que enfrenta em condições extremas, e são testados tanto os eventos históricos como os previstos.

28.4.1 Risco cambial

O Banco assume a exposição aos efeitos de flutuações das taxas de câmbio de moeda estrangeira prevalentes sobre a sua posição financeira e fluxos de caixa. O Banco estabelece limites ao nível de exposição por moeda e exposição total, para as posições *overnight* e *intra-day*, que são monitoradas diariamente. O quadro seguinte resume a exposição do Banco ao risco cambial em 31 de Dezembro de 2025:

(i) Risco de concentração cambial

O quadro mostra as quantias escrituradas dos activos e passivos financeiros do Banco, categorizados por moeda.

31 de Dezembro de 2025	USD	MZN	EUR	GBP	ZAR	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	2,001,886	8,050,725	274,725	5,449	115,917	10,448,702
Aplicações em instituições de crédito	608,905	3,000,782	-	-	-	3,609,687
Activos financeiros	465,847	5,997,407	-	-	-	6,463,254
Crédito a clientes	224,369	6,244,956	-	-	-	6,469,324
Outros activos	35,486	516,769	-	-	-	552,255
Total dos activos	3,336,493	23,810,639	274,725	5,449	115,917	27,543,222
Passivos						
Empréstimos	-	-	-	-	-	-
Recursos de clientes	(3,317,104)	(22,892,168)	(271,957)	(5,541)	(108,282)	(26,595,052)
Outros passivos	(38,992)	(526,603)	(649)	-	(2)	(566,246)
Total dos passivos	(3,356,096)	(23,418,771)	(272,606)	(5,541)	(108,284)	(27,161,298)
Posição financeira líquida	(19,604)	391,867	2,119	(92)	7,633	381,924
Garantias bancárias	270,219	108,670	-	-	19,250	398,139
Cartas de crédito	108,326	-	-	-	-	108,326
Compromissos de crédito	-	578,74	-	-	-	578,747
Total de compromissos de crédito	378,546	687,417	-	-	19,250	1,085,212

31 de Dezembro de 2024	USD	MZN	EUR	GBP	ZAR	Total
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	2,909,380	7,536,289	187,497	8,280	29,882	10,671,329
Aplicações em instituições de crédito	410,354	3,502,446	-	-	-	3,912,800
Activos financeiros	518,620	3,071,455	-	-	-	3,590,075
Crédito a clientes	649,865	3,459,462	5,381	-	-	4,114,708
Outros activos	35,916	577,236	(8)	254	30	613,428
Total dos activos	4,524,135	18,146,888	192,870	8,534	29,912	22,902,340
Passivos						
Empréstimos	-	(268,583)	-	-	-	(268,583)
Recursos de clientes	(4,553,969)	(17,053,427)	(307,494)	(8,141)	(114,253)	(22,037,284)
Outros passivos	(44,715)	(895,853)	114,992	-	64,885	(760,691)
Total dos passivos	(4,598,684)	(18,217,863)	(192,502)	(8,141)	(49,368)	(23,066,558)
Posição financeira líquida	(74,549)	(70,975)	368	393	(19,456)	(164,218)
Garantias bancárias	454,145	150,278	-	-	52,411	-
Cartas de crédito	-	-	-	-	-	-
Compromissos de crédito	154,817	-	-	-	-	-
Total de compromissos de crédito	608,962	150,278	-	-	52,411	811,651

28.4.2 Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

A principal exposição cambial do Banco é ao dólar, que constitui uma parte significativa da exposição cambial do Banco à data de 31 de Dezembro de 2025. O quadro seguinte ilustra a sensibilidade teórica dos lucros relatados do Banco com um aumento de 3% na taxa de câmbio USD/MZN no final do ano, assumindo que todas as outras variáveis se mantêm inalteradas.

A taxa de sensibilidade de um aumento de 3% representa a avaliação da administração de uma alteração razoável possível baseada na volatilidade histórica.

Activos	Dezembro 2025	+3bp	-3bp
Caixa e equivalentes de caixa	2,397,977	2,469,916	2,326,038
Aplicações em instituições de crédito	608,905	627,172	590,638
Activos financeiros	465,847	479,822	451,872
Crédito a clientes	224,369	231,100	217,637
Outros activos	35,486	36,551	34,421
Total de activos financeiros	3,732,584	3,844,561	3,620,606
Passivos			
Empréstimos	-	-	-
Recursos de clientes	3,702,884	3,813,970	3,591,797
Outros passivos	40,037	41,238	38,836
Total Passivos financeiros	3,742,920	3,855,208	3,630,633
Posição financeira líquida	(10,337)	(10,647)	(10,027)
Alteração da taxa de câmbio '+3bp; -3bp		(310)	310
Impacto em % no resultado do período		-2%	2%

Activos	Dezembro 2024	+3bp	-3bp
Caixa e equivalentes de caixa	3,135,040	3,229,091	3,040,989
Aplicações em instituições de crédito	410,354	422,665	398,043
Activos financeiros	518,620	534,179	503,061
Crédito a clientes	655,246	674,903	635,589
Outros activos	36,192	37,278	35,106
Total de activos financeiros	4,755,452	4,898,116	4,612,788
Passivos			
Empréstimos	-	-	-
Recursos de clientes	4,983,857	5,133,373	4,834,341
Outros passivos	(135,162)	(139,217)	(131,107)
Total Passivos financeiros	4,848,695	4,994,156	4,703,234
Posição financeira líquida	(93,243)	(96,040)	(90,446)
Alteração da taxa de câmbio '+3bp; -3bp		-2,797	2,797
Impacto em % no resultado do período		-19%	19%

A taxa de câmbio MZN/USD aplicada na conversão de saldos no final do ano foi de MZN 63,91/USD 1 (2024: MZN 63,91/USD 1). O fortalecimento ou o enfraquecimento do metical pode não produzir resultados simétricos, dependendo da proporção e da natureza do balanço.

28.4.2 Análise de sensibilidade à taxa de câmbio

O principal indicador de risco da taxa de juro do banco mensura o impacto das mudanças nas taxas de juros em todos os elementos patrimoniais ou extrapatrimoniais sensíveis às taxas de juro. O indicador quantifica a perda de valor do banco caso ocorra uma mudança repentina das taxas de juro. O risco de taxa de juro decorre de diferenças estruturais entre as maturidades dos activos e dos passivos.

A abordagem do banco para mensurar e gerir o risco de taxa de juro é orientada pela política de risco de taxa de juro do grupo. O resumo da posição do Banco nas diferentes taxa de juro apresenta-se da seguinte forma:

31 de Dezembro de 2025	Até um mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	acima de 5 anos	Sem juros	Total
Passivos							
Recursos de clientes	(1,166,207)	(2,089,237)	(6,114,002)	-	-	(17,225,607)	(26,595,052)
Empréstimos	-	-	-	-	-	-	-
Outros passivos	-	-	-	-	-	(566,246)	(566,246)
Total de passivos financeiros	(1,166,207)	(2,089,237)	(6,114,002)	-	-	(17,791,853)	(27,161,298)
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	10,448,702	10,448,702
Activos financeiros	1,785,743	319,550	-	-	-	1,504,394	3,609,687
Aplicações em instituições de crédito	344,374	3,000	6,115,880	-	-	-	6,463,254
Crédito a clientes	1,336,878	82,578	1,829,716	1,682,403	581,328	956,422	6,469,324
Outros activos	-	-	-	-	-	552,255	552,255
Total dos activos	3,466,995	405,128	7,945,595	1,682,403	581,328	13,461,773	27,543,222
Total gap de risco de taxa de juros	2,300,788	(1,684,109)	1,831,594	1,682,403	581,328	(4,330,080)	381,925

31 de Dezembro de 2024	Até um mês	1-3 meses	3-12 meses	1-5 anos	acima de 5 anos	Sem juros	Total
Passivos							
Recursos de clientes	(19,060,460)	(889,301)	(1,683,356)	-	-	(404,167)	(22,037,284)
Empréstimos	-	(268,583)	-	-	-	-	(268,583)
Outros passivos	-	-	-	-	-	(760,691)	(760,691)
Total de passivos financeiros	(19,060,460)	(1,157,884)	(1,683,356)	-	-	(1,164,858)	(23,066,558)
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	-	10,671,329	10,671,329
Activos financeiros	126,116	344,915	2,047,993	721,939	357,636	(8,524)	3,590,075
Aplicações em instituições de crédito	3,502,446	410,354	-	-	-	-	3,912,800
Crédito a clientes	3,638,450	-	-	-	-	476,258	4,114,708
Outros activos	-	-	-	-	-	613,428	613,428
Total dos activos	7,267,012	755,269	2,047,993	721,939	357,636	11,752,491	22,902,340
Total gap de risco de taxa de juros	(11,793,447)	(402,615)	364,637	721,939	357,636	10,587,633	(164,218)

28.4.4 Análise da sensibilidade à taxa de juro

	2025		2024	
	Impacto antes de imposto	Impacto depois de imposto	Impacto antes de imposto	Impacto depois de imposto
Varição da margem financeira (+300 pontos base)	140,915	95,822	(322,556)	(219,338)
Em % do total dos capitais próprios	4.87%	3.31%	-11.1%	-7.6%
Varição da margem financeira (-300 pontos base)	(140,915)	(95,822)	322,556	219,338
Em % do total dos capitais próprios	-4.87%	-3.31%	11.1%	7.6%

28.5 Risco operacional

O Banco define o risco operacional como o risco para ganhos e capital resultante de processos internos, pessoas e sistemas inadequados ou com falhas, ou de eventos externos. A definição inclui o risco legal mas exclui os riscos estratégicos e de reputação. O Banco alocou recursos significativos para desenvolver uma cultura de “consciência do risco”, e para garantir que todos os riscos operacionais significativos são identificados, mensurados, avaliados, priorizados, geridos, monitorados e tratados de forma consistente e eficiente, e desenvolveu uma política de risco operacional e diversos manuais operacionais com controlos de melhores práticas para gerir e mitigar a exposição ao risco, que também garantem vigorosamente a implementação.

O Comité de Gestão de Risco do Conselho de Administração coordena, facilita e supervisiona a eficácia e integridade da gestão de risco operacional do Banco e monitora a adequação dos controlos, o cumprimento das políticas de risco operacional e o perfil global de risco tendo por base apetite ao risco definido. O controlo interno e a auditoria interna monitoram a eficácia dos processos, testam controlos, validam informações de risco e identificam acções correctivas. A gestão do risco operacional é baseada no processo de Autoavaliação de Riscos e Controlo (AARC).

O processo de RCSA é constituído pelos seguintes passos:

- documentação das actividades de cada negócio/função no Banco;
- identificação e avaliação dos principais riscos operacionais;
- identificação dos controlos-chave;
- avaliação e classificação dos controlos-chave em relação a riscos significativos;
- estabelecimento dos indicadores-chave de risco; e
- comunicação dos resultados da AARC.

O Banco utiliza o Process Maker como uma aplicação de gestão de risco operacional para realizar as suas autoavaliações de risco e controlo. Este software compreende:

- um questionário de controlo a ser respondido pelos utilizadores finais, para avaliar o risco de perdas associadas a aspectos específicos das suas operações;
- um sistema de gestão diário para garantir que as tarefas associadas à minimização dos riscos são registadas e monitoradas;
- um sistema de alerta por e-mail para garantir que o utilizador atribuído a uma tarefa de minimização de risco recebe um aviso prévio para concluir a tarefa; e
- a aplicação também permite a recolha, análise e reporte de dados de eventos de perda operacional por unidades de negócio e categorias alinhadas com os requisitos de Basileia II, que são, portanto, capazes de monitorar as principais exposições ao risco operacional e as causas subjacentes em relação aos limites definidos pelo Banco.

a) Identificação de risco operacional

A função de gestão do risco operacional, em conjunto com as unidades de negócio e os proprietários dos processos, identificam e avaliam o risco operacional inerente a todos os produtos, actividades, processos e sistemas materiais do Banco. O processo de identificação deve especificar a natureza e os tipos de risco operacional e as suas causas e provável impacto no Banco. O processo de identificação emprega uma combinação das seguintes técnicas:

- autoavaliação de riscos e controlos;
- análise do processo; e
- indicadores-chave de risco.

As fontes adicionais para identificar o risco operacional incluem experiências reais de perdas internas, dados externos (quando relevantes e disponíveis), análise de cenários e resultados de auditoria interna e externa.

Os principais riscos operacionais derivam de uma avaliação crítica dos riscos significativos identificados através de AARC bem como de outros factores de base relevantes que incluem eventos externos, dados de perda operacional e análise de cenários.

O Banco classifica o risco operacional em sete categorias de eventos de perda, com base na sua causa principal: fraude interna, fraude externa, práticas de emprego e segurança no trabalho, litígios com clientes, danos associados a activos físicos, interrupções dos negócios e falhas do sistema e execução, entrega e gestão de processos.

b) Mensuração do risco operacional

Os responsáveis pelo risco operacional em cada unidade de negócios garantem que todos os eventos de risco operacional são registados e reportados aos níveis de gestão apropriados. Os eventos de perda interna são categorizados em: incidente de perda real que resultou numa perda financeira; perda potencial (um incidente que foi descoberto e que pode ou não resultar numa perda financeira); eventos em falta.

Um evento de quase acidente é um incidente que foi descoberto por outros meios que não as práticas normais de funcionamento e que, após gestão adequada, não resultou em perda ou ganho.

c) Monitoria e controlo do risco operacional

O Banco monitora o risco operacional através de autoavaliações de riscos e controlo (RCSA), rastreamento de dados de perdas internas e monitoria de indicadores-chave de risco (KRI), que envolve, com regularidade trimestral, que cada unidade de negócios identifique e avalie de forma proactiva as exposições significativas a riscos operacionais e os controlos em vigor para gerir esses riscos.

Os planos de acção correctiva são formulados para abordar quaisquer áreas de fraqueza onde os controlos-chave de risco estão ausentes e são inadequados ou ineficazes. O plano de acção correctiva inclui um calendário de execução e a identificação dos gestores responsáveis pela sua implementação em tempo útil. A gestão de risco operacional utiliza a ferramenta Process Maker para assegurar que todas as acções correctivas são eficazes, concluídas de forma expedita e reportadas regularmente ao Conselho de Administração.

d) Avaliação dos fundos próprios

O Banco adoptou o “Método do Indicador Básico” nos termos do Acordo de Basileia II para mensurar o montante de capital que deve ser reservado para absorver as perdas esperadas e para proteger a instituição contra perdas que possam ocorrer no decurso normal da actividade.

Nota 29 Imparidade da Dívida Soberana de Moçambique

Em conformidade com a NIRF 9 e com a política de gestão do risco de crédito descrita na política de risco de crédito (ver nota 28 – Gestão de Risco), o Banco avalia, em cada data de relato, a existência de aumentos significativos do risco de crédito (SICR) e de situações de incumprimento, assegurando a adequada classificação dos instrumentos financeiros pelos respectivos estágios e a correspondente mensuração das perdas de crédito esperadas (ECL).

No exercício de 2025, os Bilhetes do Tesouro foram mantidos em Estágio 2, por se considerar que se verificou um aumento significativo do risco de crédito face ao reconhecimento inicial,

resultante da evolução do contexto macroeconómico e fiscal e de operações de gestão da dívida soberana e , a redução do rating da dívida pública de longo prazo pela S&P - Standard & Poor's. Não obstante, à data de relato não se verificavam eventos de incumprimento, nos termos definidos pela NIRF 9. Consequentemente, estes instrumentos são mensurados com base em perdas de crédito esperadas ao longo da vida (Lifetime ECL).

As Obrigações de Tesouro encontram-se classificadas em Estágio 3, por se considerar que existem eventos de crédito que configuram activos *credit-impaired*, em linha com os critérios definidos na Política de Risco de Crédito (ver nota 28 – Gestão de Risco), sendo reconhecida imparidade com base na melhor estimativa da recuperação esperada.

Para o exercício de 2025, a Administração aprovou uma LGD de 18%, suportada em benchmarks regionais e evidência empírica internacional, refletindo taxas historicamente elevadas de recuperação soberana, a redução do rating da dívida pública de longo prazo pela S&P - Standard & Poor's e uma abordagem prudente e consistente na quantificação do risco. A PD aplicada sobre as Obrigações de Tesouro ascendeu a 100%, de forma alinhada e consistente com a classificação em Estágio 3.

Assim sendo, o Banco considerou adequado proceder a um agravamento da classificação da dívida pública de longo prazo, o que contribuiu para um reforço da imparidade de cerca de 18,662 milhares de Meticais sobre as Obrigações do Tesouro, e de cerca de 15,037 milhares Meticais sobre os Bilhetes de Tesouro.

Considerando a metodologia em vigor no Banco para efeitos de cálculo de perdas por imparidade sobre exposições soberanas, o total da imparidade sobre dívida soberana (nomeadamente OT's – Obrigações do Tesouro, BT's – Bilhetes do Tesouro), o total da exposição situou-se em 6,085 milhares Meticais com referência a 31 de Dezembro de 2025, com um total de imparidade sobre dívida soberana de 109,248 milhares de Meticais. O impacto nos resultados do período do exercício de 2025 ascende a 33,698 milhares de Meticais, valor que inclui as duas componentes acima referidas.

A Administração considera que a classificação por estágios e os níveis de imparidade reconhecidos, com referência a 31 de Dezembro de 2025, refletem de forma adequada o perfil de risco da dívida soberana à data de relato, em conformidade com os requisitos da NIRF 9. Onde foram considerados os seguintes factores:

- Na avaliação do risco de crédito da dívida soberana em 2025, o Banco considerou um enquadramento macroeconómico desafiante, refletindo constrangimentos na actividade económica ao longo do exercício. Ainda assim, prevê-se uma melhoria gradual a partir de 2026, suportada pela retoma dos projectos de GNL e pelo reforço da gestão com parceiros financeiros internacionais, incluindo o FMI. Paralelamente, o mercado doméstico de dívida pública manteve-se operacional ao longo do ano, com níveis consistentes de procura, apesar de alguma moderação no final do exercício.
- No que respeita à execução da dívida soberana, o Banco não identificou perdas económicas relevantes associadas às operações de rollover, tendo concluído que as mesmas foram realizadas em condições de mercado, com taxas de remuneração ajustadas ao risco e prazos coerentes com emissões anteriores. Os atrasos pontualmente observados nos pagamentos de juros ou capital foram, na generalidade, inferiores a 90 dias e regularizados através da emissão de dívida de curto prazo, nomeadamente Bilhetes do Tesouro, classificados ao custo amortizado, em linha com o modelo de negócio de detenção para recebimento dos fluxos de caixa

contratuais, em conformidade com a NIRF 9.

Os cenários demonstram que a saúde financeira da instituição é extremamente sensível à classificação da dívida soberana (Treasury Bills).

- No Cenário 1, testou-se o agravamento crítico da totalidade da dívida soberana para o Stage 3. O impacto financeiro seria severo: a imparidade total dispararia de MZN 109m para MZN 1.11bn, representando um aumento abrupto de MZN 1bn nas perdas. Consequentemente, o rácio consolidado de PCE saltaria de 1.8% para 18.25%.
- No Cenário 2, testou-se uma melhoria moderada dos activos para o Stage 2. O impacto financeiro resultaria numa redução de MZN 65,58m nas provisões totais, fazendo com que o rácio de PCE recuasse para 0.72%.
- Finalmente, no Cenário 3, testou-se a melhoria do rating de CCC para B. Esta análise parte do pressuposto de que, estando o país num dos níveis mais baixos da escala da S&P, as perspetivas futuras tendem a ser de recuperação, não se vislumbrando cenários ainda mais gravosos além do já testado no Cenário 1. Neste contexto de optimismo macroeconómico, a melhoria do rating soberano afectaria principalmente os Bilhetes de Tesouro , gerando uma redução de MZN 37.96m na PCE total e fixando o rácio de imparidade em 1.17%.

29.1 Perdas de Crédito Esperadas (PCE) sobre a Dívida Soberana de Moçambique

Tipo de Investimento	Exposição (custo amortizado)	Estágio	PCE 2025	PCE 2024	Reforços / Reversões de PCE	Rácio de Cobertura de PCE
Bilhetes de Tesouro	5,682,486	2	42,507	27,471	15,037	0.75%
Obrigações de Tesouro	402,676	3	66,741	48,079	18,662	16.57%
Total	6,085,162		109,248	75,550	33,698	1.80%

29.2 Análise de sensibilidade da PCE da Dívida Soberana de Moçambique:

Cenário 1 - Manutenção da Dívida Soberana no estágio 3

Tipo de Investimento	Exposição (custo amortizado)	Estágio	PCE	PCE anterior	Impacto PCE	Rácio de Cobertura de PCE
Bilhetes de Tesouro	5,682,486	3	1,043,847	42,507	1,001,339	18.37%
Obrigações de Tesouro	402,676	3	66,741	66,741	00	16.57%
Total	6,085,162		1,110,588	109,248	1,001,339	18.25%

29.3 Análise de sensibilidade da PCE da Dívida Soberana de Moçambique:

Cenário 2 - Redução da Dívida Soberana para o estágio 2

Tipo de Investimento	Exposição (custo amortizado)	Estágio	PCE	PCE anterior	Impacto PCE	Rácio de Cobertura de PCE
Bilhetes de Tesouro	5,682,486	2	34,861	42,507	(7,646)	0.61%
Obrigações de Tesouro	402,676	2	8,803	66,741	(57,938)	2.19%
Total	6,085,162		43,664	109,248	(65,584)	0.72%

29.4 Análise de sensibilidade da PCE da Dívida Soberana de Moçambique:

Cenário 3 - Melhoria da notação soberana (Rating) para B

Tipo de Investimento	Exposição (custo amortizado)	Estágio	PCE	PCE anterior	Impacto PCE	Rácio de Cobertura de PCE
Bilhetes de Tesouro	5,682,486	2	4,543	42,507	(37,964)	0.08%
Obrigações de Tesouro	402,676	2	66,741	66,741	-	16.57%
Total	6,085,162		71,285	109,248	(37,964)	1.17%

Nota 30 Eventos subsequentes

Para além dos aspectos divulgados nas restantes notas e de acordo com a norma contabilística, após a data de relato ocorreram factores externos relevantes, designadamente, a instabilidade geopolítica no Médio Oriente e a ocorrência de cheias em determinadas regiões de Moçambique.

A Administração avaliou os potenciais efeitos destes eventos subsequentes nas operações do Banco, na sua posição financeira e na carteira de crédito, considerando, entre outros aspectos, possíveis impactos macroeconómicos indirectos, nomeadamente pressões inflacionárias, volatilidade cambial e eventuais constrangimentos na actividade económica de alguns clientes.

Com base na informação disponível à data de autorização destas Demonstrações Financeiras para emissão, não foram identificados impactos financeiros directos materiais nem a necessidade de reconhecimento de ajustamentos materiais adicionais. Os potenciais efeitos sobre o risco de crédito continuam a ser acompanhados no âmbito dos mecanismos regulares de monitorização, em conformidade com a NIRF 9 e com as orientações prudenciais aplicáveis.

Anexos do Banco de Moçambique

Anexo à Circular nº 3/SHC/2007

MODELO III (ACTIVO)

Balanco - Contas Individuais (Activo)

Código de contas	ACTIVO	Dezembro 2025			Dezembro 2024
		Valor antes de Provisões, Imparidade e Amortizações	Provisões, Imparidade e Amortizações	Activo Líquido	
10+3300	1. Caixa e disponibilidades em bancos centrais	9 696 497		9 696 497	9 766 653
11+3301	2. Disponibilidades em outras instituições de crédito	752 205		752 205	904 675
153 (1)+158 (1)+16	3. Activos Financeiros Detidos para negociacao	-		-	-
153 (1)+158 (1)+17	4. Outros Activos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-		-	-
154+158 (1)+18+34888 (1)-53888 (1)	5. Activos financeiros disponiveis para Venda.	-		-	-
13+150+158 (1)+159 (1)+3303+3310 (1)+3408 (1)-350-3550-5210 (1)-5300	Aplicacoes em Instituicoes de Crédito	3 609 687		3 609 687	3 912 800
14+151+152+158 (1)+3304+3310 (1)+3400+34008-3510-3518-35210-35211-5210 (1)-53010-53018	Créditos a clientes	6 834 904	365 580	6 469 324	4 114 708
156+158 (1)+159 (1)+22+3307+3310 (1)+3402-355-3524-5210 (1)-5303 (1)	Investimentos detidos até a maturidade	6 609 340	125 050	6 484 290	3 665 583
21	Derivados de Cobertura	-		-	-
25-3580	Activos nao correntes detidos para Venda	901 501		901 501	892 749
26-3581 (1)-360 (1)	Propriedade de Investimentos	-	-	-	-
27-3581 (1)-360 (1)	Outros Activos tangiveis	1 872 985	1 183 070	689 915	897 081
29-3583-361	Activos Intangiveis	388 138	343 036	45 101	62 010
24-357	Investimentos em filiais associadas e Empreendimentos conjuntos	37 295		37 295	37 295
300	Activos por Impostos correntes	21 892		21 892	14 939
301	Activos por Impostos diferidos	319 264		319 264	319 264
12+157+158 (1)+159 (1)+31+32+3302+3308+3310 (1)+338+3408 (1)+348 (1)-3584-3525+50 (1) (2)-5210 (1)-5304-5308 (1)+54 (1)(3)	Outros Activos	493 924		493 924	500 626
TOTAL DO ACTIVO		31 537 630	2 016 735	29 520 895	25 088 383

Código de contas	PASSIVO	Dezembro 2025	Dezembro 2024
38-3311 (1)-3410+5200+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de Bancos Centrais	-	-
43 (1)	Passivos Financeiros detidos para Negociacao	-	-
43 (1)	Outros passivos Financeiros ao Justo valor através de Resultados	-	-
39-3311 (1)-3411+5201+5211 (1)+5318 (1)	Recursos de outras Instituicoes de Créditos	5 004	289 750
40+41-3311 (1)-3412-3413+5202+5203+5211 (1)+5310+5311	Recursos de Clientes e Outros Empréstimos	26 590 048	21 747 535
42-3311 (1)-3414+5204+5211 (1)+5312	Responsabilidades representadas por Títulos	-	268 583
44	Derivados de Cobertura	-	-
45	Passivos nao correntes detidos para Venda e operacoes descontinuadas	-	-
47	Provisoes	129 435	114 730
490	Passivos por Impostos correntes	-	-
491	Passivos por impostos deferidos	-	-
480+488+/-489 (1)-3311 (1)-3416 (1)+5206 (1)+5211 (1)+5314 (1)	Outros passivos Subordinados	-	-
51-3311 (1)-3417-3418+50 (1)(2)+5207+5208+5211 (1)+528+538-5388+5318 (1)+54 (1)(3)	Outros Passivos	729 427	980 571
55	Capital	3 274 900	2 894 500
602	Premios de Emissao	-	-
57	Outros Instrumentos de Capital	-	-
-56	Accoes Proprias	-	-
58+59	Reservas de Reavaliacao	-	-
60-602+61	Outras reservas e resultados transitados	(1 207 326)	(463908)
64	Resultado do Exercicio	8 407	(743 377)
TOTAL DO ACTIVO E CAPITAL PROPRIO		29 520 895	25 088 383

Código de contas		Dezembro 2025	Dezembro 2024
79+80	Juros e Rendimentos Similares	2 089 654	1 911 031
66+67	Juros e Encargos Similares	(712 507)	(858 514)
	Margem Financeira	1 377 147	1 052 517
82	Rendimentos de Instrumentos de Capital	-	-
81	Rendimentos com servicoes e Comissoes	397 894	348 160
68	Encargos com Servicos e Comissoes	(317 394)	(333 533)
-692-693-695 (1)-696 (1)-698-69900-69910+832+833+835 (1)+836 (1)+838+83900+83910	Resultados de Activos e Passivos Avaliados ao Justo valor através de Resultados	-	-
-694+834	Resultados de Activos Financeiros Disponiveis para Venda	-	-
-690+830	Resultados de Reavaliacao Cambial	616 885	426 492
-691-697-699 (1)-725 (1)-726 (1)+831+837+839 (1)+843 (1)+844 (1)	Resultados de Alienacao de Outros Activos	-	-
-695 (1)-696 (1)-69901-69911-75-720-721-725 (1)-726 (1)-728+835 (1)+836 (1)+8390+83911+840+843 (1)+844 (1)+848	Outros Resultados de Exploracao	43 958	40 623
	Produto Bancario	2 118 490	1 534 259
70	Custo com Pessoal	(1 029 356)	(1 016 382)
71	Gastos Gerais Administrativos	(483 029)	(598 038)
77	Amortizacao do Exercicio	(255 665)	(297 756)
784+785+786+788-884-885-886-888	Provisoes Liquidadas de Reposicoes e Anulacoes	-	-
760+7610+7618+7620+76210+7621+7623+7624+7625+7630+7631+765+766-870-8720-8710-8718-87210-87211-8723-8724-8726-8730-8731-875-876	Imparidade de Outros Activos Financeiros Liquidados de Reversoes e Recuperacoes	(112 598)	(38 111)
768+769 (1)-877-878	Imparidade de Outros Activos Liquida de reversoes e Recuperacoes	(9 658)	(72 796)
	Resultado Antes de Impostos	228 185	(488 824)
65	Impostos Correntes	(219 778)	(140 826)
74-86	Impostos Diferidos	-	(113 727)
640	Resultados após Impostos	8 407	(743 377)
-72600-7280+8480+84400	Do qual: Resultado Liquido após Impostos de Operacoes Descontinuadas	-	-
	TOTAL DO ACTIVO	8 407	(743 377)



Nossas Distinções e Prêmios Internacionais

2025

World economic Magazine

/ Best Environmental Initiative in Banking

Mozambique 2025

/ Best Prepaid Card Solution Mozambique 2025

2024

World economic Magazine

/ Best CSR Bank Moz 2024

/ Best Bank for Women Entrepreneurs Moz 2024

/ Best Bank for Financial Inclusion Moz 2024

/ Best Customer Service Bank Moz 2024

/ International Finance

/ Most innovative CSR initiative in 2024

2023

Global Brands

/ Best CSR Bank 2023

/ International Finance

/ Most socially responsible bank 2023

/ Fastest-growing retail bank 2023



mais que um banco

Access Bank Mozambique

Telefone: 800724724

Website: mozambique.accessbankplc.com

Endereço: Rua dos Desportistas N-480,

Edifício Maputo Business Tower (MBT), 18 Andar.

